

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

**O DESENVOLVIMENTO URBANO DE LOULÉ**  
**Do período medieval ao fim da época moderna**

**Jorge Filipe Maria da Palma**

**Dissertação de Mestrado em História do Algarve**

**Trabalho efetuado sob a orientação de:**  
**prof. doutor José Eduardo Horta Correia**  
**prof. doutora Renata Klautau Malcher de Araujo**

**2015**

# **Declaração de autoria de trabalho**

## **O DESENVOLVIMENTO URBANO DE LOULÉ**

### **Do período medieval ao fim da época moderna**

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluídas.

O candidato,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Jorge Filipe Maria da Palma', is written over a horizontal line.

Copyright em nome de Jorge Filipe Maria da Palma

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **Agradecimentos**

Ao longo deste percurso, várias foram as pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a sua concretização, não podendo deixar de expressar os meus agradecimentos às seguintes:

Ao prof. doutor José Eduardo Horta Correia pela sugestão do tema, dedicação, disponibilidade e por todos os conselhos para ultrapassar as várias dificuldades e contratempos.

À prof.<sup>a</sup> doutora Renata Araujo pelo auxílio e orientação no percurso metodológico e pelas sugestões de melhoria.

À Maria Margarida Pereira, ao Miguel Canilho e ao Jack Alpeñana, todos da Câmara Municipal de Loulé, pela cedência de elementos e apoio na consulta e investigação empreendidas, fundamentais ao desenvolvimento do trabalho.

À Susana Martins, à Maria João Duarte e ao prof. Joaquim Romero Magalhães pelas sugestões, palavras de incentivo e amizade sempre demonstradas.

Ao padre Mário Sousa e à Ângela Martins pela prontidão demonstrada quando lhes foi solicitada a sua colaboração, que, apesar de pontual, foi imprescindível para concretizar o trabalho na sua totalidade.

À Tânia Cabrita pelo magnífico trabalho efetuado na elaboração dos mapas, tendo dispendido muito do seu tempo livre para conseguir concretizá-los.

Ao Aurélio Cabrita, com quem embarquei nesta aventura, por ter estado sempre presente, nos bons e nos piores momentos, com companheirismo, compreensão, sugestões e uma palavra amiga constante.

À minha família, em especial à minha mulher e ao meu filho, pela paciência, compreensão e tempo que não lhes pude dedicar, e aos meus pais, por me terem feito nascer louletano e ensinado a conhecer e amar esta terra.

Por último ao prof. doutor António Rosa Mendes, que, apesar de não poder ver concluída esta etapa, me incentivou a seguir os meus objetivos e me serviu de inspiração ao longo deste percurso.

## Resumo

Tendo como objetivo delinear a história urbana de Loulé, entre a sua fundação islâmica e o final da Idade Moderna, desenvolvemos o presente trabalho, sustentado nos dados consultados na bibliografia existente e nos elementos recolhidos nas diversas fontes, nomeadamente atas de vereação, foros e décimas. Este estudo desenvolve-se assim em três partes: a primeira debruça-se sobre a caracterização da paisagem do núcleo urbano e as ligações territoriais; a segunda corresponde à identificação dos elementos que condicionaram o povoamento do local onde surgiu a urbe; a terceira interpreta os dados relativos à análise da evolução urbana de Loulé.

O primeiro povoamento de Loulé remonta ao século XI, com a instalação de uma alcaria islâmica. À medida que a estrutura urbana se foi expandindo e consolidando, foi sendo estruturada e configurada, com a construção das muralhas e respetivos equipamentos públicos. A malha urbana foi condicionada pela tipologia da casa-pátio islâmica, com o predomínio de espaços privados.

Com a reconquista cristã, em meados do século XIII, a vila foi sujeita a transformações profundas, que incluíram a alteração da fisionomia urbana, apesar dos centros político e religioso manterem a mesma situação e se adaptarem. A população foi-se fixando e a vila desenvolveu-se através da reocupação do núcleo urbano e da formação de bairros fora de portas. Foram surgindo novos equipamentos urbanos, que despoletaram o povoamento.

Os Descobrimentos proporcionaram a Loulé uma fase de prosperidade, investindo-se na dignificação do património do concelho e na imagem da vila, tendo a época moderna ficado igualmente marcada pela recessão económica e pela ruralização da população. Desacelerou-se o anterior crescimento demográfico e urbanístico. O núcleo muralhado perdeu protagonismo, tendo os extramuros ganhado uma importância acrescida. O terramoto de 1755 também provocou alterações pontuais na malha urbana.

**Palavras-chave:** Loulé; paisagem urbana; povoamento; evolução urbana; equipamentos públicos.

## Abstract

This work is intended to delineate the urban history of Loulé, between its islamic foundation and the end of the Modern Age, and is based on the data found in the available bibliography and the information collected from various sources, notably in the minutes of the council meetings, tax charters (*foros* and *décimas*). This study has been developed in three parts: the first one focuses on the characterization of the landscape of the urban centre and the territorial connections; the second part corresponds to the identification of the elements that have conditioned the settlement of the population in the location where the settlement was established; in the third we interpret the data related with the analysis of evolution of Loulé as an urban settlement.

The first settlement of population in Loulé dates back to the eleventh century with the installation of an Islamic Village (*Alcaria*). As the urban structure expanded and consolidated, it was progressively structured and configured by the building of defensive walls and related public facilities. The development of the urban net was affected by the typology of the islamic inner patio-house, with a predominance of private spaces.

With the Christian Reconquest, in the middle of the thirteenth century, the village has undergone profound transformations which changed the urban physiognomy, without prejudice of the political and religious centres having kept their locations and otherwise adapted. The population continued to fix and the village expanded through the reoccupation of the urban centre, and the formation of neighbourhoods out of the walls. New urban equipment started emerging thus sparking off the increase in the the people's settlement.

The Discoveries Age brought a prosperity phase to Loulé with investments in the dignifying the county's patrimony and in the village's image. The Modern Age was marked by economic recession and the ruralisation of the population. The previous demographic and urban growth decelerated. The intramural nucleus lost protagonism, with the suburbs increased in importance. The 1755 earthquake has also caused punctual changes in the urban population.

**Keywords:** Loulé; urban landscape; population; urban development; public facilities.

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>7</b>
<b>I. Enquadramento histórico-geográfico do núcleo de Loulé</b>	<b>13</b>
1. Condições físicas, geográficas e morfológicas	13
2. Ligações territoriais	16
<b>II. A génese de Loulé</b>	<b>19</b>
<b>III. Consolidação e evolução urbana de Loulé</b>	<b>24</b>
1. Da cidade islâmica à vila medieval cristã – entre os séculos XI e XV	24
1.1. A cidade islâmica	24
1.1.1. A muralha da medina	27
1.1.2. A medina	30
1.1.3. Os arrabaldes	36
1.2. A reconquista cristã	38
1.3. A vila medieval cristã	43
1.3.1. A cerca medieval	46
1.3.2. A matriz urbana medieval cristã	54
1.3.3. A vila intramuros	56
1.3.4. A vila extramuros	70
2. O desenvolvimento moderno – entre os séculos XVI e XVIII	86
2.1. A vila intramuros	93
2.2. A vila extramuros	101
<b>Considerações finais</b>	<b>118</b>
<b>Fontes e bibliografia</b>	<b>125</b>
<b>Anexos</b>	<b>138</b>

# Introdução

## O tema

Há alguns anos a historiografia considerava que a história de um país se circunscrevia apenas às narrativas comuns da sociedade e dos indivíduos a nível nacional. Contudo, tal paradigma alterou-se, principalmente após o 25 de abril de 1974, integrando-se no campo da investigação historiográfica a mais-valia da história local e regional, como elemento imprescindível à completa e rigorosa elaboração da história nacional.

De facto, a história local e regional não se encontra, de forma alguma, dissociada dos acontecimentos nacionais e até internacionais. A sua vantagem é precisamente poder demonstrar como, sem monografias exatas e minuciosas das suas localidades e das suas gentes, não se pode construir a história de um país.

Em coerência com o enunciado, o presente trabalho é o resultado final do estudo desenvolvido no âmbito do mestrado em história do Algarve, para a respetiva obtenção do grau de mestre, encontrando-se focado na história, concretamente na história urbana de uma localidade do Algarve, Loulé.

Como louletano, a elaboração de um trabalho sobre Loulé denuncia, logo à partida, uma motivação pessoal, explicando a escolha desta localidade como objeto de estudo a que nos propusemos dedicar no âmbito da dissertação, contando com o apoio e incentivo dos orientadores, prof. Doutor Horta Correia e prof.<sup>a</sup> Doutora Renata Araujo.

Em relação à seleção do período temporal do estudo, esta teve como prioridade apreender a génese da urbe, a sua evolução enquanto cidade islâmica, as transformações sofridas após a reconquista, a expansão e consolidação durante a época medieval cristã e o desenvolvimento na modernidade. Este período é aquele em que a vila cresceu de forma quase espontânea, isto é, sem a necessidade de um planeamento aturado, existindo, contudo, condicionantes e imposições que regulam funcionalmente a urbanização do local. Os alvares da contemporaneidade são precisamente o momento em que existiu uma rutura com o passado em termos de entendimento da urbe como estrutura viva e em plena transformação, existindo a necessidade de planear. Daí a nossa opção por terminarmos o estudo no final da época moderna.

Assim, a presente dissertação apresenta-se dividida em três partes. A primeira parte debruça-se sobre a caracterização da paisagem do núcleo urbano de Loulé, sendo efetuada a descrição

das condições físicas, geográficas e morfológicas, bem como das vias de acesso ao local, existentes desde a Antiguidade.

A parte II corresponde à identificação dos elementos que condicionaram o povoamento do local onde surgiu Loulé, à descrição da sua fundação como povoado muçulmano *ex nihilo* e às referências arqueológicas e documentais que o colocam com origem nos séculos XI / XII.

A terceira e última parte, subdividida em dois capítulos, versa, precisamente, sobre a análise da evolução urbana de Loulé, desde a época medieval islâmica até ao fim da época moderna. O capítulo 1 descreve a cidade islâmica e as suas principais características, com destaque para a demarcação da muralha, as especificidades da medina e a descrição dos arrabaldes. De seguida incide na reconquista cristã e nas alterações empreendidas na matriz urbana, delineando a cerca medieval e os seus principais elementos, a malha urbana intramuros e os arrabaldes em franca expansão, apontando localizações para os diversos equipamentos e a sua articulação com toda a estrutura da vila. O capítulo 2 é dedicado ao desenvolvimento durante a época moderna, sendo evidenciadas as fontes documentais a que se recorreu para interpretar a urbe nesta época, descrevendo-se as alterações ocorridas na vila intramuros, que perdeu algum do protagonismo medieval e nos espaços extramuros em assinalável desenvolvimento.

## **A metodologia e as fontes escritas**

Vários foram os **estudos** que, ao longo dos tempos, surgiram sobre a cidade de Loulé e o seu vasto concelho. Porém, apesar de se debruçarem sobre diferentes temas e perspetivas e em diversas cronologias, uns mais exaustivos, outros mais parcelares, nenhum abordou de forma global as várias etapas do desenvolvimento e expansão urbana da localidade. Destaque, entre outros, para:

Os trabalhos de Isabel Luzia ou de Helena Catarino, dedicados ao período medieval islâmico e elaborados, principalmente, com base nos resultados obtidos em escavações arqueológicas desenvolvidas entre as décadas de 1980 e a atualidade;

Os estudos de Maria de Fátima Botão, com realce para a dissertação de doutoramento, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, constituindo este o mais importante ensaio realizado até hoje sobre a urbe medieval louletana;

O trabalho *Urbanismo na composição de Portugal*, de Luísa Trindade, que foca o espaço urbano medieval, e que, apesar de fazer uma abordagem generalizada a todo o país, permite compreender melhor a evolução urbana das localidades, incluindo Loulé;

A transcrição e a análise das atas de vereações medievais de Loulé, efetuadas por Luís Miguel Duarte;

Alguns artigos sobre a evolução urbana de Loulé ao longo dos tempos, de abordagem genérica, da autoria de Manuel Pedro Serra, Isabel Raposo ou Paulo Estremoz;

O caderno *História económica, social e urbana de Loulé*, de João Miguel Simões, que trás à luz alguns documentos de arquivo, primordiais para compreender a evolução da urbe;

Os inúmeros trabalhos de Joaquim Romero Magalhães, dedicados ao Algarve, principalmente aos seus aspetos económicos e sociais na época moderna, onde aborda, de forma aprofundada, Loulé e o seu concelho;

Os textos de Manuel C. Teixeira, relacionados com a evolução urbana das vilas e cidades do Algarve na época moderna;

Mais recentemente, a dissertação de doutoramento de Rogério Paulo Almeida, *Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da idade moderna*, onde menciona a origem e evolução de diversos elementos urbanos, com destaque para as praças, e inclui um capítulo dedicado a Loulé.

Em termos metodológicos, a consulta da bibliografia existente, sob uma perspetiva crítica, com destaque para os trabalhos acima mencionados, funcionou como base para a elaboração da presente dissertação. A acrescentar a isto, apoiámo-nos ainda em importantes fontes documentais, que permitiram traçar a imagem de Loulé, e assim dar o nosso contributo para a construção da história urbana da cidade, desde a sua fundação (séculos XI / XII) até ao final da época moderna (inícios do século XIX).

Refira-se que Loulé dispõe de um interessante conjunto de documentos no seu Arquivo Municipal. Tem o privilégio de poder contar com as **atas de vereação** mais antigas do país, que remontam a 1384, documentos raros no plano historiográfico nacional. De facto, as atas de vereação medievais de Loulé, que se encontram transcritas e publicadas, foram essenciais para compreender a vida urbana da vila, transmitindo alguns pormenores que abrem pistas para a interpretação do tecido urbano medieval. Estes documentos foram já amplamente

estudados e interpretados por diversos investigadores, o que ajuda à sua utilização para os fins pretendidos.

O espectro informativo abriu-se ainda mais com a utilização de outras fontes, como são os **foros**, pertencentes aos tombos e inventários do concelho. Estes documentos, divididos por 10 maços, ostentam o registo de todos os bens imóveis do concelho de Loulé, aforados pelo Município ao longo dos tempos, contemplando uma cronologia que se estende de 1767 até 1840. Na sua descrição, apresentam elementos como a localização do imóvel, descrição, confrontações, medidas e os enfiteutas.

Através da sua análise foi possível identificar um total de 177 prédios (urbanos e rústicos) que pagavam foro à Câmara, tendo sido expurgados todos os imóveis localizados fora da vila de Loulé, como por exemplo no castelo de Salir ou no Almargem (Quarteira), uma vez que não demonstravam qualquer relevância para o trabalho em questão.

A partir daqui foi efetuada uma base de dados com as principais características dos prédios e transposta a sua localização geográfica para uma planta atual da cidade<sup>1</sup>. Recorreu-se, para tal, ao cruzamento de diversos elementos, como as dimensões e confrontações apresentadas e a análise toponímica, através da correspondência dos topónimos existentes na época com os atuais. Utilizaram-se, também, algumas plantas de Loulé dos finais do século XIX e inícios do XX, isentas das alterações urbanas ocorridas nesta última centúria e que, por isso, facilitaram a identificação e o traçado original de algumas ruas entretanto modificadas. Por vezes surgiram dúvidas quanto à localização dos bens aforados, devido ao menor detalhe apresentado, isto é, à escassez de referências às quais pudéssemos recorrer para identificar o local exato de implantação, ou à dificuldade em fazer corresponder as artérias de então à realidade atual.

Estes documentos da segunda metade do século XVIII e princípios do XIX, devido ao seu conteúdo e à relevante informação ostentada, facilitaram bastante a recolha de dados que permitiram desenvolver uma análise, com resultados satisfatórios, nomeadamente na identificação e caracterização urbana da Loulé moderna. Através dos prédios que o senado geria por meio de emprazamentos, muitos deles rústicos e destinados à construção de casas, podem-se identificar as áreas da vila em franco crescimento e desenvolvimento. Todavia, apesar de não corresponderem à Idade Média, oferecem igualmente a possibilidade, pelo seu detalhe e teor, de desenvolver uma correspondência para aquela época, ao nível dos principais

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I.

equipamentos urbanos que resistiram ao tempo e dos topónimos que sobreviveram e se conservaram em épocas posteriores. Refira-se que entre os finais da Idade Média e a Idade Moderna as transformações da malha urbana louletana não terão sido significativas, existindo uma consolidação da estrutura da vila e uma continuidade na utilização dos espaços e locais, mantendo-se muitos deles em funções em ambos os períodos. Esta permanência permitiu que, recorrendo à documentação mencionada, se conseguisse espelhar a malha da vila de Loulé não só na época moderna como também na medieval.

Claro que se trata de documentação que apresenta algumas limitações, na medida em que nos fornece uma imagem parcial da cidade, contudo, nem por isso menos fidedigna, pretendendo-se criar um ponto de partida, com a apresentação e compreensão da área urbana de gestão concelhia, para perceber toda a vila e as zonas que apresentavam uma dinâmica de alargamento e consolidação.

Apesar de constituírem uma parcela modesta no todo do edificado, os prédios aforados distribuíam-se, maioritariamente, pela periferia da urbe, concentrando-se em zonas afastadas do núcleo mais antigo e densificado. Refira-se que dos 177 prédios que pagavam foro à Câmara, apenas 19 se situavam dentro de muros, em contraposição com o predomínio de casos extramuros.

Outro dos documentos que serviu de base à compreensão da vila de Loulé foram as **décimas**. Este fundo documental é composto por 164 livros, compreendendo um período temporal entre 1719 e 1835. As décimas eram um imposto criado em 1641 a fim de sustentar a guerra da restauração, mantendo-se até à reforma fiscal de Mouzinho da Silveira, em 1832<sup>2</sup>. Tinha carácter geral, abrangendo todas as classes sociais e era constituído pela décima parte de todos os rendimentos (capitais, rendas, ordenados e salários, incidindo sobre as rendas de fazendas e moradias), sofrendo esta percentagem alguma variação ao longo do tempo<sup>3</sup>.

Estes documentos encontram-se divididos por arruamentos e dentro de cada artéria especificam os moradores e os bens a tributar. Assim, é possível perceber todas as ruas existentes na vila, distinguir entre as mais habitadas e as com menos população e perceber a dinâmica das novas zonas de expansão<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> SABÓIA, João (coord.), *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 1992, p. 64 (Ver referência completa na parte *Fontes e bibliografia* do presente trabalho).

<sup>3</sup> FERNANDES, Ana F. C. de Lira, *Da Tributação do Património: O IMI em especial – Pressupostos e Consequências Reais*, 2012, pp. 14-15.

<sup>4</sup> Ver Anexo II.

Por exemplo, pelas décimas é possível perceber, como fez Romero Magalhães, que “moradores nas ruas, pagando décima, sem contar a vila adentro, em 1729 eram 261, em 1738 eram 234, em 1714 eram 224 e em 1757 uns 329. Vila adentro em 1738 pagavam 44, em 1747 pagavam-na 47 e em 1757 uns 45”<sup>5</sup>.

Infere-se, a partir daí, que “dentro do casco amuralhado, mal amuralhado, muito menos gente do que fora, onde a quebra de 1729 a 1738 é visível”<sup>6</sup>.

A cidade de Loulé é fruto de metamorfoses, que ocorreram de forma permanente e simultânea, embora, nesse processo, possam identificar-se tempos diferentes, alguns fracos, quase de aparente imobilidade, outros fortes ou até de acelerações acentuadas.

É pois nossa intenção, redesenhar a paisagem urbana de Loulé ao longo de mais de sete séculos e de diferentes períodos da história, com base nas fontes disponíveis, algumas ainda pouco exploradas, com o objetivo último de dar a conhecer a realidade da malha do núcleo louletano.

Esperamos conseguir tal objetivo e relembramos que a preservação da cidade atual e do património remanescente passam por conhecer o passado e identificar a sua origem, bem como, apreender que por aqui passaram gentes que deixaram impressas as suas marcas nas ruas, nas casas e nos edifícios elementares. Deverá pois pugnar-se pela salvaguarda do património louletano de modo a legá-lo às gerações futuras.

---

<sup>5</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 109.

<sup>6</sup> *Idem, Ibidem.*

# I. Enquadramento histórico-geográfico do núcleo de Loulé

## 1. Condições físicas, geográficas e morfológicas

As características naturais e ambientais de um território condicionaram, ao longo dos tempos, os processos de ocupação humana e determinaram a fixação das populações e consolidação das características de assentamento.

Variáveis como o relevo, o tipo de solo, o clima, a hidrografia e o respetivo coberto vegetal autótone, ou seja, a paisagem, estabeleceram seguramente a configuração de uma povoação, a sua expansão e a vocação das atividades humanas.

O núcleo urbano de Loulé, situado sensivelmente no centro do Algarve, encontra-se localizado em pleno barrocal, uma área correspondente a um enclave calcário entre os terrenos da serra, isto é, do maciço antigo, onde predomina uma morfologia montanhosa característica do xisto, com a sua melhor expressão na serra do Caldeirão, e a planície litoral, caracterizada por grandes e extensas aplanagens.

Loulé eleva-se sobre um morro, situado nas faldas do último alinhamento de relevos calcários antes do litoral (Cabeça/S. Miguel; Azinheiro/Malhão; Guilhim; Nexe; Cabeço de Câmara)<sup>7</sup>. Esta localização estratégica é acentuada pela posição do relevo que permite uma articulação, não só física mas visual, com o restante território, alcançando distâncias que se prolongam desde Faro, a Quarteira e Albufeira. Esta relação visual com a envolvente confere-lhe um sentido de segurança e domínio que terá sido fundamental na lógica de assentamento inicial.

O tecido urbano mais antigo, assente na única rechã do terreno, conformando uma figura “de proa ou cunhal”, desenvolve-se a uma altitude que varia entre os 160 e os 170 m, num desnível máximo de 14 m, apresentando os declives mais acentuados a poente, na ordem dos 15%. Uma linha de água, que se estendia entre as zonas nordeste e oeste, servia de fosso natural, desenvolvendo-se pelos talwegues que acompanhavam a urbe a este, acabando por se conectar com as principais ribeiras da região<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> GOMES, Carlos Pinto, FERREIRA, Rodrigo Paiva, *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira - Portimão)*, 2005, p. 18.

<sup>8</sup> DUARTE, Carlos (dir./coord.), *Castelo de Loulé, Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística*, 1986, p. 17.



**Figura I.1**

**Posicionamento de Loulé em relação ao último alinhamento de relevos calcários, a Faro e ao litoral, 2015**

Outro importante curso de água, limite natural nascente do núcleo histórico de Loulé, é a ribeira do Cadouço, que corre no sentido norte-sul, num vale de fundo aplanado e vertentes de declives suaves, sendo pouco caudaloso e temporário. Estas linhas de água integram uma rede hidrográfica pouco densa e mal organizada, característica desta zona do barrocal. Contudo, esta região é bastante rica em águas subterrâneas, principalmente devido ao aquífero de Quarteira, que se podem encontrar a relativa pouca profundidade, conforme destacado por João Baptista da Silva Lopes: “He mui abundante de agua em todos os seus arredores; na villa não há casa que deixe de ter hum poço della para seus usos particulares”<sup>9</sup>.

Quanto à litologia da zona, é constituída por rochas do Plistocénico, designadas por Areias de Faro-Quarteira<sup>10</sup>, a que correspondem solos castanho-amarelados e alcalinos<sup>11</sup>, designados localmente por rocha caliça.

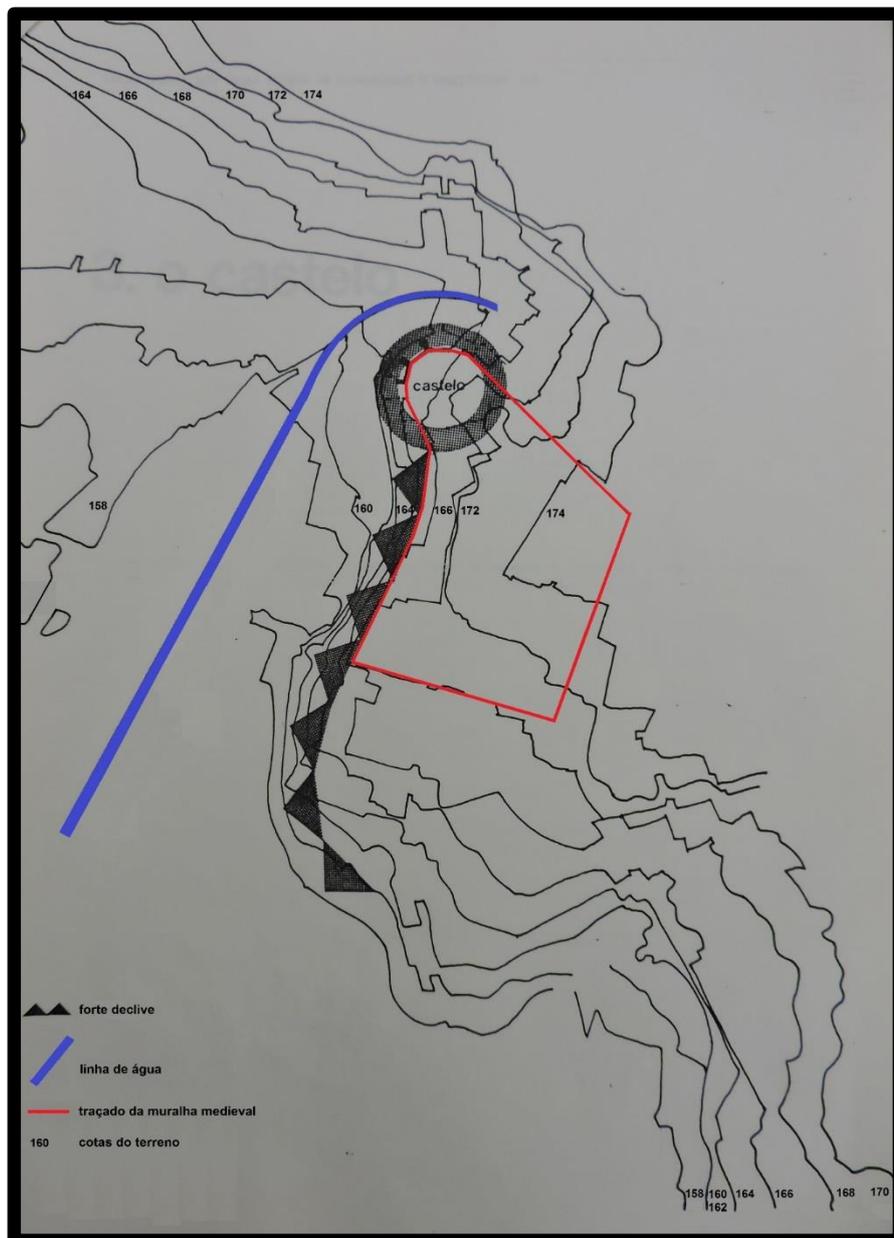
Como toda a região algarvia, Loulé localiza-se numa zona de forte atividade sísmica, junto à linha de fratura de placas tectónicas (Eurásia e África), ocorrendo igualmente diversos acidentes tectónicos, como as falhas de Loulé e de Carcavai. Em resultado deste posicionamento, a terra louletana tremeu inúmeras vezes ao longo dos tempos, com consequências devastadoras<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Esconomica, Estatistica e Topografica do Reino do Algarve*, 1841, p. 311.

<sup>10</sup> MANUPPELLA, G., et al., *Carta Geológica de Portugal – Notícia Explicativa da Folha 53-A Faro*, 1987, p. 28.

<sup>11</sup> COSTA, Manuel, “Contributo para a Caracterização Física do Concelho de Loulé”, 1995, p. 157.

<sup>12</sup> ANPC, *Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve*, 2010, pp. 10-14.



**Figura I.2**

**Morfologia do terreno onde se implantou a vila de Loulé**

(Adaptado de DUARTE, Carlos (dir./coord.), *Castelo de Loulé, Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística*, 1986)

O clima é mediterrânico, caracterizado por invernos amenos e chuvosos e verões quentes e secos, com uma evapotranspiração média anual muito superior às precipitações, diferença esta especialmente acentuada no verão<sup>13</sup>. Loulé encontra-se abrigada dos ventos frios do norte e do levante, bem como dos ventos oceânicos do poente, graças à orografia envolvente<sup>14</sup>.

Todas estas componentes ambientais condicionam o tipo de vegetação autótone e as culturas tradicionais. Na paisagem louletana predomina o pomar de sequeiro tradicional, composto por

<sup>13</sup> COSTA, Manuel, “Contributo para a Caracterização Física do Concelho de Loulé”, 1995, p. 153.

<sup>14</sup> RAPOSO, Isabel (coord.), *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*, 2007, p. 17.

alfarrobeiras, amendoeiras, figueiras e oliveiras. Mas as cercanias da Loulé medieval encontravam-se igualmente pontuadas por terrenos férteis aplanados, principalmente a nascente e poente do aglomerado, junto do leito das ribeiras, propícios para a prática da agricultura de regadio com hortas, pomares, vinhas, pastos e searas, que alimentavam a vizinhança e o gado.

A disposição de Loulé aliada às excelentes condições naturais permitiu que disfrutasse de fatores favoráveis e determinantes à vida e ao desenvolvimento da atividade humana. Não se pode descurar igualmente a sua posição de charneira entre a serra e o litoral, constituindo uma relação complementar entre o mundo rural e o mar, fundamental, não só, no tipo de ocupação e no seu processo de desenvolvimento, como na base das atividades económicas da região.

## **2. Ligações territoriais**

Para uma coerente abordagem ao povoamento e desenvolvimento de uma urbe é necessário conhecer os eixos viários terrestres, elementos estruturantes do território, e compreender a relação de comunicação e articulação do aglomerado com a restante região.

A disposição da rede viária era determinada, desde tempos imemoriais, pela geografia, povoamento e economia, conferindo-lhe características quase imutáveis durante séculos e ainda hoje facilmente reconhecíveis.

A rede de estradas algarvia, durante os vários séculos, limitou-se a adaptar o esquema viário recebido da Antiguidade Tardia. Quando os romanos atingiram o território algarvio, talvez ainda nos finais do século III a. C., encontraram já o esboço do que viria a ser a rede viária romana, limitando-se a transformar progressivamente em autênticas estradas alguns dos itinerários existentes, aqueles que melhor serviam os seus intuitos administrativos e económicos. Estas estradas constituíram uma rede da qual será herdeira e continuadora a rede viária medieval e moderna, senão em pormenor, seguramente nas suas grandes linhas<sup>15</sup>.

O posicionamento geográfico e os fatores naturais fizeram da região de Loulé uma zona de encruzilhada, colocando-a numa situação de centralidade em relação à rede viária que servia e percorria os restantes aglomerados algarvios e à que os ligava aos territórios mais a norte.

Diversos autores têm-se debruçado sobre os traçados das vias algarvias, nomeadamente as de origem romana. Um dos itinerários de ligação ao norte que terá assumido a primazia durante

---

<sup>15</sup> MANTAS, Vasco Gil, “Os Caminhos da Serra e do Mar”, 1997, pp. 314-321.

esse período e que, aliás, a manteve ao longo de vários séculos, inclusivamente até ao século XIX, seria o que, partindo de Ossonoba (atual cidade de Faro), atravessava a serra do Caldeirão, cruzando a região de Loulé e Salir. Saindo de Ossonoba, esse caminho continuava pela estrada de Lacobriga (Lagos) em direção a Almancil, infletindo aí para Loulé, de acordo com o Itinerário de Antonino. Assim, de Almancil a estrada alcançaria Quartos e Fazenda do Cotovio, passando pela margem esquerda da ribeira do Cadouço. De Loulé, a via sairia pela atual rua de Portugal<sup>16</sup>, continuando o percurso até Salir, vencendo a ribeira do Algibre na zona da Tôr. A partir de Salir, a estrada parece mudar bruscamente de sentido, para leste, a fim de evitar o relevo acidentado que fica a norte daquela localidade. Aproveitando o vale de Salir, o caminho infletiria para nordeste, em direção ao Ameixial, por Barranco do Velho, Montes Novos, tocando Cortiçadas<sup>17</sup>.

Para além desta ligação norte-sul, destacava-se outra que atravessava a zona de Loulé, isto é, uma via transversal, no sentido nascente-poente, que, pelo barrocal, ligaria as principais localidades desta sub-região (Mexilhoeira Grande, Estômbar, Alcantarilha, Boliqueime, Loulé, São Brás de Alportel, Santa Catarina até Castro Marim) e estabelecia a ligação com as estradas que seguiam para norte<sup>18</sup>.

A existência destes caminhos e a sua importância encontram-se patentes em alguns documentos da época medieval, atestando assim que foi a partir da rede viária estabelecida pelos romanos que se criaram as grandes linhas de comunicação inter-regionais posteriores.

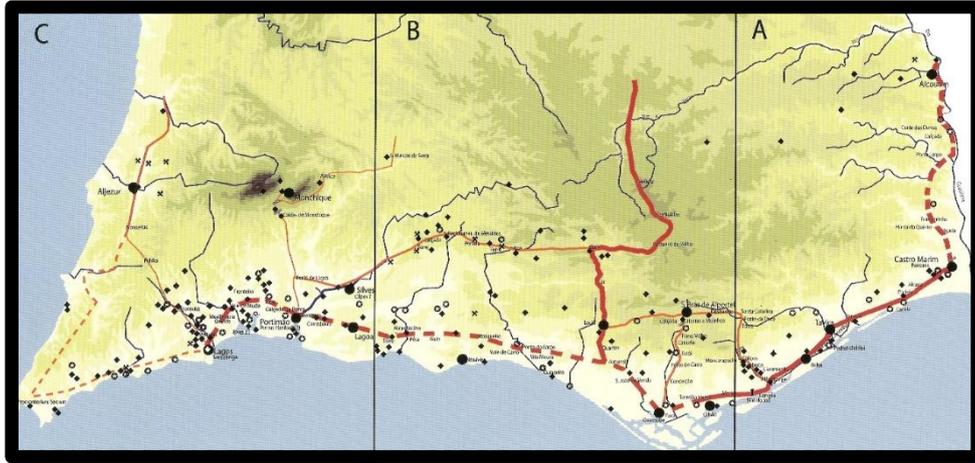
A rede viária do Algarve inscrevia assim a zona de Loulé no centro dos circuitos regionais, conferindo-lhe a situação de ponto de passagem inevitável para quem vinha de Portugal e se dirigia a Faro ou a Tavira, e de igual modo, um nó de ligação interurbana entre o barlavento e o sotavento algarvios.

---

<sup>16</sup> Topónimo medieval que define a via que, a partir de Loulé, dava acesso ao vizinho Reino de Portugal, dado que a região do Algarve gozava da categoria de reino.

<sup>17</sup> RODRIGUES, Sandra, *As Vias Romanas do Algarve*, 2004, pp. 63-65, 72.

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem*, p. 75.



**Figura I.3**  
**Vias romanas do Algarve**  
 (Adapt. de RODRIGUES, Sandra, *As Vias Romanas do Algarve*, 2004)

## II. A génese de Loulé

A zona onde se instalou e desenvolveu o núcleo urbano de Loulé beneficiou de diversos fatores que propiciaram esse assentamento, características observadas e destacadas por Frei Agostinho de Santa Maria, na obra *Santuário Mariano*, escrita na primeira metade do século XVIII: “A notável vila de Loulé fica no coração do reino do Algarve, dista de Faro duas léguas, fica-lhe a costa do oceano ao Meio-Dia, em distância de légua e meia. Está fundada em um campo lhano, fresco e agradável e cingida de antigos muros com um grande e forte castelo e junto a ele uma copiosa fonte de excelente água”<sup>19</sup>.

Podemos assim salientar as condições que estiveram na base deste assentamento:

Abundância de água e de matérias-primas;

Campos agrícolas férteis, com a presença de uma cultura mista, o regadio e o sequeiro;

Situação de colina que lhe conferiam um sentido de controlo sobre o território e de lugar mais defensável;

Ocupação humana do arco em torno da atual urbe, desde os tempos remotos da pré-história passando pelas civilizações romana e islâmica;

Centralidade dentro da unidade geográfica do Algarve, ou seja, equidistância entre o barlavento e sotavento e, simultaneamente, entre a serra e o litoral e conseqüentemente encruzilha de importantes vias de ligação entre povoações e outros territórios.

Estes requisitos foram primordiais para a instalação de uma alcaria islâmica, isto é, a génese da atual cidade de Loulé, correspondendo estas características aos requisitos considerados fundamentais pelos muçulmanos para a fundação e prosperidade de uma cidade<sup>20</sup>.

A ocupação islâmica na Península Ibérica iniciou-se em 711, com comunidades muçulmanas vindas do norte de África. Nos dois anos seguintes os exércitos muçulmanos conquistaram todo o território atualmente algarvio, ficando integrado no califado omíada de Damasco. Durante este período o Algarve foi ocupado por colonos árabes e berberes<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano*, vol. VII, 1721, p. 586.

<sup>20</sup> Segundo afirmou Torres Balbas, “«Dizem os sábios que, para prosperar, uma cidade deve reunir as cinco condições seguintes: água corrente; terras férteis para semear; um bosque próximo que proporcione lenha; muralhas sólidas e um chefe que mantenha a paz e segurança dos caminhos e castigue os revoltosos»” (CATARINO, Helena, “A herança urbana”, 1999, p. 97).

<sup>21</sup> BERNARDES, João Pedro, OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.), *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, 2006, p. 24.

Quando chegaram ao Algarve (*Gharb*), os muçulmanos ocuparam, de preferência, a capital da diocese visigótica, Ossonoba, que manteve esta designação até ao século XI, quando começou a ser conhecida por Santa Maria de Faro (*al Harun*)<sup>22</sup>, bem como as cidades pré-existentes, sendo igualmente recuperadas algumas das *villae*, onde cresceram os primeiros estabelecimentos rurais de época islâmica. Paralelamente, em torno de Faro, foram surgindo novos estabelecimentos islâmicos, as alcarias, que caracterizavam o povoamento rural não fortificado. Inicialmente, essas primeiras alcarias seriam instalações relativamente pequenas, disseminadas pelos melhores terrenos agrícolas, tornando-se posteriormente núcleos rurais desenvolvidos e com maior concentração urbana, acabando por ascender à categoria de cidades, com o seu respetivo distrito agrícola. Esta parece ser a evolução da ocupação islâmica na alcaria de Loulé, rodeada por antigas *villae*, com destaque para o Morgado de Apra, Torre de Apra e Fonte de Apra, o sítio de Alfarrobeira e a Fazenda do Cotovio<sup>23</sup>.

Parece ganhar assim relevo a opinião de Helena Catarino, segundo a qual o núcleo urbano de Loulé é seguramente uma das poucas fundações muçulmana *ex nihilo*, não tendo como antecedente uma *civitas* romana, desenvolvendo-se, antes, como outras alcarias, nas proximidades de *villae* tardo-romanas<sup>24</sup>.

Os estudos elaborados até à atualidade, principalmente a investigação arqueológica, não permitem definir, com certeza, a data de fundação da alcaria de Loulé, sabendo-se que já apresentava o estatuto de cidade nos séculos XII/XIII<sup>25</sup>. Os testemunhos mais antigos até agora recuperados no espaço urbano da cidade estão associados ao período de ocupação almorávida, isto é, a pesquisa científica dos materiais cerâmicos exumados na cerca do convento do Espírito Santo revelou cronologias pré-almóadas<sup>26</sup>. Desta forma, no estado atual dos conhecimentos, podemos dizer apenas que, aparentemente, a concentração habitacional em Loulé só terá começado no século XI, embora o espólio até agora recolhido seja, sobretudo, dos séculos XII e XIII, com a maioria a corresponder ao momento que antecedeu a reconquista<sup>27</sup>.

É de destacar igualmente a referência a alguns elementos com cronologia romana encontrados na área urbana de Loulé, como o altar a Diana (final do séc. II d.C.), incorporado na base da

---

<sup>22</sup> TORRES, Cláudio, “O Al Garbe”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, 1997, p. 433.

<sup>23</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, pp. 132-137.

<sup>24</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 130-132.

<sup>25</sup> Idem, *Ibidem*, p. 132.

<sup>26</sup> LUZIA, Isabel, *Cerâmicas Islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*, 2003, p. 17.

<sup>27</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, pp. 139-140.

torre da igreja matriz ou materiais arqueológicos exumados em sondagens realizadas no castelo da cidade. É provável que estes materiais fossem provenientes de *villae* romanas dos arredores de Loulé, e tivessem sido reaproveitados em edificações medievais e modernas, dado que, até esta data nenhuma escavação arqueológica, intervenção de cariz supostamente idêntico ou achado disperso ocasional, revelaram materiais e/ou níveis romanos na área da cidade.

Também todos os indícios apurados nas fontes escritas apontam para a fundação de Loulé no período muçulmano. As referências mais antigas à cidade aparecem nas fontes árabes tardias dos séculos XII, XIII e XIV, como por exemplo, na crónica anónima dos Merínidas e na obra de Ibn Saíde<sup>28</sup>. A cidade é indicada como *madinat Al-'Ulyã*, localizando-se a ocidente e a noroeste de Faro<sup>29</sup>. O significado da palavra *Al-'Ulyã* reporta para lugar elevado, colina, ou outeiro<sup>30</sup>, sentido que se adequa com a configuração orográfica do atual núcleo histórico da cidade de Loulé.

O desenvolvimento económico que se verificou ao longo do século XI, acabou por refletir-se na criação de subunidades locais, em novos distritos agrícolas onde, no século XII, se construíram fortificações que foram ativamente urbanizadas e se tornaram pontos estratégicos de defesa<sup>31</sup>. Loulé terá acompanhado esta tendência, tornando-se sede de distrito rural, possivelmente em finais do século XI, e conhecendo um crescente desenvolvimento e concentração populacional durante o século seguinte, o que implicou a construção de uma estrutura defensiva de algum relevo<sup>32</sup>. A edificação desta estrutura adveio da necessidade de acolher a população, cada vez mais numerosa, de modo a protegê-la das progressivas investidas militares, resultantes do avanço da reconquista cristã para sul do *Garb*, bem como assegurar a vigilância e o controlo de pontos estratégicos e das passagens naturais.

Foi neste período que se consolidou a estrutura urbana da *madinat Al-'Ulyã*, ascendendo à categoria de verdadeiro núcleo urbano<sup>33</sup>. A cidade tornou-se um importante centro administrativo, civil, militar e religioso, estrategicamente posicionada, adquirindo um papel

---

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*, p. 137.

<sup>29</sup> DOMINGUES, José D. Garcia, *O místico louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, 1954, p. 11.

<sup>30</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 51.

<sup>31</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-'Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, p. 137.

<sup>32</sup> KHAWLI, Abdallah, SILVA, Luís Fraga, FERNANDES, Maria Alice, *A Viagem de Ibn Ammâr de São Brás a Silves*, 2007, p. 59; BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 53.

<sup>33</sup> Idem, *Ibidem*; Idem, *Ibidem*.

de centro económico, produtor e redistribuidor de bens, particularmente de bens manufacturados, a que se associavam as técnicas e os produtos agrícolas e de criação de gado<sup>34</sup>.

O território (*iqlim*) controlado jurídica e economicamente pela *madinat Al-'Ulyã* abrangia naturalmente uma área menor do que o do atual concelho de Loulé, mas possuía excelentes recursos proporcionados pelas condições naturais do território, que se estendiam desde a serra, passando pelo barrocal e litoral. Os seus limites, a nascente, seriam o território do castelo de Albufeira, a pouco mais de 20 km, e o do *hisn Batarna* (Paderne), fortificação que fica sensivelmente a 16/17 km de Loulé. Para norte, já nos limites da serra, ficava o castelo de Salir, também a 16 km de Loulé, que seria o centro de outro distrito rural islâmico, anexado depois da reconquista ao alfoz de Loulé. O *iqlim* de Santa Maria de Faro marcava os limites orientais, possivelmente pelas proximidades de uma alcaria, em Santa Bárbara de Nexe<sup>35</sup>. Da *Al-'Ulyã* dependia um conjunto de núcleos de povoamento rurais, que gravitavam em seu torno, como Benafim, Querença, Cortiçadas e Azinhal dos Mouros, Alte ou Boliqueime, entre outros povoados rurais e piscatórios mais próximos do litoral, que Helena Catarino crê poderem estar relacionados com eventuais torres de atalaia, como a Quinta do Lago e o Cerro da Vila (Vilamoura), Torre, Torrejão e Castelão<sup>36</sup>.

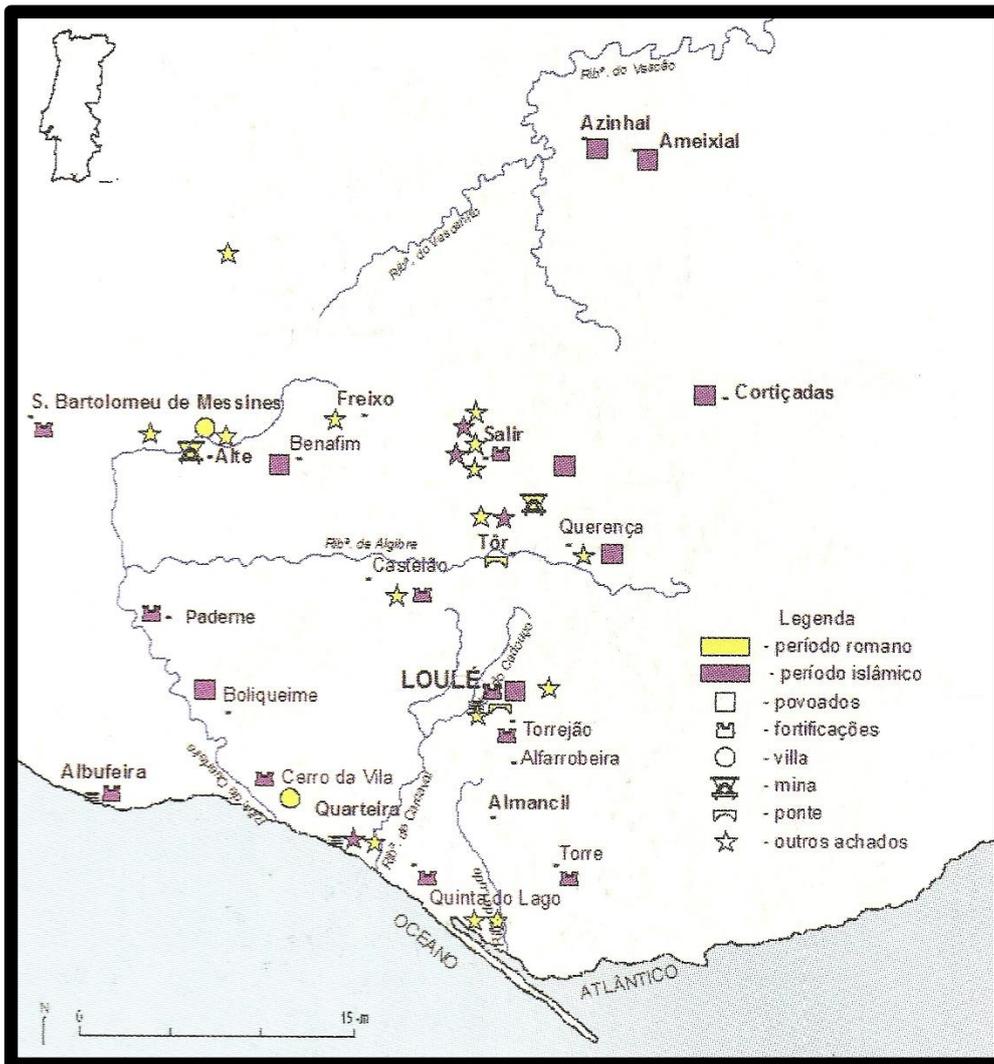
Neste contexto, Loulé, uma das poucas cidades de raiz islâmica no país, apresentar-se-ia como um importante núcleo urbano e centro de um território, mais ou menos vasto, com autoridade, individualidade e jurisdição próprias, beneficiado sobremaneira do local de implantação: importante cruzamento de vias terrestres, fácil acesso ao mar, cercanias com terrenos férteis e grande abundância de água.

---

<sup>34</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 53.

<sup>35</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-'Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, p. 138.

<sup>36</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 64-65.



**Figura II.1**

**Vestígios romanos e islâmicos na zona envolvente de Loulé**

(Adapt. de BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009)

### III. Consolidação e evolução urbana de Loulé

#### 1. Da cidade islâmica à vila medieval cristã – entre os séculos XI e XV

##### 1.1. A cidade islâmica

Conforme aludido, Loulé tornou-se durante o domínio islâmico num dos principais centros urbanos do Algarve, crescendo dentro de um recinto amuralhado com cerca de cinco hectares e atingindo mais de um milhar de habitantes<sup>37</sup>, constituindo o mais extenso aglomerado urbano sem contacto direto com o mar<sup>38</sup>.

À medida que o núcleo foi crescendo e desenvolvendo-se, vai sendo estruturado e configurado, com a construção das muralhas e respetivas portas, da alcáçova/alcácer, da mesquita, do cemitério, dos banhos públicos, dos sistemas de abastecimento de água e armazenamento de cereal, ou das estruturas habitacionais, adquirindo um perfil articulado com as condições e características do sítio de implantação.

Apesar de serem ainda poucos e dispersos os elementos que permitam um conhecimento detalhado da Loulé islâmica, devido à ausência de cadastro desse período à superfície, os trabalhos arqueológicos realizados nas últimas décadas vieram dar um contributo para se perceber a organização espacial da cidade e poder definir um esboço esquemático da sua organização. Contudo, a imagem atual da cidade, correspondente ao recinto urbano fortificado islâmico, não consegue disfarçar a estreiteza dos arruamentos, nem a tortuosidade do traçado urbanístico, que as condições climáticas e civilizacionais terão fomentado. Fruindo de exposições solares predominantes, a sul e a poente, e subordinada a períodos prolongados de calor e luz intensa, o visível emaranhado da estrutura urbana acabou por resultar dessa adaptação ao clima, recorrente nas cidades mediterrânicas e de fundação islâmica, e a séculos de ocupação.

A cidade de Loulé poderá ter tido, na sua génese, um planeamento urbanístico, devido à não existência de barreiras arquitetónicas prévias, sendo condicionada apenas pela natureza do local escolhido pela sua implantação. Esse tipo de instrumento prévio e globalmente pensado, não se cingiu a um plano urbano de rigor geométrico e transversal a todo o aglomerado. A intervenção das autoridades debruçou-se essencialmente e com especial atenção sobre determinados edifícios e estruturas da cidade, os de maior carga simbólica e interesse político,

---

<sup>37</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 91-92.

<sup>38</sup> TORRES, Cláudio, “O Al Garbe”, 1997, p. 436.

militar e religioso, deixando de lado o grosso da malha urbana, o cadastro propriamente dito. Era o caso da alcáçova, da mesquita e, eventualmente, do traçado das muralhas e dos principais eixos viários. É provável que tenha sido sobre estas infraestruturas que o poder político de *Al-Ulyã* tenha estabelecido regras, principalmente no que toca à edificação da muralha e à localização da mesquita. Refira-se que, para além dos elementos em que o poder estatal intervia, tudo o resto se resumia à distribuição do solo urbano entre os diferentes grupos ou clãs, desenvolvendo-se a partir daí de forma espontânea, dado o Islão admitir o regime de propriedade absoluta, com reflexos evidentes na liberdade concedida ao indivíduo na disposição e uso dos imóveis. Assim, a cidade islâmica materializava no espaço a conjugação de fatores como a estrutura familiar extensa, a liberdade concedida à ação da iniciativa privada, associada ao domínio pleno sobre a propriedade particular e a inexistência de um modelo sagrado de cidade construída<sup>39</sup>.

O crescimento da cidade de Loulé deverá ter começado junto das vias de comunicação que cruzavam o local há vários séculos. As primeiras casas terão sido edificadas junto a essas vias, decalcadas sobre os caminhos existentes, irradiando a partir daí. Dessa sobreposição dependia em grande parte a sobrevivência do núcleo urbano: ao transformar em rua central um caminho territorial, trazia-se obrigatoriamente para o interior da cidade, mesmo que apenas de passagem, um fluxo contínuo de viajantes, gente primordial para o seu desenvolvimento económico e social.

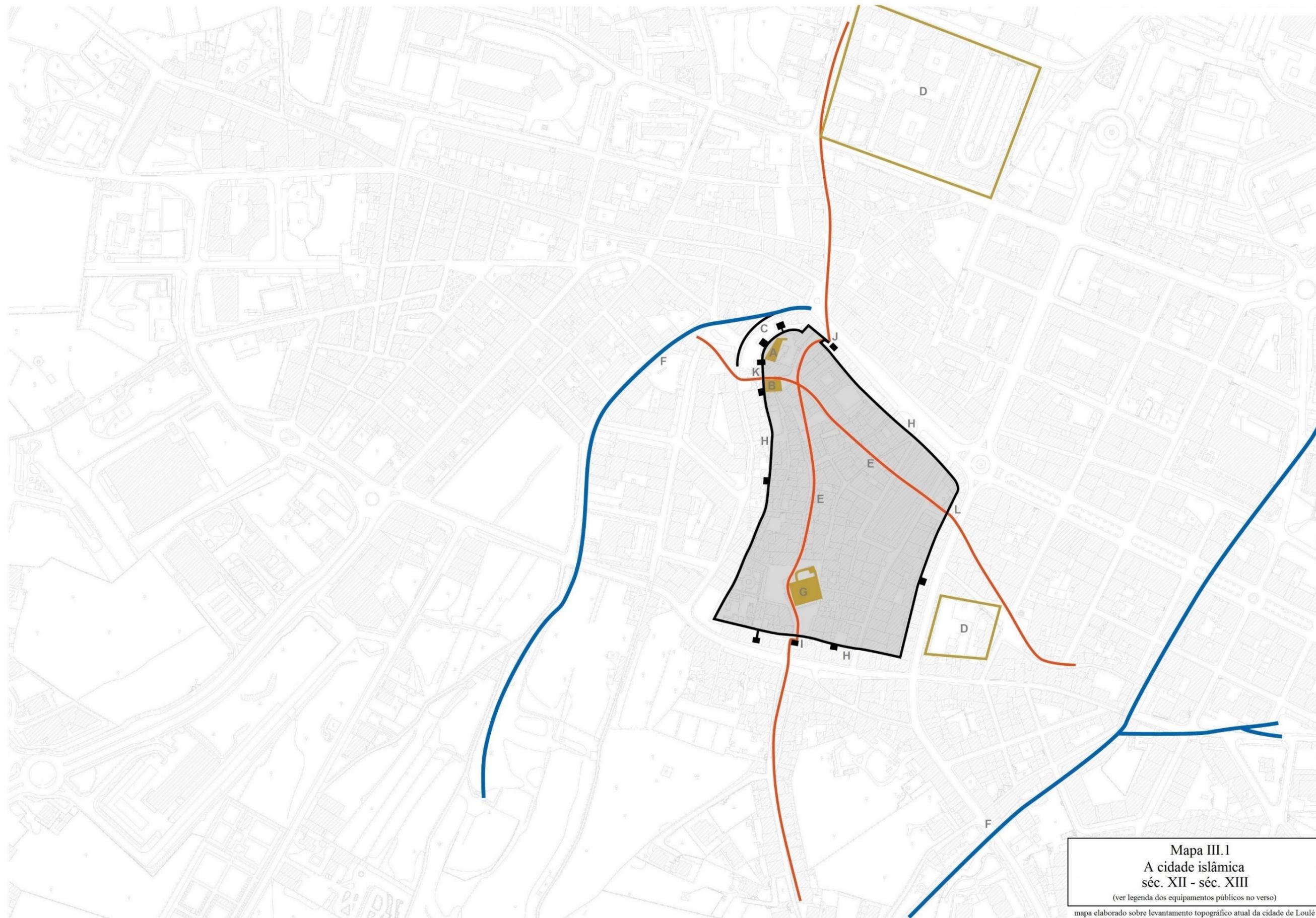
Contudo, Loulé não foi estruturada de acordo com a chamada fisionomia muçulmana, sempre presente nas cidades mais importantes do *Gharb*, onde aparecem bem diferenciadas as muralhas da medina (*madinat*) e da alcáçova<sup>40</sup> (*qasaba*). Helena Catarino coloca a hipótese de esta cidade não estar propriamente organizada segundo os modelos clássicos, dado ter sido fundada tardiamente. No local designado atualmente por castelo, onde se edificou em época cristã a alcaidaria, e muitos historiadores afirmam ser a localização da alcáçova, pode ter existido, com reservas, um pequeno alcácer (*qasr*), ou mera torre celouia (habitação do alcaide muçulmano), embora este não esteja no ponto topográfico mais elevado da cidade, não ocorrendo indícios de qualquer estrutura relativa à alcáçova, apesar de o espaço ter sofrido muitas alterações tardo-medievais e de época moderna<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 52-54, 58, 64.

<sup>40</sup> Zona fortificada e centro do poder, implantada por regra no sítio mais defensável e em ligação direta com a cerca principal.

<sup>41</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, pp. 138-139.



Mapa III.1  
A cidade islâmica  
séc. XII - séc. XIII  
(ver legenda dos equipamentos públicos no verso)  
mapa elaborado sobre levantamento topográfico atual da cidade de Loulé

### Equipamentos públicos

Letra	Designação
A	alcácer/alcáçova
B	banhos públicos
C	barbacã
D	cemitério
E	eixos de circulação principais
F	linha de água
G	mesquita
H	muralha
I	porta de Faro (sul)
J	porta de Portugal (norte)
K	porta de Silves (poente)
L	porta do Sol (nascente)

### 1.1.1. A muralha da medina

A medina de Loulé foi cercada por uma cintura de muralhas, adaptada à morfologia do terreno onde foi implantada, construídas ou, pelo menos, reforçadas em época almóada, sofrendo sucessivas reconstruções posteriores à reconquista. Atualmente, à luz dos conhecimentos existentes, não é possível definir uma data precisa para a sua edificação, ainda que exista a certeza da sua presença no período almóada e aquando da reconquista.

Hoje, a maior parte das estruturas defensivas islâmicas da cidade encontram-se dissimuladas pelas construções, contudo, o traçado das muralhas é visível através de uma leitura topográfica da área em questão e, principalmente, pelo alinhamento dos limites das construções, tanto as do seu interior, como as que sucessivamente foram adossadas à sua face exterior, sendo possível reconstituir aproximadamente o perímetro total do reduto louletano.



**Figura III.1**  
Perímetro da muralha medieval de Loulé (a branco) sobre ortofotomapa atual

A fortificação, ao estilo das suas congéneres almóadas, encontrava-se protegida por torres adossadas às muralhas, bastante salientes, de planta quadrada ou retangular, e por algumas torres albarrãs, afastadas e providas de passadiço superior que dava acesso ao adarve.

Os vários tipos de técnicas construtivas que a muralha e as torres apresentam atualmente carecem de análises cronológicas, só possíveis através da realização de um maior número de trabalhos arqueológicos no terreno. Contudo, de acordo com o período em questão, infere-se que a fortificação original terá sido edificada em taipa, técnica em que se recorre a cofragens

de madeira, assentando, normalmente, sobre uma base de pedra fortemente argamassada com terra e cal.

Existem ainda algumas torres em taipa, como a torre da Vela, e outras em pedra calcária maciça, também com origem na época islâmica. Estas últimas poderão ter sido acrescentadas numa fase posterior à construção do troço de muralha, conforme se pode deduzir através dos estudos arqueológicos realizados<sup>42</sup>, ou reforçadas em épocas posteriores, nomeadamente sob domínio cristão<sup>43</sup>.



**Figura III.2**  
**Torre da vela rodeada por habitações, 1945**  
(Direção Geral do Património Cultural – DGPC)

Outro dos elementos defensivos da cidade era a barbacã, topónimo ainda hoje existente, que funcionava como fosso, constituída por uma muralha avançada e mais baixa, paralela ao recinto fortificado. Isabel Luzia afirma que o sistema hidráulico identificado recentemente (em 2004) no local, poderia estar relacionado com a barbacã. Na intervenção foram escavados, para além de um túnel, a base de um tanque que ostentava os restos de uma estrutura de suporte de um engenho elevatório (tipo nora). “Dada a sua localização, não

---

<sup>42</sup> LUZIA, Isabel, “A primeira campanha de escavação da “Casa das Bicas” – Loulé, 2008, p. 269.

<sup>43</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 468-470.

parece de todo impossível reconhecê-lo como vocacionado para encher um fosso que rodearia parte da estrutura defensiva”<sup>44</sup>.

Ao longo de toda a cintura muralhada, abriam-se portas, que se fechavam à noite, para proteção dos moradores, e que projetavam as necessidades de articulação com o espaço periurbano de campos e hortas circundantes, matas, alcarias e estruturas de defesa militar. A zona de implantação destas aberturas originais, em número de quatro ou cinco, é genericamente conhecida, apesar de pouco restar, tendo sofrido diversas remodelações tardo-medievais e modernas.

A única que ainda hoje se mantém fisicamente de pé, apesar de entaipada, é a porta de Faro, que, a sul, dava acesso à cidade com o topónimo congénere. A esta veio juntar-se, em 2007, a descoberta dos restos da porta de Portugal ou da Vila, localizada na zona norte da medina, mas virada a este, em cotovelo, e defendida por uma torre<sup>45</sup>. Existiam igualmente a porta de Silves, que abria a poente, frente ao rossio, e a porta do Sol, direcionada para Tavira, a nascente do burgo.

Tal como a porta de Portugal, as restantes seriam, possivelmente, também portas de cotovelo. Típicas nas construções deste período, as portas com esta tipologia abriam num dos lados da muralha, junto a uma torre retangular exterior, com um ou vários pátios internos a formar entradas de cotovelo único ou múltiplo<sup>46</sup>, o que constituía um importante dispositivos de defesa.



**Figura III.3**  
**Esquema da porta de Portugal (A – muralha; B – torre; C – porta)**

<sup>44</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 473-474.

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, p. 472.

<sup>46</sup> CATARINO, Helena, “O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamento Rural e Recintos Fortificados”, 1997/98, p. 614.

### 1.1.2. A medina

Articulando as portas da muralha entre si e estas com o centro da cidade e os principais equipamentos urbanos, encontravam-se as ruas de maior trânsito, isto é, os eixos principais e estruturantes, que se prolongavam no exterior em caminhos territoriais que levavam às localidades mais próximas. Verdadeiros eixos distribuidores da circulação, eram utilizados por quem estava apenas de passagem pela cidade e os únicos caracterizados por alguma regularidade e largueza. Como eixos principais, atraíam os edifícios públicos mais significativos: mesquita, mercado, banhos, locais de armazenamento de bens e hospedarias. Quando, transposta a muralha, transformavam-se em caminhos, surgindo os cemitérios e as atividades poluentes. Estas vias eram as únicas da cidade muçulmana suscetíveis de desenho prévio<sup>47</sup>.

Apesar dos escassos vestígios dos mais importantes eixos urbanos de *Al-'Ulyã*, consegue-se reconhecer, ainda hoje, através da apreensão gráfica dos principais elementos da estrutura urbana, a orientação de implantação, entre as portas, a mesquita e o alcácer. Desta forma, é possível compreender melhor a organização espacial da cidade.

Entrando na medina a partir do sul, pela porta de Faro e percorrendo a principal via norte-sul, encontrava-se, a poucos metros da entrada, a **mesquita** aljama, junto da qual se desenvolvia, possivelmente, o mercado, com as tendas encostadas aos muros do templo<sup>48</sup> e o comércio mais luxuoso (na alcaçaria)<sup>49</sup>. Como em outros lugares, também em Loulé o templo muçulmano estava próximo de uma entrada importante para as populações rurais e mesmo piscatórias, funcionando aí como um polo de convergência de toda a vizinhança que a procurava para cumprir as suas necessidades religiosas, bem como todo um conjunto de atividades socioculturais.

Da mesquita pouco sobreveio, sendo escassos os vestígios que testemunham a sua integração num edifício posterior dedicado ao culto cristão. Admitem, contudo, alguns historiadores, que o templo religioso ocupava o lugar da atual igreja matriz de São Clemente, tendo sido alvo de um processo de purificação e sequente reutilização, pelos novos conquistadores, para o seu próprio culto. Um dos elementos arquitetónicos fundamental para tal afirmação, que ainda subsiste, é a torre sineira, considerada um dos poucos minaretes que restam no território português, de onde os fiéis eram chamados à oração 5 vezes por dia. O tipo de silharia nos

---

<sup>47</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 64, 67.

<sup>48</sup> Idem, *Ibidem*, p. 60.

<sup>49</sup> CATARINO, Helena, “A herança urbana”, 1999, p. 99.

primeiros metros de embasamento, a sua localização em relação à igreja<sup>50</sup> e o enrolar para a esquerda da escada no seu interior<sup>51</sup>, atestam que pode ter servido de almenara a uma antiga mesquita.



**Figura III.4**  
**Torre sineira da igreja matriz, 1961**  
(DGPC)



**Figura III.5**  
**Escada no interior da torre sineira, 2014**

Outro indício que pode confirmar que a matriz de Loulé seria uma mesquita convertida é a sua orientação, uma vez que possui o alçado lateral direito voltado para sudeste, ou seja, para Meca. Nesta posição localizar-se-ia um paramento (*qibla*) que continha o mirabe (*mihrab*), nicho em forma de abside, que tem a função de indicar a direção da oração<sup>52</sup>. Depois temos a sua planta quase quadrada, que se manteve mesmo depois de lhe serem acrescentados vários altares de cada um dos lados.

<sup>50</sup> TORRES, Cláudio, “O Al Garbe”, 1997, p. 436.

<sup>51</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 472-473.

<sup>52</sup> MAGALHÃES, Natércia, *O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve*, 2002, p. 25.

Numa descrição datada de 1518 surge igualmente referência a um adro vedado, anexo à torre sineira, que poderia corresponder ao característico pátio (*sahn*) das mesquitas: “(...) e da parte do norte estaa huu adro cerquado de parede allta todo ao redor. E no dito çerquo estaa huua torre de cantaria allta e muuyto boa”<sup>53</sup>. Consistia num local de encontro dos homens, onde se publicitavam os decretos e se convocava a guerra, decorria o ensino ou se encontravam os pesos e as medidas<sup>54</sup>.

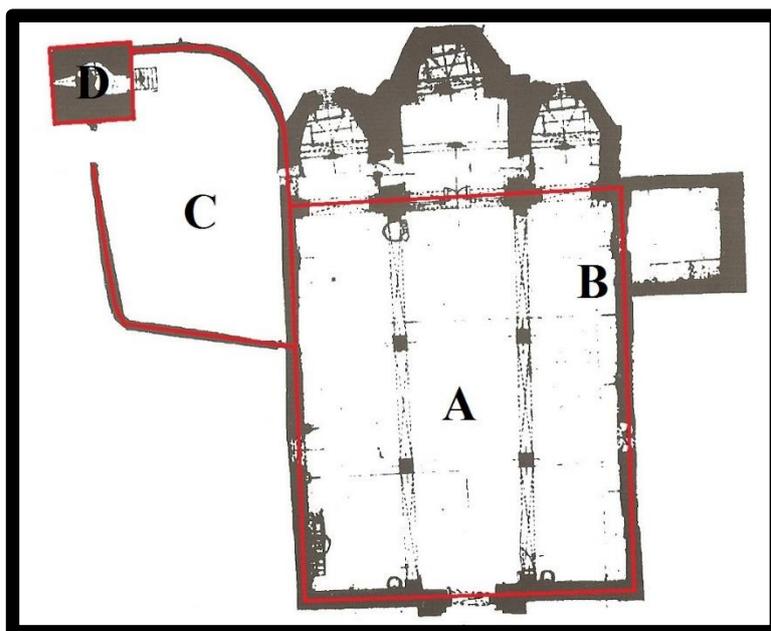


Figura III.6

Esquema da mesquita (a vermelho), com base na planta da igreja matriz executada a partir da descrição em 1518

(A – mesquita; B – mirabe; C – pátio; D – minarete)

(Adapt. de VIEGAS, António José Guerreiro, “Visitação da Ordem de Santiago no Padroado de Loulé em Janeiro de 1518”, 1996)

A mesquita, apesar de se encerrar sobre si mesma, virando à cidade muros cegos, alheia a tudo o que a rodeava, mantendo com ela relações estritamente funcionais, impunha-se como um núcleo de referência funcional na orgânica urbana, centro por excelência da cidade islâmica, junto de uma das principais vias de acesso, como já referido, entre a trama urbanística e as portas da muralha, próxima da entrada das populações rurais.

No extremo norte/noroeste da artéria principal da medina, junto à porta da Vila, localizava-se o **alcácer/alcáçova**, isto é, o reduto onde vivia o governador da cidade e uma guarnição militar. No local, onde a fortificação se encontrava reforçada com três possantes torres e

<sup>53</sup> MARTINS, Luísa F. Guerreiro, CABANITA, Pe. João Coelho, “Visitação” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, 1995, pp. 26-27.

<sup>54</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 60.

delimitada por uma barbacã, foram descobertas, nos anos de 1980, estruturas habitacionais, que poderão estar relacionadas com a referida função de aposentos do governador. Durante a época cristã foi o sítio convertido na alcaidaria da vila.

Não muito longe, nas imediações da porta de Silves, achavam-se os **banhos públicos** (*hammam*), outro dos elementos urbanos fundamentais no mundo árabe, edificados no século XII<sup>55</sup>. A localização preferida deste tipo de estabelecimento era junto das portas e/ou das mesquitas. Havia que cumprir os rituais que renovavam e purificavam tanto o corpo como a mente<sup>56</sup>. Por isso, todas as cidades em época islâmica possuíam um ou mais estabelecimentos de banhos públicos, destinados a responder às necessidades de higiene, bem estar e relaxamento das populações<sup>57</sup>.

O modelo destes edifícios aproximava-se do das termas romanas, com vestíbulo para guarda-roupa, *frigidarium*, *tepidarium*, *caldarium* e *apodyterium* ou sala de repouso<sup>58</sup>. Após a reconquista cristã, o estabelecimento de banhos de *Al-'Ulyã* manteve-se em funcionamento, sendo referenciado no foral outorgado por D. Afonso III, que o reservou para a sua posse<sup>59</sup>.

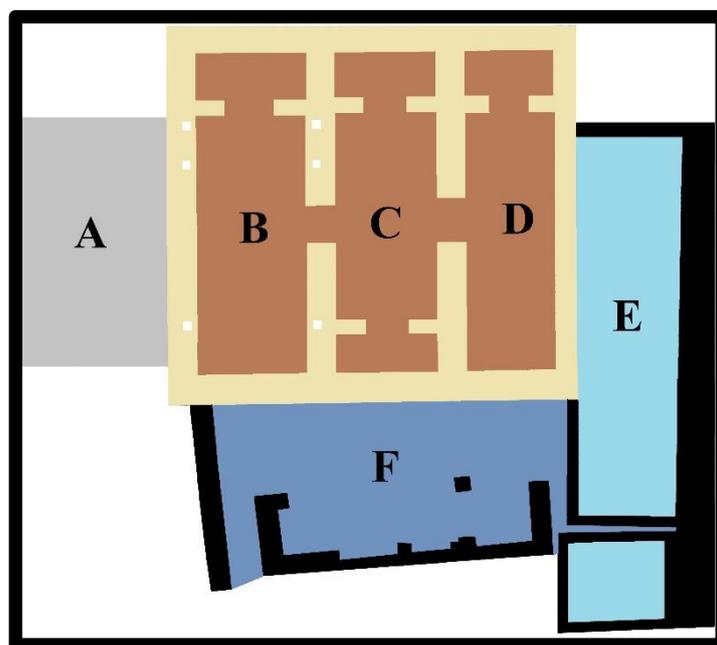


Figura III.7

Planta dos banhos públicos de Loulé

(A – fornalha; B – sala quente; C – sala tépida; D – sala fria; E – tanques; F – vestíbulo e latrina)

<sup>55</sup> LUZIA, Isabel, “A Investigação Arqueológica na Cidade de Loulé Durante o Ano de 2007”, 2008, p. 90.

<sup>56</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, p. 474.

<sup>57</sup> LUZIA, Isabel, “A Investigação Arqueológica na Cidade de Loulé Durante o Ano de 2007”, 2008, p. 90.

<sup>58</sup> CATARINO, Helena, “O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamento Rural e Recintos Fortificados”, 1997/98, p. 107.

<sup>59</sup> MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, 1989, pp. 25, 32.

Os equipamentos públicos referidos desempenharam um papel fundamental em Loulé, tal como na generalidade das cidades islâmicas, como locais de sociabilização. Refira-se que as medinas não possuíam espaços públicos no sentido em que foram entendidos na cidade clássica e serão desenvolvidos na cidade cristã, isto é, verificava-se a inexistência de qualquer elemento do tipo praça, uma vez que as funções a ela associada tinham como palco quase exclusivo a mesquita, os banhos e o alcácer.

À medida que se saía dos principais eixos e lugares públicos, avançava-se para os espaços residenciais privados, o tráfego diminuía e o acesso tornava-se mais difícil, praticamente reservado aos que aí residiam, hierarquizando-se, desta forma, a rede viária, o que provocava uma imagem confusa e labiríntica, contudo, organizada de acordo com a lógica e vivência muçulmanas. Assim, os eixos maiores eram intercetados por outros, secundários, mais ou menos estreitos e sinuosos e a partir destes desenvolviam-se os becos sem saída ou adarves, que constituíam os capilares do sistema, servindo de corredor de acesso às várias portas das habitações e funcionando quase só como serventias, estreitas e cingidas por paredes cegas, apenas interrompidas por um ou outro portal anónimo<sup>60</sup>.

Este tipo de urbanismo ocorria devido à estrutura da casa-pátio islâmica, cujo carácter intimista ignorava o conceito de fachada nobre aberta sobre a rua e que captava toda a luz e ar necessários através do espaço descoberto central. Permitia, na prática, que todas as paredes servissem de encosto e que nas quatro direções pudessem encostar-se outras tantas edificações. Restava apenas assegurar o acesso, que era feito através dos adarves, percursos mais ou menos longos pelo interior dos quarteirões e que, em rigor, já quase apenas pertenciam aos proprietários a cujas casas davam serventia. De acordo com esta premissa, as casas podiam crescer indefinidamente como manchas de óleo, em lotes próximos do quadrado<sup>61</sup>.

Apesar de se conhecerem poucos vestígios das habitações e outros elementos da arquitetura civil da Loulé islâmica, foi posta a descoberto, em 1990, conjuntamente com outras estruturas habitacionais, uma casa com a tipologia mencionada. A habitação, localizada junto do troço do pano norte da muralha da cidade, correspondia a uma casa almóada (séculos XII-XIII)<sup>62</sup>, composta por 4 compartimentos organizados em torno de um pátio com um pequeno poço

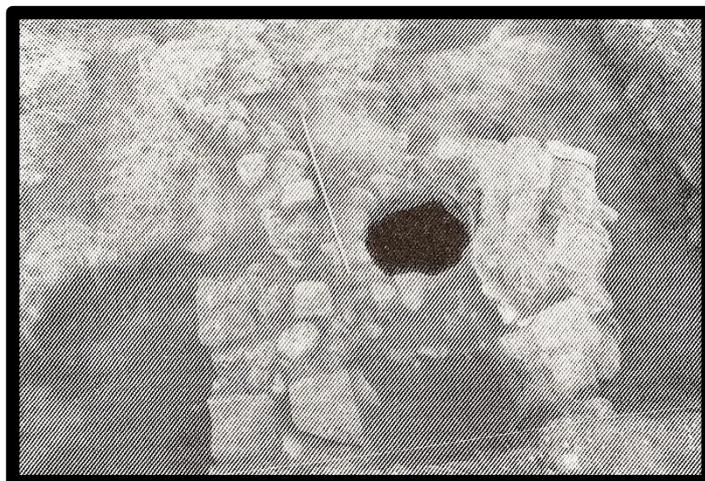
---

<sup>60</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 66-67.

<sup>61</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 63-64.

<sup>62</sup> GONÇALVES, Ana, “Inventariação Arqueológica no Convento do Espírito Santo”, Loulé, 1995, p. 56.

central<sup>63</sup>. A casa era de rés do chão e tinha telhado de telha de meia cana, com decorações digitadas<sup>64</sup>.



**Figura III.8**

**Poço central do pátio da casa almóada descoberta em 1990**

(Adapt. de GONÇALVES, Ana, “Inventariação Arqueológica no Convento do Espírito Santo”, 1995)

As paredes das casas louletanas eram, genericamente, de pedra, até cerca de 1,5 m de altura e, a partir daí, construídas em taipa<sup>65</sup>, sendo revestidas com cal (caiadadas). As fachadas eram muito sóbrias, com portas que davam acesso ao pátio interior por meio de um corredor, ou saguão. Se existiam janelas para a rua, elas eram altas, estreitas e tinham ajimezes e gelosias (persianas com tabuinhas) com o fim de proteger o interior da indiscrição dos vizinhos. No interior e nos pátios, espaços femininos e domésticos por natureza, preparavam-se e cozinhavam-se as refeições, em lareiras estruturadas diretamente sobre o solo, embora também já se usassem fogareiros de barro<sup>66</sup>.

Associado à habitação mencionada, tal como a outra escavada na zona poente da cidade, foi registada a presença de um estreito adarve ou saguão, a separar a casa da face interna da muralha da cidade<sup>67</sup>, utilizado para a drenagem de águas pluviais e iluminação<sup>68</sup>.

A tipologia da casa-pátio descoberta e a presença dos saguões, apesar de elementos escassos para fundamentar com fiabilidade a afirmação, permite supor que o urbanismo de *Al-‘Ulyã* fosse semelhante ao das suas congéneres do *Al-Andalus*, com ruas hierarquizadas, entre as

---

<sup>63</sup> LUZIA, Isabel, *Cerâmicas Islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*, 2003, p. 9.

<sup>64</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 60.

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>66</sup> CATARINO, Helena, “A herança urbana”, 1999, p. 100.

<sup>67</sup> LUZIA, Isabel, “Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-‘Ulyã: Estruturas e Cerâmicas”, 2003, p. 224.

<sup>68</sup> GONÇALVES, Ana, “Inventariação Arqueológica no Convento do Espírito Santo”, 1995, p. 56.

principais, mais largas e com caráter de passagem e ligação entre espaços urbanos fundamentais, e as ruelas estreitas e intrincadas, de acesso às zonas habitacionais.

Para completar a descrição da cidade e dos seus principais equipamentos urbanos, não se pode descurar o **sistema hidráulico** da urbe. Numa cidade fundada em época islâmica, construída de raiz num local estrategicamente escolhido pelas suas características defensivas e abundância de recursos naturais, dos quais se destacava em primeiro lugar a água, é natural que se tivesse planificado um sistema de abastecimento hidráulico. Este estava ligado à obtenção, canalização e armazenamento das águas subterrâneas, ainda hoje muito abundantes quer na área urbana quer na região circundante, sendo composto por um tanque subterrâneo<sup>69</sup>, um engenho elevatório<sup>70</sup> e diversos túneis. O túnel principal, que media aproximadamente 2 m de altura, dava acesso a outros dois, um em direção a sul e outro orientado a sudoeste<sup>71</sup>. Estes abasteceriam, possivelmente, os poços existentes nos pátios das habitações, tal como o que foi identificado na casa-pátio já mencionada, cuja função seria assegurar o abastecimento doméstico de água.

### 1.1.3. Os arrabaldes

No limite da cerca urbana começava e acabava a cidade, como núcleo político, administrativo, militar e religioso. Em volta estendiam-se os arrabaldes, consagrados a funções agrícolas e de criação de gado, que tanto se podiam situar nas áreas mais próximas da cidade, como nas mais afastadas, desde as hortas extramuros a campos abertos, povoados com oliveiras, figueiras, amendoeiras e vinha. Os habitantes da cidade saíam de manhã para as lides nos campos, regressando à noite para o interior amuralhado, de modo a resguardar-se dos perigos.

No exterior poderiam existir igualmente locais destinados a feiras e mercados (por exemplo, no rossio, que manteve a mesma função depois da reconquista), assim como as áreas destinadas a atividades artesanais (como indústrias de curtumes, tinturarias e moinhos). Também aí se localizavam jardins públicos e santuários campestres (*musallas*), onde se desenrolavam algumas das festividades religiosas anuais, e os cemitérios (*maqbara*) situados junto das estradas que davam acesso às portas da cidade<sup>72</sup>.

---

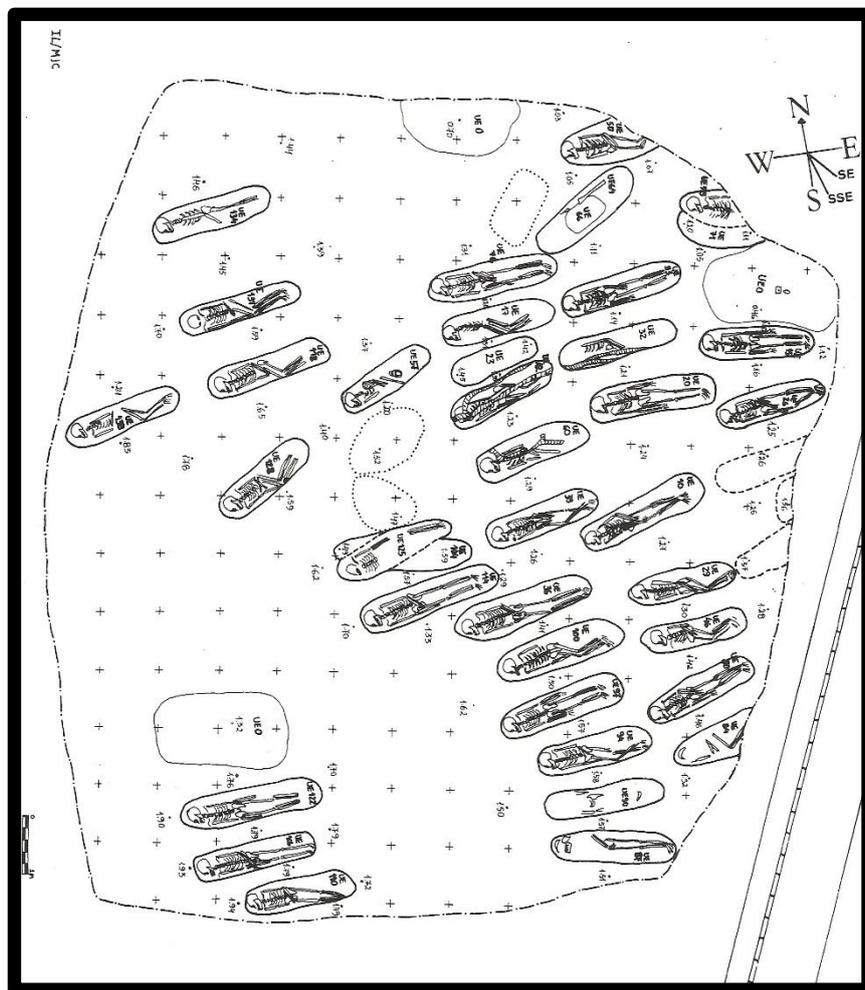
<sup>69</sup> LUZIA, Isabel, “Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé”, 2006, pp. 89-90.

<sup>70</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 473-474.

<sup>71</sup> LUZIA, Isabel, “Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé”, 2006, p. 89.

<sup>72</sup> CATARINO, Helena, “A herança urbana”, 1999, p. 97.

Precisamente a cerca de duzentos e cinquenta metros da porta norte do casco urbano, junto do caminho principal, situava-se um dos **cemitérios** almóadas da cidade. Esta localização permitia que, quem viesse do norte, pelo itinerário que ligava Salir a Loulé e antes de entrar na cidade, se deparasse, à esquerda da via, com o grande campo santo, reservado aos mortos, recordando que também um dia se juntaria aos seus irmãos de fé. No local escavado em 1999, uma pequena parcela desta *maqbara*, foram exumadas quarenta e uma sepulturas, todas com orientação oeste (cabeceira) / este (pés), estando a face dos esqueletos voltada para su-sueste<sup>73</sup>, de acordo com os costumes muçulmanos, correspondendo a cronologias almóadas (a partir do século XII e até meados do século XIII), talvez mesmo para datas muito próximas da reconquista (1249)<sup>74</sup>.



**Figura III.9**

**Esquema das sepulturas escavadas no cemitério islâmico de Loulé**

(Adapt. de LUZIA, Isabel, “A Escavação Arqueológica de Emergência do Cemitério Muçulmano da «Quinta da Boavista» / Loulé”, 1999/2000)

<sup>73</sup> LUZIA, Isabel, “A Escavação Arqueológica de Emergência do Cemitério Muçulmano da «Quinta da Boavista» / Loulé”, 1999/2000, p. 133.

<sup>74</sup> LUZIA, Isabel, “O Passado em al-‘Ulyã: A Escavação Arqueológica do Cemitério Muçulmano”, 2002, p. 151.

Junto a outro dos acessos principais da cidade, a este, localizava-se uma segunda *maqbara* (identificada em 2008), contemporânea da anterior e onde foram descobertas trinta e sete sepulturas. A existência de duas necrópoles almóadas em Loulé veio levantar algumas dúvidas aos investigadores e a formulação de hipóteses que possam explicar o porquê da sua existência, até agora sem resposta: “Terá a Loulé islâmica tido uma maior dimensão do que inicialmente se pensava, justificando assim a existência de duas necrópoles? Seria a sua população de diferentes grupos étnicos, justificando assim a existência de espaços sepulcrais separados?”<sup>75</sup>. Esta e outras questões apenas poderão ser esclarecidas com o desenvolvimento de novos estudos arqueológicos, tanto na zona intramuros como nos arrabaldes, como por exemplo no bairro para onde os muçulmanos foram apartados após a reconquista (mouraria) e que poderia já possuir algumas pré-existências, tentando encontrar assim novos elementos sobre a sociedade e o urbanismo da Loulé islâmica.

Chegados a meados do século XIII, com os exércitos cristãos às portas da medina, Loulé apresentava-se como uma das principais cidades do atual território algarvio, considerada, por alguns, (apesar do exagero) o segundo aglomerado populacional, depois de Faro, apesar da sua área inferior a 5 ha. Através dos estudos arqueológicos desenvolvidos nas últimas décadas, tem sido possível traçar o mapa da cidade medieval islâmica, com a localização das principais vias e dos elementos urbanos fundamentais à vida da população. Surge-nos assim, uma cidade notável, com um conjunto populacional de dimensões consideráveis e cabeça de um vasto território, com recursos naturais importantíssimos.

## **1.2. A reconquista cristã**

Para a cidade de *Al-‘Ulyã*<sup>76</sup> o ano de 1249 constituiu o início de um período marcado pela alteração radical dos paradigmas então vigentes, nomeadamente aos níveis social, religioso, cultural, político e económico.

O avanço dos cavaleiros cristãos sobre os territórios sulinos ocorreu principalmente a partir do final do século XII, com a conquista de Palmela, em 1196. A partir daí a progressão foi

---

<sup>75</sup> PIRES, Alexandra, BENISSE, Vanda, “A Intervenção do Hospital da Misericórdia de Loulé – contributo para a percepção da organização espacial da cidade medieval”, 2010, pp. 453-454.

<sup>76</sup> Com a reconquista cristã o topónimo *Al-‘Ulyã* passou para a sua atual pronúncia, *Loulé*: a vogal inicial *a* desapareceu, a consoante *l* manteve-se, a vogal intermédia *u* ditongou para *ou* e o encontro vocálico final *yã* ficou reduzido a *e* (FERREIRA, M. Valentina Garcia, “Antroponímia do Algarve: Reflexo da Toponímia Local”, 1993, p. 68).

rápida, com a força conjunta dos exércitos de D. Afonso III e dos cavaleiros da Ordem de Santiago, comandados por D. Paio Peres Correia, a atingir Cacela, no Algarve, em 1239/1240. Entre as diferentes crónicas que se referem a estes acontecimentos, parece consensual a ideia de que, o território algarvio não foi conquistado todo ele em simultâneo, e que Aljezur, Faro e Loulé terão sido os derradeiros castelos a serem ocupados.

Depois de investir sobre Faro, Afonso III, na companhia do mestre D. Paio Peres Correia, terá avançado sobre Loulé, cuja povoação se havia já preparado e provido para o cerco previsto. Apesar da forte consistência da muralha da cidade e da enérgica resistência dos seus ocupantes, acabou por não durar muito o esforço destes mouros, sucumbindo ao domínio cristão. Apoiado na *Crónica da Conquista do Algarve*, diz José Garcia Domingues: “Tudo quanto podemos dizer é que Loulé, em tempo dos árabes, foi povoação de alguma importância e, muito naturalmente, desempenhou certo papel, opondo prolongada resistência quando da conquista definitiva do Algarve pelos portugueses”<sup>77</sup>. O estado de calcinação das estruturas urbanas de *Al-Ulyã*, que deixou, até hoje, alguns vestígios, põe igualmente em evidência o carácter acerbo do assalto à cidade.

Segundo a tradição, Loulé pôs-se à mercê do rei português no dia de São Clemente, isto é, a 23 de novembro de 1249. Romero Magalhães alvitra que não vê razões “para ser o S. Clemente o orago da freguesia. Santa Maria ou Santiago ficaram como oragos de todas as restantes conquistas. O que se entende. S. Clemente destoa. Tomada a vila de Faro em Março, meses depois, em Novembro, cairia Loulé. É de considerar esta hipótese (...)”<sup>78</sup>.

A conquista constituiu, contudo, o ponto de partida para uma série de conflitos diplomáticos com Afonso X de Castela, que imediatamente reclamou direitos sobre o Algarve. O contencioso acabou por ser resolvido pelo acordo de Badajoz, de fevereiro de 1267, pelo qual o rei castelhano cedeu a D. Afonso III todos os castelos do Algarve, entre os quais o de Loulé, em troca de igual cedência lusitana em relação aos situados além-Guadiana<sup>79</sup>.

A partir do momento da reconquista, a principal preocupação dos monarcas foi a posse e defesa do território, que passava sobretudo pela ocupação humana e pelo povoamento concentrado de comunidades organizadas, promovendo desta forma a sua consolidação e possibilitando o desenvolvimento económico e com ele o fortalecimento do erário régio.

---

<sup>77</sup> DOMINGUES, José D. Garcia, *O místico louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, 1954, p. 13.

<sup>78</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *A Conquista do Algarve aos Mouros*, 1987, p. 12.

<sup>79</sup> FONSECA, Luís Adão da, “O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV”, 1999, p. 115.

Fizeram-no por meio de privilégios e incentivos, nomeadamente através da outorga de cartas de foral.

Em Loulé, apesar da existência prévia de uma população, mesmo que em número pouco apreciável, à época da reconquista, verificou-se que a chegada e implantação de colonos, oriundos de outras partes do território, levou ainda algum tempo a materializar-se ou, pelo menos, a tornar-se visível, mesmo com os estímulos à sua conservação e crescimento. Em 1266 D. Afonso III atribuiu o primeiro foral à vila de Loulé, institucionalizando as relações entre os cidadãos e o rei, configurando as bases de um sistema de impostos e da administração da justiça, fixando, acima de tudo, a instituição municipal<sup>80</sup>.

Três anos depois (em 1269) foi a vez dos mouros forros verem outorgado foral. Esta ação atestava a política de povoamento do poder central português e demonstrava a importância, para Afonso III, da manutenção dessas comunidades, produtivas e contribuintes, no território recém-integrado no reino, uma vez que a evacuação em massa da população islâmica teria necessariamente privado os conquistadores de uma mão de obra essencial ao desenvolvimento e sustentação da cidade conquistada.

Desta forma, o rei conferiu-lhes garantias de proteção, acrescentando as contrapartidas que lhes foram aplicadas, nomeadamente, condições que regulassem a sua existência, que assegurassem a sua liberdade religiosa e proteção, para aí se manterem. Os mouros representavam, sem dúvida, uma oportuna rentabilização de recursos humanos, animando as produções nos espaços rurais e urbanos e alimentando os níveis demográficos, em torno da urbe. De facto, a população de mouros forros de Loulé, apesar de ter sido desalojada da medina e instalada extramuros, a sul, foi contemplada com um quinhão de terras, resultante da repartição do espaço por parte do monarca<sup>81</sup>, terras essas que representavam para o erário régio, somas importantes, em virtude dos dízimos<sup>82</sup>.

Outra das preocupações, quase imediatas, dos monarcas, após a reconquista, foi a de delimitar o termo, isto é, plasmar um espaço, que pretendessem ver económica, administrativa e politicamente organizado<sup>83</sup>. Apesar da inquestionável importância do reconhecimento do espaço, a materializar e a servir de base à organização municipal, o foral de 1266 não definiu propriamente um território, nomeando apenas as áreas do litoral reservadas à coroa, mas

---

<sup>80</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, p. 18.

<sup>81</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 76.

<sup>82</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 114.

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*, p. 124.

procurou estruturar um domínio. Os contornos do termo, inicialmente híbridos, vão-se definindo paulatinamente. Em 1291 deu-se um importante passo nesse processo, através do reconhecimento dos limites do concelho entre Loulé e Faro, com maior precisão<sup>84</sup>. Assim se foram, aqui e ali, colocando marcos e definindo um termo, sem dúvida extenso e potencialmente interessante, quanto aos proventos que poderia trazer para os cofres do reino e do município.

Para além da maior clarificação dos seus contornos, o espaço foi sendo sujeito à definição dos seus proprietários, das suas possibilidades e a terra foi ocupada, trabalhada, apropriada. O concelho foi consolidando um património que lhe proporcionou algum desenvolvimento económico, nomeadamente através da organização e gestão de terras, nos arrabaldes da vila (por exemplo a horta d'el Rei), nas várzeas de Bilhas ou no reguengo de Quarteira e mais tarde (séc. XV) também em Farrovilhas<sup>85</sup>, onde se desenvolveu uma povoação piscatória, nas proximidades de Ludo<sup>86</sup>.

O dinamismo deste espaço económico levou a que o monarca D. Dinis tenha atribuído a Loulé carta de feira<sup>87</sup>, em 28 de julho de 1291<sup>88</sup>, fomentando, assim o comércio interno, estimulando o afluxo populacional e aproveitando-se, simultaneamente, da tributação sobre as transações e comercialização dos produtos, onde não faltariam o vinho, as uvas e os figos já secos pelo sol quente do estio, a alfarroba, frutos secos ou verdes e leguminosas, azeite, mel, ovos, criação, peles, couro, vestuário e cestaria, entre outros géneros que poderiam ser levados para exportação ou trazidos de lugares vizinhos ou mais distantes<sup>89</sup>.

Desta forma projetavam-se também os primeiros sinais do processo de maturação da estrutura política, administrativa e económica do concelho. Sinais de reativação de um espaço, onde virão a gravitar alguns povoados e aldeias, a maioria dos quais em áreas sobrepostas ou adjacentes aos núcleos de povoamento anterior, com os quais Loulé veio a manter as necessárias articulações de carácter económico e fiscal, institucional e jurídico, e que

---

<sup>84</sup> Esse processo deveu-se à necessidade de delimitar o relego, o que obrigou a que se procedesse a um reconhecimento visual dos limites do concelho entre Loulé e Faro. As áreas de relego consistiam na definição de uma zona em que cabia ao rei o exclusivo da venda do vinho num determinado período do ano, geralmente entre janeiro e março (BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, p. 19; MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, 1989, p. 35).

<sup>85</sup> “Era Farrovilhas uma povoação com sua igreja e torre, que os habitantes de Loulé ali tinham mandado fundar e edificar em 1462, pouco mais ou menos” (OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 67). A 24 de junho de 1596, os ingleses entraram, pilharam e destruíram-na.

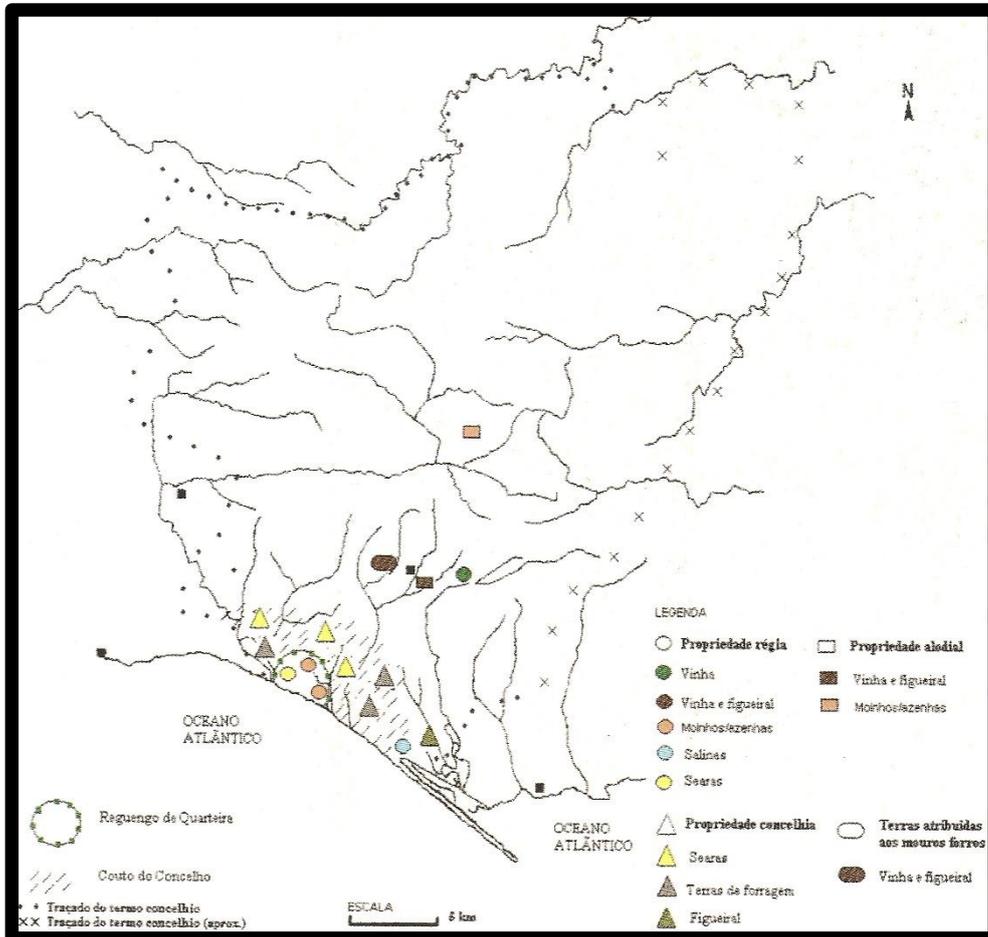
<sup>86</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, pp. 24-26.

<sup>87</sup> A feira duraria quinze dias, a começar oito dias antes da festa de «sam Cibrááo» (sic), no mês de setembro.

<sup>88</sup> RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu estudo*, 1982, p. 102.

<sup>89</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, p. 26.

rapidamente se converterão numa rede de estruturas, que não só ajudarão a abastecer o seu mercado semanal, que se implementará posteriormente, como participarão nos projetos comunitários da vila medieval cristã<sup>90</sup>.



**Figura III.10**

**Tipologia de propriedades e culturas no termo de Loulé**

(Adapt. de BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009)

E assim, com uma população, de início, expressivamente mudéjar, e uma economia débil e desestruturada, Loulé, firmar-se-á, pouco a pouco, como uma plataforma populacional cristã, atraída pelos direitos de cidadania e comprometida com a consolidação dos alicerces da orgânica municipal. E apesar de nem sempre se denotarem sinais de uma forte implantação da fé cristã era este, todavia, o credo das novas forças políticas dominantes.

<sup>90</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 119.

### **1.3. A vila medieval cristã**

Loulé foi assim readquirindo, paulatinamente, o vigor que o domínio árabe lhe havia conferido, ocupando um lugar importante no contexto da rede urbana medieval algarvia.

O comércio, há muito apoiado no negócio da fruta e que se fazia pelo oceano adjacente, granjeou nova dinâmica, distinguindo-se no universo da economia local e regional, associando-se à criação de gado, que se desenvolvia da serra ao litoral, e ao artesanato. Paralelamente, a feira, pioneira a nível regional, a dimensão apreciável de um termo com extensões agrárias amplas e com uma abundância extraordinária de recursos naturais, ou a posição de Loulé no espaço regional, colocada no cruzamento de importantes circuitos de transação, impulsionaram o aumento populacional e o conseqüente crescimento urbano. Este desenvolvimento refletiu-se na reocupação/reordenamento do núcleo urbano, na abertura de novos eixos viários ou na formação de bairros fora de portas, consumados através de uma nova cultura urbanística cristã, apartando a matriz da organização espacial muçulmana.

Assim, se a vila foi sujeita a transformações profundas, oscilando entre a destruição pura e simples e a atribuição de novos usos, pelo contrário, o complexo sistema defensivo foi mantido e reutilizado após a reconquista.

Neste contexto, caracterizar e descrever a malha urbana de Loulé medieval e simultaneamente registar cartograficamente a sua correspondência com os eixos de comunicação atuais, torna-se um processo difícil e arriscado.

Na malha ocorreram, ao longo dos vários séculos, principalmente nos finais do XIX e durante o XX, sucessivas mutações, que lhe provocaram alterações significativas. A toponímia, elemento fundamental para se conhecer a organização do burgo, sofreu, igualmente, desde os finais da Idade Média, múltiplas transfigurações. Muitos dos espaços e dos nomes que os referenciavam nos séculos XIII, XIV ou XV, já não se reveem na Idade Moderna e menos ainda nos séculos posteriores. Assim, a toponímia, em permanente mutação, dificilmente permite consubstanciar o local onde se inscrevia, pelo que se torna difícil o seu registo cartográfico, sobre os eixos de comunicação. O nome dos arruamentos é de tal modo volúvel ao tempo, que na própria Idade Média um topónimo de 1395, como por exemplo, a rua a par do Concelho, já não é registado em 1494.

As denominações das ruas variavam, conforme os designadores, conforme os habitantes que aí residiam e a importância que lhes era atribuída pelos demais cidadãos, ou em função de

certos elementos de referência, daí a sua vulnerabilidade e mutação ao longo do tempo. Por exemplo, a rua de Martim Farto que, acaso da sorte, sobreveio do século XVI até hoje, assumia uma nomenclatura diferente antes da existência daquele homem bom do concelho, que lhe deu o nome.

Topónimos como rua de Estácio Eanes, de Diogo Vasques carpinteiro e de João Boto Carneiro, ou rua de João Rodrigues, escrivão das sisas, rua de Rui Gil e rua das Patarinhas, referidos no século XV, são quase impossíveis de localizar na atualidade. Estas artérias encontram-se expressas numa deliberação da vereação e respeitam ao arrolamento de quadrilheiros<sup>91</sup>, permitindo, esta fonte, de um modo preciso, identificar o número de ruas dignas de registo e a distribuição da população, dentro da cerca e extramuros<sup>92</sup>.

#### **Ruas no interior da cerca:**

rua da Palmeira; rua principal da Fonte; rua de Gomes Eanes; rua das Patarinhas; rua de Rui Gil; rua de João Rodrigues, escrivão das sisas; rua da porta Nova; rua de Estácio Eanes, de Diogo Vasques, carpinteiro e de João Boto Carneiro até à porta de Faro.

#### **Ruas extramuros:**

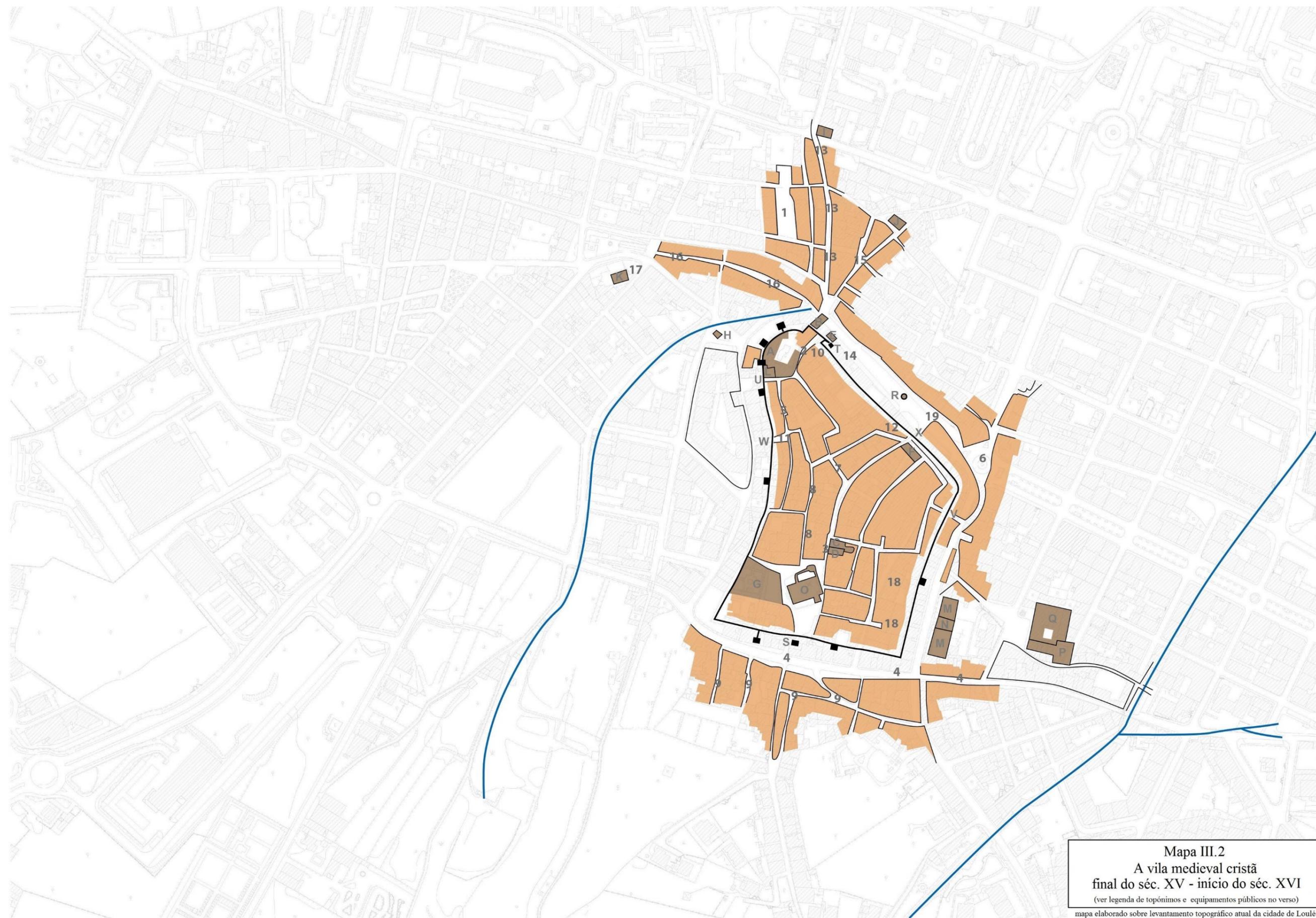
Praça; Inocentes; rua de Fernão Fogaça e de Diogo Martins até Rui Pinto; rua de São Domingos; rua de Portugal; rua de São Sebastião; rua Ancha; Corredoura.

Contudo, recorrendo à documentação disponível, existem vários elementos urbanos medievais que são passíveis de referenciar espacialmente e alguns topónimos que se conseguem identificar e localizar ainda hoje, tentando assim reproduzir a estrutura da vila de Loulé nos finais do medievo.

---

<sup>91</sup> “A necessidade de estruturar mecanismos de apoio à aplicação da justiça, levou a que D. João II pedisse a Loulé que inventariasse, em 1494, todas as suas ruas e vintenas (freguesias) e os respectivos moradores, afim de que fossem nomeados proporcionalmente uns quantos quadrilheiros (de seis, a vinte homens por cada uma) que as guardassem e vigiassem dia e noite” (BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 150).

<sup>92</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 2004, pp. 158-167.



Mapa III.2  
A vila medieval cristã  
final do séc. XV - início do séc. XVI  
(ver legenda de topónimos e equipamentos públicos no verso)  
mapa elaborado sobre levantamento topográfico atual da cidade de Loulé

### Artérias

Número	Designação	Tipologia
1	Ancha	rua
2	Castelo	rua do
3	Concelho	rua a par do
4	Corredoura	-
2	Fonte	rua principal da
5	Fonte	rua da
6	Inocentes	-
7	Judiaria	-
8	Martim Farto	rua
9	Mouraria	-
10	Palmeira	rua da
11	Porta Nova	rua da
12	Portigo	chão do
13	Portugal	rua
14	Praça	-
14	Praça de Fora	-
15	São Domingos	rua
16	São Sebastião	rua
17	São Sebastião	adro da ermida de
18	Talharia	chão da
19	Vila	caminho de arredor da

### Equipamentos públicos

Letra	Designação
A	alcaidaria
B	alpendre / açougue
C	cadeia
D	casa da Câmara
E	casa das sisas (a partir de 1497)
F	celeiro
G	cemitério
H	chafariz
I	ermida de Santana
J	ermida de São Domingos
K	ermida de São Sebastião
L	estalagem
L	fonte
M	hospital de Nossa Senhora dos Pobres
N	igreja de Nossa Senhora dos Pobres
O	igreja de São Clemente
P	igreja do mosteiro de São Francisco
Q	mosteiro de São Francisco
R	pelourinho
S	porta de Faro
T	porta de Portugal
U	porta de Silves
V	porta do Sol
W	porta Nova
X	postigo

### 1.3.1. A cerca medieval

A muralha que envolvia toda a cidade islâmica de *Al-Ulyã* e que constituía um expressivo vínculo com a vila cristã de Loulé, foi mantida e reutilizada após a reconquista, tendo-se procurado conservar o seu traçado e orientação ao longo de toda a Idade Média, até que, mais recentemente, a voracidade da construção urbana a assimilou e camuflou.

Esta estrutura, cujo porte e perenidade marcou de forma indelével o espaço urbano, desde logo definindo os contornos do núcleo como centro político, religioso e habitacional, mas funcionando principalmente enquanto elemento de defesa do espaço a povoar, condicionou a implantação e o desenvolvimento de outros aspetos como o casario ou a igreja. Mas a muralha medieval foi também entendida como símbolo do poder régio e identitário, ícone de ordem e estabilidade, elemento sagrado e sacralizador, ao mesmo tempo que funcionou como barreira fiscal e jurídica.

Independentemente de qualquer outra função desempenhada, o investimento na manutenção e consolidação de uma cerca e castelo foi uma condição indispensável para a eficácia das políticas de povoamento, garantindo a proteção de homens e bens contra a violência e destruição provocada pelos exércitos inimigos.

Durante o período medieval constata-se, através da documentação, que a realização de obras de reparação da cerca constituiu uma prioridade dos monarcas, principalmente ao longo dos séculos XIII e XVI. A defesa da vila era, inquestionavelmente, uma prioridade, face às conjunturas militares que assinalaram os reinados vigentes. Logo após a reconquista esta estrutura terá sofrido uma intervenção, devido aos rombos ocorridos durante o cerco. Mais de um século depois (em 1374) a muralha continuava a necessitar de ser intervencionada, apesar de os homens bons da vila manifestamente se terem aplicado, com algum esforço, no restauro das torres e da barbacã<sup>93</sup>.

As crises que assolaram o país, as pestes, a quebra de gentes e de produções, as ameaças de guerra, ou os fenómenos naturais, como sismos (de que são exemplo os de 1361, 1366, 1395 e 1404), poderão ter impossibilitado que as obras se fizessem celeremente.

Nos finais do século XIV e inícios do seguinte, as torres e, também, as muralhas e ameias, precisavam de grandes restauros. Algumas partes estavam integralmente desmoronadas e, além da porta de Faro, completamente destruída, outras duas precisavam de reparações. O

---

<sup>93</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 135.

poder central determinava, agora, que todas as rendas do concelho fossem canalizadas, exclusivamente, para a referida obra<sup>94</sup>.

O panorama mudou rapidamente de cenário com o decorrer do século XV. A altura das torres e das muralhas tornou-se obsoleta com o gradual desenvolvimento das peças de fogo e com a construção de fortalezas apropriadas à sua eficaz utilização, nomeadamente ao longo da costa. Mas a cerca não perdeu importância para a população louletana. No começo de seiscentos, ela viria a ser cuidadosamente reconstruída. A sua utilidade subsistiria visivelmente, e por muito tempo ainda, enquanto instrumento privilegiado de segurança. Era o refúgio com que o cidadão podia contar, defendendo-o, com o cerrar das fechaduras e ferrolhos das suas portas, dos perigos da noite ou contra outro género de ameaças, como a temível peste. A anciã estrutura defensiva albergava não só os edifícios de poder mais significativos (o religioso, o militar e o concelhio), como o património da população mais prestigiada.

Por esta altura (a partir da segunda metade do século XV) já as casas se encostavam à cerca, criando renques de lotes que decalcavam e seguiam a forma da muralha. O poder magnético da muralha era mais forte junto às portas da cidade, ao longo dos eixos de circulação por elas intercetados ou rodeando as zonas exteriores. Não admira por isso que o casario aumentasse com o tempo, engolindo no seu interior as estruturas defensivas, encostando-se ou alçando-se sobre o muro ou sobre a barbacã, contrariando abertamente o que a eficácia defensiva aconselhava e a legislação impunha. O processo de açambarcamento das muralhas por parte de particulares surgiu mesmo antes da decadência ou esvaziamento de funções da estrutura militar.

Ainda hoje, o perímetro da muralha medieval louletana, com cerca de 940 metros de extensão, evidencia-se, através de um olhar atento a uma qualquer planta ou mais recentemente a uma fotografia aérea do coração da cidade, ou ainda através de um passeio pelas ruas que a intersetam. De facto, ao usar a fortificação como alicerce, encostando casas costas com costas umas nas outras, o seu contorno quase completo toma forma e ressurge perante os nossos olhos, à exceção de alguns troços, a muralha de génese islâmica serpenteia sobre as curvas de nível da suave elevação em que foi implantada.

Identifiquemos então os contornos da cerca medieval, iniciando a caracterização pelo **castelo**, situado na zona noroeste do recinto amuralhado. Este elevava-se sobre o vale do rossio, desenhando uma figura defensiva de “proa”, sendo originalmente antecedido por uma

---

<sup>94</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 122.

antemuralha que o protegia, condicionando o acesso dos atacantes, conforme denuncia o topónimo de rua da Barbacã.

A estrutura do castelo medieval, o castelejo, resultou da adaptação do anterior alcácer/alcáçova islâmico, passando a albergar, após muitas alterações tardo-medievais e de época moderna, a alcaidaria da vila, edifícios encostados à face interior das muralhas. Da totalidade da muralha que o envolvia, construída com grandes silhares de alvenaria de pedra, são evidentes três torres ameadas, sendo a localizada mais a norte alarrã e ligada ao restante conjunto por um adarve formado por um arco redondo, que a reporta para a baixa Idade Média<sup>95</sup>. As torres, feitas de pedra maciça<sup>96</sup>, ostentam as siglas dos pedreiros medievais<sup>97</sup> e encontram-se unidas entre si, por uma cortina que é percorrida por um caminho de ronda.



**Figura III.11**  
**Castelo de Loulé e alcaidaria, 2014**

Entre a torre sul do castelo e uma outra, localizada por trás das bicas velhas e atualmente camuflada por entre as habitações circunvizinhas, existia uma das seis portas da vila medieval, a porta de Silves, situada sobre um dos principais eixos viários. As designações das portas derivavam, em regra, das localidades a que davam acesso.

---

<sup>95</sup> CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na Madinat al-‘Uliã (Loulé) – Arqueologia e Território”, 2002, pp. 138-139.

<sup>96</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 468-470.

<sup>97</sup> MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Castelo de Loulé*, 1984.

A dita torre parece ter sido acrescentada numa fase posterior à construção do troço de muralha que se lhe encosta a nascente, sendo, contudo, de época islâmica. Possui um embasamento constituído por 2 ou 3 fiadas de pedras destacadas do corpo da torre<sup>98</sup>.

A muralha continua presente ao fundo dos quintais das casas orientadas à rua Garcia da Orta (antiga rua da Fonte), apresentando 3 m de espessura e sendo constituída por sólidos blocos de pedra calcária local aparelhada, ligados por argamassa de cal. Como singularidade note-se a boa preservação, na face interior da muralha, do seu reboco original<sup>99</sup>.

Registe-se que, um pouco mais a sul, no acesso à horta d'el-Rei, em finais do século XV, a população descerrou uma abertura na cerca, a porta Nova<sup>100</sup>, a fim de facilitar o caminho entre o interior da vila e a zona exterior à mesma. Esta possuía uma torre para sua defesa, mencionada na ata de vereação de 26 de janeiro de 1488, intitulada “Acordo sobre a Torre”<sup>101</sup>. Trinta metros a sul surgia uma outra torre, anexa à muralha, designada por torre do Anjo e mencionada em documentação do século XVIII<sup>102</sup>.

Daqui até próximo do jardim dos Amuados os muros caíram, mas há vestígios abundantes, quer junto à calçada quer no interior dos edifícios. Refira-se que, no ano 2001, foi escavada uma habitação, junto da muralha, que permitiu verificar que a estrutura sofreu uma “remodelação provavelmente em época baixo-medieval cristã, de largura inferior ao troço original e de fabrico distinto: a muralha islâmica é maciça, com pelo menos 1,80 m de largura, constituída por grandes blocos de pedra calcária aparelhados, ligados solidamente por argamassa de cal, enquanto a renovação posterior apenas tem cerca de 1 m de largura, apresenta blocos mais pequenos, irregulares e mal argamassados, tendo as faces interna e externa sido definidas antes do preenchimento do miolo da estrutura com pedra miúda”<sup>103</sup>. Outro elemento demonstrado na referida intervenção, foi a existência de um caminho de ronda inferior, que percorreria a base interior da muralha, aqui, tomando a forma de uma rampa suave<sup>104</sup>.

A fortificação serve agora de suporte ao jardim dos Amuados, terras do antigo cemitério de Loulé. Num primeiro troço, desapareceu a parte superior e um pouco mais à frente o muro

---

<sup>98</sup> LUZIA, Isabel, “A primeira campanha de escavação da “Casa das Bicas” – Loulé”, 2008, p. 269.

<sup>99</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>100</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 139.

<sup>101</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 248.

<sup>102</sup> AMLLE, *Foros (1767-1841)* (Ver cota completa na parte *Fontes e bibliografia* do presente trabalho).

<sup>103</sup> LUZIA, Isabel, “Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-‘Ulyà: Estruturas e Cerâmicas”, 2003, p. 225.

<sup>104</sup> LUZIA, Isabel, “Itinerário Islâmico de Loulé – Loulé, a Alta”, 2001.

eleva-se, conservando restos do adarve, mas não há ameias que, certamente, existiram. Na extremidade sul, forma-se um ângulo reto e a muralha segue para nascente, paralela à rua eng. Duarte Pacheco (antiga Corredoura). Aqui se localiza uma torre de taipa, com prédios adossados a duas das suas faces. A torre da Vela, de secção quadrangular, está destacada da muralha e mantém o seu acesso superior que a ligava à estrutura defensiva. Tradicionalmente é atribuída à época almóada.



**Figura III.12**  
**Muralha junto ao jardim dos Amuados e Corredoura, 1942**  
(DGPC)

A muralha contínua presente no tardo das casas que se encostam ao muro, a partir da torre de Vela e até à porta de Faro. Sobre eles corre ainda uma estreita passagem, que tem na sua origem o caminho de ronda, cortado aqui e além pelas divisórias das propriedades particulares. A porta de Faro era a única que se localizava a sul, visando, desta forma, dificultar a penetração por esta frente, já que os principais ataques surgiam do lado do mar. Tratava-se, contudo, de um importante acesso, senão o principal, devido à entrada de diversas produções que chegavam à vila, vindas diariamente do concelho vizinho, abrindo a vila a um circuito importante, dadas as sistemáticas necessidades de articulação de esforços, não só comerciais, como institucionais e políticos com Faro. A porta voltava-se para toda uma extensa região, importante para o município, servida pelas margens das ribeiras, com os seus moinhos, hortas e ferragiais, terras de pão e pomares, ingressando até ao litoral, onde o porto de mar, estrutura defensiva e aldeia de Farrovilhas, acolhiam pescadores e mercadores.

Esta porta é a única ainda visível no emaranhado de casas que venceu a estrutura defensiva. Inutilizada aquando da construção da ermida de Nossa Senhora do Pilar, possivelmente no

século XVII, foi entaipada pela sua parede norte e ao cortar o acesso para sul da vila e para o caminho para Faro, a população viu-se obrigada a abrir nova passagem na ainda imponente muralha, aqui com cerca de 3 m de largura. A ermida nasceu encaixada entre a porta e a sua torre, aproveitando, em boa parte, as estruturas pré-existentes.



**Figura III.13**

**Porta de Faro entaipada (à esquerda) e abertura na muralha realizada no século XVII, 2014**

Da brecha existente na muralha até à rua Primeiro de Dezembro, desapareceu um bom pedaço da muralha, mas há ainda muros em ruínas próximo dessa estrutura defensiva, sem ameias, mas com fragmentos do caminho da ronda. Neste troço conservam-se cerca de 16 m<sup>2</sup> de muralha em taipa, preservada com uma altura considerável ( $\pm 3$  m) e sem que nada tivesse sido anexado à sua face interna. Engastada à estrutura defensiva permanece um acesso em pedra a uma torre. O seu corpo destaca-se totalmente da linha da muralha e “uma análise atenta deixa ver que a extremidade mais alta preservada circunda uma edificação anterior, em taipa, da qual ainda são visíveis 2 faixas horizontais pintadas a cal branca na sua primitiva face externa, perpendicular à muralha. Tratar-se-á de um passadiço superior que permitiria aceder da muralha à torre, também ela em taipa, abolido em época cristã para robustecer defesas? Assim parece”<sup>105</sup>.

A nascente da rua Primeiro de Dezembro, aberta no início do século XX, a muralha fazia um ângulo de aproximadamente 90 graus o que parece aliás confirmado pela orientação das

<sup>105</sup> LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, 2009, pp. 468, 470.

construções urbanas no local. A fortificação seguia assim na direção norte onde, frente à igreja da Misericórdia se localizava outra torre, destruída em 1970<sup>106</sup> e que Ataíde Oliveira identifica como torre do Relógio ou da Vela<sup>107</sup>.

Daqui até ao largo Pedro de Freitas (antigo largo do Carmo) não existem restos evidentes dos muros, mas a muralha passava aproximadamente a meio do quarteirão. No largo do Carmo havia uma das portas da vila, que juntamente com a ermida de Nossa Senhora do Carmo e uma boa parte da muralha foi arrasada no final do século XIX e início do seguinte. A porta, denominada por alguns investigadores como porta do Sol, localizava-se a nascente e estava orientada para o caminho de Tavira e São Brás, testemunhando a sua importância no traçado urbano da vila e dos elos de ligação intrarregional. Desconhece-se a sua estrutura original e apenas uma intervenção arqueológica poderia revelar o posicionamento exato da porta e o percurso preciso da muralha e muito certamente o embasamento de alguma torre.

Desta porta a muralha infletia em direção a poente. Toda a sua vertente norte foi praticamente destruída, restando apenas pequenos troços visíveis, nomeadamente na antiga cerca do convento do Espírito Santo. A nordeste, voltada para um arrabalde em plena expansão pelos finais da Idade Média, abriu-se, por finais do século XV<sup>108</sup>, uma pequena porta ou postigo, perpetuada na toponímia da artéria (antiga rua do Postigo e atual rua 9 de abril), onde eram lidos alvarás importantes<sup>109</sup>. Existe igualmente referências a uma porta do Concelho<sup>110</sup> ou uma porta do Alto da Praça<sup>111</sup>, correspondendo, talvez, a variantes de designações para a mesma passagem.

Junto ao atual edifício da Câmara Municipal encontra-se a torre do relógio. Isilda Martins considera tratar-se de uma torre que não é totalmente moderna, como quer Ataíde Oliveira<sup>112</sup>, apresentando “duas épocas de construção, visíveis nas diferenças do aparelho construtivo, pois a parte inferior é feita de uma alvenaria semelhante à dos panos da muralha e somente a

---

<sup>106</sup> MARTINS, Isilda Pires, MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*, 1985.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d'Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, pp. 74, 81.

<sup>108</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 139.

<sup>109</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 154.

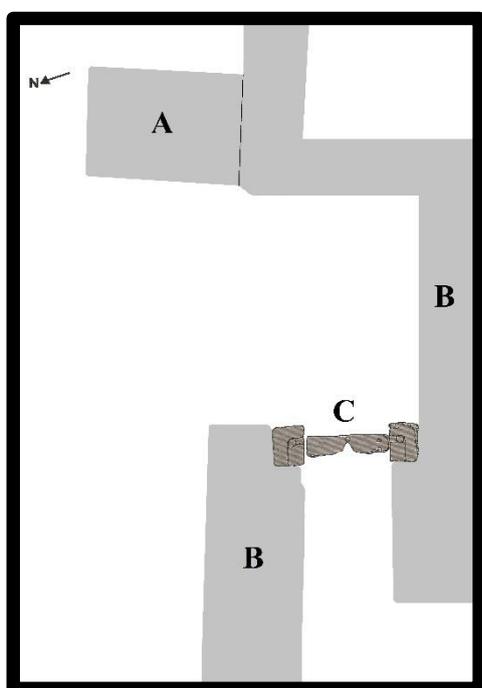
<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>111</sup> RAPOSO, Isabel (coord.), *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*, 2007, p. 23.

<sup>112</sup> “O sino do relógio caiu da torre matriz em 1755. Foi então collocado em uma torre das muralhas que existem á direita e um pouco atraz da parede do Snr. José Francisco Verdugo, onde hoje está a farmacia do Snr. Sequeira. Ainda hoje nessa torre se encontram os buracos, por onde passavam os pesos do relógio. Mais tarde, ahi por fins de 1803 e princípios de 1804, o juiz de fora, que era presidente da camara, mandou levantar sobre o arco da praça uma torre para o relógio” (OLIVEIRA, Francisco X. d'Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 74).

porção superior é de construção recente. A torre levantada junto à muralha pertencia ao sistema defensivo da mesma”<sup>113</sup>.

Adiante, junto à ermida de Nossa Senhora da Conceição surgiram, *in situ*, no âmbito de uma intervenção arqueológica realizada em 2007, os alicerces (pedra de soleira e depressões circulares onde assentavam as 2 meias portas em madeira) da porta de Portugal ou da Vila e uma torre adjacente. Tratava-se de uma porta tipicamente islâmica, em cotovelo, virada a sueste, protegida por uma torre altaneira<sup>114</sup>. Esta entrada na cerca medieval dava acesso ao reino de Portugal, possivelmente o trajeto de muitos emissários da corte, com um cada vez maior número de determinações e pedidos que se infiltravam na política e na vida locais.



**Figura III.14**  
Esquema da porta de Portugal  
(A – torre, B – muralha; C – porta)



**Figura III.15**  
Alicerces da porta de Portugal musealizados, 2015

Volta-se a identificar seguramente os muros uma dezena de metros mais à frente, junto ao castelo. No pátio da alcaidaria surge uma torre quadrangular, em alvenaria, que apresenta na base um túnel, em arco, permitindo passagem do castelo para o exterior.

<sup>113</sup> MARTINS, Isilda Pires, MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*, 1985.

<sup>114</sup> LUZIA, Isabel, “A Ermida de Nossa Senhora da Conceição: evolução de um espaço”, 2010, pp. 432, 435.

Alguns historiadores referem ainda a existência de mais uma porta de acesso ao castelo, a porta da Traição, comum nas povoações fortificadas, mas de que se desconhece a localização precisa.

### **1.3.2. A matriz urbana medieval cristã**

Ao contrário do complexo sistema defensivo, mantido e reutilizado após a reconquista, conforme anteriormente abordado, o seu interior, isto é, a urbe propriamente dita, foi sujeita a transformações profundas oscilando entre a destruição pura e simples e a atribuição de novos usos.

A reconquista cristã originou, como já foi referido, alterações profundas ao nível civilizacional, político e ideológico, provocando, conseqüentemente, de forma significativa, a modificação da fisionomia urbana.

A cidade islâmica, com os seus espaços bem organizados e hierarquizados, com ruas principais, bairros residenciais, mercados urbanos, alcácer, mesquita, banhos públicos, rede de canalizações, entre outras, viu rapidamente inutilizadas as suas infraestruturas depois da reconquista, perdendo assim a sua estrutura urbana original.

Loulé não ficou alheia a estas transformações, registando-se adulterações profundas sobre o tecido urbano de origem muçulmana. Desde logo refira-se que o processo de reconquista não foi pacífico, tendo ocorrido a destruição de parte do tecido urbano e a sua subsequente reordenação, conforme se tem verificado em intervenções arqueológicas realizadas no interior da urbe. Nessa circunstância, os espaços habitacionais islâmicos foram abandonados, podendo outros ter sido readaptados, através da desativação de pátios e jardins e da sua ulterior cobertura, conforme aconteceu em Silves<sup>115</sup>.

Arqueologicamente foi possível verificar que, após destruição e abandono das estruturas habitacionais islâmicas, verificou-se a edificação de novas estruturas residenciais, assentes sobre as anteriores mas raramente recorrendo ao seu reaproveitamento<sup>116</sup>.

Desta forma, o imobiliário sofreu uma reestruturação profunda, com o desaparecimento do pátio central e a conseqüente abertura das novas casas ao exterior, contemplando mais e maiores vãos nas paredes exteriores, condicionando o encosto dos imóveis vizinhos e introduzindo o conceito de fachada, contrariando assim a natureza da casa islâmica e

---

<sup>115</sup> GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela, *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, 2001, pp. 139-141.

<sup>116</sup> GONÇALVES, Ana, “Inventariação Arqueológica no Convento do Espírito Santo”, Loulé, 1995, p. 56.

modificando a lógica que presidia à formação do tecido habitacional<sup>117</sup>. As casas apresentavam um só piso, constituídas por uma, duas ou três divisões, com uma porta e uma ou duas janelas, cobertura de uma água e, por vezes, duplo beirado, construídas com materiais provenientes da região, de destacar a pedra, a cal e a areia. Associada a esta nova tipologia habitacional surgia, quase sempre, um quintal de fundo do lote<sup>118</sup>, que normalmente detinha um ou dois poços, que “em lugar da talha, tem o gargalo do poço, com seu cubo e corda, que lhe serve de púcaro”<sup>119</sup>.

Este novo elemento (quintal/pátio traseiro) procurou introduzir uma fonte extra de iluminação e ventilação, dado que, o desejo generalizado de colocar as habitações em contacto com a via, obrigou naturalmente ao recurso a frentes estreitas, desenvolvendo-se a habitação no sentido da profundidade (casa comprida), com os alçados laterais convertidos em empena dos imóveis vizinhos<sup>120</sup>.

Para além da absorção progressiva dos adarves, a restante rede viária islâmica foi sendo igualmente alvo de transformações, mais ou menos lentas mas sempre intencionais, por parte das autoridades cristãs. Desenvolveram-se esforços no sentido de abrir, alargar e regularizar as vias públicas, porque a rua passou a ser simultaneamente um espaço de circulação, trabalho, convívio e representação do poder. Ao contrário do sistema islâmico, na vila e no edificado cristão não existia uma separação entre as zonas de comércio e as áreas residenciais, funções essas que se conjugavam num mesmo edifício. Acresce que, também contrariamente à discrição e anonimato exterior preconizado pelo Corão, na urbe cristã as fachadas converteram-se em instrumentos de ostentação e prestígio<sup>121</sup>.

As vias urbanas passaram a ser, assim, mais largas que as muçulmanas e providas de continuidade, interligando-se entre si e entre as portas da muralha. Esta circunstância apenas foi possível pelo carácter interventivo do poder régio e municipal, cada vez mais atuante no controlo das relações entre espaço público e espaço privado.

Conclui-se assim que a matriz islâmica da vila não só foi efetivamente apagada do tecido urbano ocupado por cristãos, como, fruto de condições sociais, políticas e demográficas, ou por imposição, não se impôs no bairro onde a minoria foi compulsivamente apartada (mouraria).

---

<sup>117</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 74.

<sup>118</sup> Idem, *Ibidem*, p. 75.

<sup>119</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 156.

<sup>120</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 80.

<sup>121</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 81-82.

### 1.3.3. A vila intramuros

A forma como se processou a reocupação do interior da velha cintura de muralhas, nomeadamente nos finais do século XIII e princípios do XIV, é um dos aspetos ainda pouco conhecidos para os historiadores, levantando algumas dúvidas. A construção do espaço, ou seja, o crescimento e consolidação da urbe, vai evoluir no correr do tempo. Os arruamentos principais, isto é, os eixos estruturantes que compunham as espinhas dorsais do núcleo urbano, vão manter, grosso modo, o trajeto definido pelo Islão, dado que tenderiam preferencialmente a ligar as portas da cerca (que se mantêm no mesmo local após a reconquista) ou estas com os principais polos da vila.

Esta relação direta que se estabelecia entre os locais das portas e a orientação dos eixos não estava exclusivamente reduzida aos eixos principais, uma vez que as restantes vias rasgavam-se em função daqueles (paralelas as ruas, perpendiculares, as travessas)<sup>122</sup>. Ressalve-se, contudo, que durante a Idade Média as ruas foram sujeitas frequentemente a metamorfoses no traçado, devido à instabilidade dos imóveis (destruição e reconstruções sistemáticas), apesar, contudo, da existência de constância das orientações entre os elementos urbanos primordiais da vila<sup>123</sup>.

Estes eixos polarizadores de natureza militar, política, religiosa e económica condicionaram tudo aquilo que foi sendo introduzido, alterado e adaptado pelo homem louletano. A herança deixada pela civilização islâmica não se cingiu apenas à prevalência dos eixos que mantiveram os trajetos basilares. Os próprios centros político e religioso mantiveram a mesma situação, adaptando-se à nova lógica dos conquistadores, dado que a vila não foi alvo de uma destruição total.

A mesquita aljama foi transformada em igreja matriz, dedicada a São Clemente<sup>124</sup>, ainda durante o reinado de D. Afonso III, com a substituição da chamada à oração pelo toque dos sinos, a par da demolição pontual do edificado envolvente, libertando espaço para o cemitério e adro, demarcando e estruturando desta forma a vila cristã e introduzindo novos vínculos sociais. Mas logo que a conjuntura económica o permitiu remodelou-se profundamente a

---

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, p. 156.

<sup>123</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 142.

<sup>124</sup> Orago provavelmente com origem na comunidade moçárabe existente em Loulé, dado São Clemente, 4.º papa da Igreja Católica, estar associado à tolerância religiosa, típica do mundo moçárabe que aprendeu a conviver com as outras confissões.

igreja, proclamando, com a sua diferente linguagem arquitetónica e o sentido funcional dos seus espaços, o triunfo cristão.

Manteve-se o alcácer/alcáçova como centro de poder, agora convertido em castelo e alcaidaria<sup>125</sup>, sucessivamente readaptada nos séculos seguintes. Outros equipamentos, como os banhos, foram refuncionalizados e mesmo os que conservaram a sua atividade acabaram por interrompe-la no decorrer do século XIV.

Contudo, conforme já foi referido, muitas das estruturas urbanas não terão ficado em condições para acolher, no imediato, quem quer que fosse, pelo que a ocupação prosseguiu lentamente. Sabe-se que na década de 1320 algumas haviam já sido reconstruídas e ocupadas por cristãos, que gradualmente, aí foram consolidando a sua presença. Aliás, não muito tempo depois, a notícia da presença dos paços do concelho de Loulé, manifesta a recuperação de um funcionamento regular da orgânica espacial e humana, fixada no interior da vila, enquanto o mudéjar se aquartelará num bairro, a sul das muralhas da antiga medina<sup>126</sup>. Outros equipamentos irão surgindo e o tecido urbano vai-se consolidando.

Como se deixou expresso atrás, a fixação da população processou-se paulatinamente, contando com o apoio do poder central para acelerar o seu desenvolvimento. Recordem-se as medidas de D. Afonso III para fixar cristão e mouros. Mesmo com os diversos privilégios concedidos a vizinhança cristã não se terá fixado com força bastante. Esta situação poder-se-á justificar pela influência de fatores de diversas ordens, inclusivamente consentâneos com os enunciados para explicar o arrastar do processo de recuperação da muralha. Vejamos:

Recessão que se abateu sobre Loulé, sobretudo nas décadas de 1340 a 1360<sup>127</sup>;

Ocorrência de fenómenos naturais, como secas (em 1385 ou 1396), invernos rigorosos (em 1402 e 1403)<sup>128</sup> ou sismos (em 1309, 1347, 1353 e 1356)<sup>129</sup>. Os sismos de 1347 e de 1356 afetaram profundamente Loulé, levando a Coroa a criar facilidades fiscais para que Loulé se reconstruísse;

Surtos de peste (em 1348 e 1386)<sup>130</sup>;

---

<sup>125</sup> O alcaide era o representante local do rei; além do comando do castelo, exercia jurisdição sobre os cavaleiros e jurisdição sobre a administração, tanto da justiça, como dos negócios comuns.

<sup>126</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 112.

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*, p. 174.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>129</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 20.

<sup>130</sup> RAPOSO, Isabel (coord.), *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*, 2007, p. 18.

Carestia alimentar, nomeadamente de cereais<sup>131</sup>, devido aos maus anos agrícolas e consequentemente as inevitáveis fomes<sup>132</sup>;

Incursões de castelhanos, designadamente em 1338 e o natural aumento da insegurança nas localidades que mantinham contacto com o litoral<sup>133</sup>;

A atração exercida pelos espaços exteriores à muralha<sup>134</sup>.

O ambiente desolador em que Loulé se encontrava está expresso nas atas de vereação de 1385, pela voz do camareiro-mor João Afonso, que referiu que “a cerca da vila he erma e despobrada” e que no seu interior “há muitos pardieiros”<sup>135</sup>. Loulé debatia-se com uma grave crise económica e social que urgia ultrapassar, com falta de gente para o cultivo das terras e para as obras de fortificação. A vila e o seu termo deveriam não estar muito longe de quinhentos vizinhos, isto é, dois mil a dois mil e quinhentos habitantes<sup>136</sup>.

Para minorar a situação D. João I incentivou a população residente no termo da vila, com privilégios especiais, a habitar o interior da cerca, concedendo o seu património urbano “a todolos que moram fora nos arravaldes e termo e que se colham logo aa vila e façam casas em elles pera sas moradas...”<sup>137</sup>.

À medida que se avançava pelo século XV, a vila medieval parecia evidenciar uma fase de renovação, que se refletia, não só no estado das habitações, mas também no interesse manifestado pelo poder local em investir nas estruturas urbanas.

Com a recuperação demográfica e o incremento de residentes produziram-se, assim, claras transformações, entre as quais, também, uma cada vez mais notória expansão extramuros e fixação das elites no interior da velha cerca. As artérias da antiga medina, que mantinham a memória dos locais onde o poder político, militar e económico da vila se fixara, eram agora o espaço de ocupação referencial de quem tinha posses ou estatuto para aí ter casa própria.

---

<sup>131</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, p. 27; BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 181.

<sup>132</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 10.

<sup>133</sup> IRIA, Alberto, *Descobrimientos portugueses: O Algarve e os descobrimientos*, vol. II, 1956, p. 162.

<sup>134</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 164.

<sup>135</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 33.

<sup>136</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 175.

<sup>137</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 33.

O interior da cerca amuralhada, em finais de quatrocentos, conservava o baluarte urbano nuclear, que acolhia além das residências dos contribuintes mais abastados do concelho, entre outros, a igreja de São Clemente, os paços do concelho e o castelo.

Eram precisamente o castelo e a igreja que formavam os dois “elementos primários”<sup>138</sup> da urbe, o primeiro localizado a norte/noroeste e o segundo a sul, ambos juntos das principais entradas da vila, a porta de Portugal ou da Vila e a porta de Faro, respetivamente. A partir daqui estruturava-se todo o espaço urbano, contendo as zonas habitacionais, que Aldo Rossi definiu como “a residência”<sup>139</sup>, e outros equipamentos fundamentais, como a estalagem ou os paços do concelho e incluindo uma área significativa ocupada por quintais e infraestruturas agrícolas.

Passada a porta de Portugal, avistava-se a **alcaidaria**, adossada ao forte pano de muralhas do castelo e protegida por três torres, cuja entrada se processava pela zona sul, já a caminho da porta de Silves. O edifício, construído no século XIV<sup>140</sup> e remodelado nos séculos XVII/XVIII, albergava o alcaide, que detinha o poder militar da vila e o desempenho de funções judiciais e administrativas, prestando contas diretamente ao rei, e nele pernoitaram monarcas em visita ao seu reino do Algarve (D. Pedro I, D. Afonso V e D. Sebastião). Esta casa nobre ocupava um lugar privilegiado no interior do burgo, estando precedida de um pátio interior, destinado a refúgio da população, em caso de extrema gravidade<sup>141</sup>, de um poço e de algumas casas de habitação. Henrique Fernandes Sarrão, por volta de 1600, descreveu que o edifício estava “novamente feito com muito boas casas”<sup>142</sup>, isto é, havia sido alvo de obras de remodelação/ampliação.

Defronte deste centro do poder militar, a rua do Castelo ou rua Principal da Fonte ligava a porta de Portugal à de Silves. Aí estava não só a entrada principal da alcaidaria, mas a fonte, a estalagem e a antiga casa das sisas. Era, sem dúvida, um espaço de prestígio da vila.

Adossada à muralha do castelo, a referida **fonte**, cuja responsabilidade e conservação estava a cargo do concelho<sup>143</sup>, “raza, ornada de quatro arcos que a rodeavam, fechando cada um em ogival, mas não formando em cima tecto”<sup>144</sup>, foi edificada, possivelmente pela Câmara

---

<sup>138</sup> ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, pp. 124-128.

<sup>139</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 96-104.

<sup>140</sup> FIDALGO, Andreia, et al., *Guias Redescobrir Loulé / Salir – Rota Algarve Medieval*, 2014, p. 18.

<sup>141</sup> MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Castelo de Loulé*, Loulé, 1984.

<sup>142</sup> GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Dois Descrições do Algarve do Século XVI*, 1983, p. 161.

<sup>143</sup> GONÇALVES, Iria, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em Meados do Século XV”, 1987, p. 190.

<sup>144</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 70.

Municipal, em 1366, conforme atestava a lápide embutida num dos arcos: “a par do escudo das armas de Portugal com a orla de 15 escudos estavam as da villa que são hum loureiro verde sobre hum castello; por baixo daquellas está hum letreiro em letra oncial, e alguma romana restaurada que diz: *Era de mil quatro centos e quatro annos foi feita esta obra*, que corresponde ao anno de 1366, ultimo do reinado de D. Pedro I”<sup>145</sup>. Esta obra, marco de poder e instrumento inquestionavelmente eficaz para afirmar a noção de bem público e de espaços comuns, chegou até ao século XIX<sup>146</sup>.



**Figura III.16**  
**Lápide da fonte medieval**

Em posição estrategicamente próxima da fonte, a **estalagem** era um espaço comunitário, de propriedade concelhia, vital para o acolhimento dos viandantes que, com frequência ali pernoitavam, faziam os seus repastos e recolhiam os seus animais, na estrebaria anexa<sup>147</sup>. Sobreviveu até ao século XX o topónimo de largo da Estalagem, pelo que se considera plausível que o seu local original fosse as imediações da entrada da alcaidaria e da fonte, junto à posta de Silves. Segundo um foro de 1817, a estalagem localizava-se a nascente da muralha do castelo e a sul de uma das torres e das casas da alcaidaria<sup>148</sup>. Refira-se que no século XV

<sup>145</sup> LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Economica, Estatistica e Topografica do Reino do Algarve*, 1841, p. 311.

<sup>146</sup> “Sendo presidente da camara Antonio Vaz da Fonseca e Mello, em 1837, mandou encanar a agua da fonte para o logar das Bicas Velhas, e depois entupiu a mesma fonte” (OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 70).

<sup>147</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 158.

<sup>148</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

este local continuou a merecer os cuidados de manutenção necessários à sua boa preservação<sup>149</sup>, tendo sido vendido o direito de exploração, pela Câmara Municipal, em 1402<sup>150</sup>.

Seguindo por entre o edificado habitacional, em direção a sul, através da rua da Fonte, com passagem junto da porta Nova, ou pela rua Martim Farto, chegava-se ao **adro da igreja de São Clemente**. Esta última artéria possui, ainda hoje, elementos arquitetónicos quinhentistas, característicos do manuelino, reveladores da presença de habitações abastadas, enobrecidas pelo talhe dos vãos.



**Figura III.17**  
**Vão com moldura manuelina na rua Martim Farto, 2015**

O adro era, na Idade Média, por definição, um espaço fronteiro ou em torno de uma igreja, destinado ao serviço do templo a que pertencia, principalmente com função cemiterial<sup>151</sup>. Contudo, a natureza concreta das atividades que aí eram promovidas, nomeadamente de reunião, comércio e de simples sociabilização, levava a que os adros tivessem uma utilização livre, intensificando-se o seu carácter público. Esta situação impulsionava a sua transformação em praça efetivamente pública<sup>152</sup>.

Este local seria, talvez, o mais desafogado e aberto do interior do recinto amuralhado louletano. Para tal, sobretudo por iniciativa concelhia, mas sempre dependente da autorização

<sup>149</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 159.

<sup>150</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 102-103.

<sup>151</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 719.

<sup>152</sup> ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de, *A nuvem e Juno: Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da idade moderna*, 2014, pp. 618-623.

e auxílio dos monarcas, o adro foi ampliado, expropriando e derrubando os edifícios que tornavam o espaço acanhado, justificado pelo crescimento da urbe e pela vontade de enobrecer um espaço que cada vez mais se assumia como o de representação da própria vila. Por exemplo, em 1395, uns pardieiros régios que lhe eram adjacentes, viriam a ser doados, pelo monarca, à igreja matriz, a pedido do concelho, permitindo então ampliá-lo<sup>153</sup>.

A existência de uma praça interior, enquanto tipologia urbanística, é dada como adquirida por Fátima Botão<sup>154</sup>. Contudo, a menção que a autora faz à praça é ambígua e não consegue comprovar, através de fontes locais, a sua existência, baseando-se apenas em bibliografia genérica, que considera comum a presença dessas praças. Para além de não existirem vestígios espaciais de uma eventual praça de dentro, no arrolamento de quadrilheiros de 1494, a listagem rua a rua, contém apenas referência a uma praça, correspondendo esta, certamente, à praça de fora<sup>155</sup>, da qual será feita menção mais à frente.

Esta situação afigura-se-nos ainda mais plausível, no sentido em que a praça no interior da urbe, ocupando espaços centrais e expressamente pensados como vazios, ou seja, sem carácter residual e de perímetro minimamente configurado, é um elemento raro até aos finais do século XIV<sup>156</sup>. Tal facto pode ser ainda melhor comprovado numa vila de fundação islâmica, como Loulé, em que os hábitos muçulmanos não careciam desse tipo de espaço aberto e de convívio e onde, posteriormente à reconquista, a vida urbana possuía ainda um carácter incipiente. Loulé parece, assim, reportar-nos para uma vila sem qualquer tipo de praça intramuros, em que o adro da igreja, diminuto e sem uma posição central relativamente ao tecido urbanizado, corresponde ao único espaço público aberto existente.

No centro do adro estava a **igreja de São Clemente**. Esta resultara da conversão da antiga mesquita muçulmana, passando a celebrar o culto cristão após a reconquista. Existem referências a igrejas já construídas em Loulé no foral concedido por D. Afonso III em 1266, tratando-se, certamente, de uma delas, a igreja matriz. Contudo, o templo foi alvo de obras de adaptação e requalificação que se prolongaram por várias décadas.

---

<sup>153</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 28v (Ver transcrição do documento no Anexo III).

<sup>154</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 154-157.

<sup>155</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 2004, p. 160.

<sup>156</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 708, 182.

A partir do dia 4 de dezembro de 1298, o templo passou a integrar o padroado da Ordem Militar de Santiago, em resultado de uma troca realizada entre o monarca D. Dinis e o mestre da citada Ordem religioso-militar<sup>157</sup>.

Apesar de o poder local manifestar algumas preocupações relativamente ao estado de conservação da sua matriz, símbolo da espiritualidade das autoridades dominantes, lugar de culto dos respetivos crentes e de outras atividades, as obras tardavam em chegar ao seu término. Em 1404 dizia-se que a obra de São Clemente estava por fazer havia muito tempo<sup>158</sup> e quatro anos depois os vereadores mostravam o seu desagrado, pelo facto da Ordem de Santiago, do bispo e do cabido, responsáveis por fazer esta igreja, não quererem concretizá-la<sup>159</sup>. As causas dessa delonga seriam justificadas, certamente, pela existência de carências de toda a ordem, epidemias e mortandades, défice populacional ou catástrofes de ordem natural. O certo é que em 1423 e em 1450 existe a confirmação de efetivas obras na matriz, concretizadas graças ao numerário saído dos cofres municipais<sup>160</sup>, podendo-se afirmar que, só a partir do início do século XVI se pode verificar a existência de uma estrutura em pedra e cal, constituída por três naves, coberta por telha vã, com o adro, a norte, cercado com um muro alto, onde se elevava uma torre de cantaria, que acomodava dois grandes sinos<sup>161</sup>, adaptada a partir da almenara árabe.

A capela-mor foi um dos primeiros elementos a ser construído. As duas capelas colaterais serão certamente posteriores, nomeadamente de finais do século XIV, primeira metade do século XV. Os restantes elementos, principalmente as capelas laterais e sacristias, são ulteriores, executados ao longo das várias campanhas de obras<sup>162</sup>.

Em termos arquitetónicos, o templo revela os cânones do gótico mendicante português, sendo indiscutivelmente um dos mais significativos testemunhos deste formulário no Algarve. Paulo Pereira afirma que esta igreja é “uma das mais antigas (...), de iniciativa dionisina, com planta de três naves de quatro tramos<sup>163</sup> e composição do tipo ‘mendicante’. No entanto, a fachada parece mais fechada do que é habitual, com três corpos, sendo o mais alto o central onde se rasga um óculo; as páginas laterais apresentam apenas estreitas frestas enquanto o portal se

---

<sup>157</sup> CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, 2001, p. 76.

<sup>158</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, 1999/2000, p. 153.

<sup>159</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 198.

<sup>160</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 161-162.

<sup>161</sup> MARTINS, Luísa F. Guerreiro, CABANITA, Pe. João Coelho, “*Visitação*” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, 1995, pp. 26-27.

<sup>162</sup> CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, 2001, p. 77.

<sup>163</sup> O número de tramos não corresponde à realidade, uma vez que a igreja apresenta três elementos desta natureza.

inscreve num gablete muito apontado, como se tratasse ainda de um gótico experimental – ou pelo menos com poucas tradições locais, o que é quase certo”<sup>164</sup>. De facto o templo apresenta uma unidade ímpar, que lhe advém, possivelmente, do reaproveitamento dos alicerces da mesquita e de um projeto medieval singular.



**Figura III.18**  
**Igreja de São Clemente, 1973**  
(DGPC)

A igreja de São Clemente fazia confluir as principais vias do recinto amuralhado, posicionando-se no centro de uma rede viária de ligação, entre a alcaidaria do castelo e as portas de Faro, do Postigo e do Sol. Em grande medida, centralizava episódios que animavam parte dos quotidianos de uma população, que ali procurava realizar os seus compromissos de fé ou assistir ao exercício da justiça local (exercida pelos juízes ordinários, os almotacés, o juiz dos órfãos e o juiz dos mouros e judeus)<sup>165</sup>, a um serviço notarial, a uma festa e, porventura, a uma cerimónia fúnebre, uma vez que na zona fronteira à igreja, o adro serviu, durante muito tempo, de **cemitério**.

Não muito afastado do adro, a nascente do templo e entrando já pela rua que encaminhava para o Postigo, os **paços do concelho** e a cadeia marcavam o local. Ousamos assumir esta

<sup>164</sup> PEREIRA, Paulo, “O ‘Modo’ Gótico”, 2007, p. 59.

<sup>165</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 160.

localização para a sede do poder com base nas informações fornecidas por um aforamento datado de 1769, conjugado com a situação propícia à existência desta estrutura, junto ao adro da matriz, numa das principais ruas da urbe e equidistante de três das portas da vila. O documento descreve a existência de “um chão onde antigamente erão as cazas da Camara com uma escada de pedra por onde se subia para a dita caza com um páteo á entrada, que tudo ha annos se acha demolido e apenas ao presente se conservão seus vertigios”<sup>166</sup>. O facto de a cadeia também se encontrar junto à casa da Câmara pode dar-nos mais algumas certezas quanto a tratar-se do edifício medieval, edificado na segunda metade do século XIV, uma vez que a casa da Câmara passou a ser um dos locais mais comuns para a localização da prisão.

Os edifícios diretamente vocacionados para a gestão municipal começaram a fazer parte das vilas e cidades no decorrer da segunda metade do século XIV, constituindo, nas últimas décadas do século, uma realidade comum a toda a extensão do reino<sup>167</sup>. Ignora-se a data precisa, a partir da qual os homens bons da vila de Loulé passaram a ter o seu próprio espaço de reunião, sendo certo que o edifício existia antes de 1376, na medida em que nesse ano foram já canalizadas algumas verbas para reparação do imóvel. Apesar de, nem sempre, se desenrolarem aí as reuniões de vereação, os paços do concelho nutriam especial preocupação para o poder local, que com constante vigilância e cuidado, os procurava conservar, sendo submetidos, por diversas ocasiões, a obras (por exemplo, em 1423, 1450 e 1483)<sup>168</sup>.

Arquiteticamente pouco se sabe sobre este edifício, no entanto, não deveria ostentar qualquer género de monumentalidade, que o destacasse notoriamente no contexto das construções urbanas. Um pouco maior que o restante casario, por certo, com um piso superior que o elevaria acima da média das restantes estruturas, mas nada aponta, porém, para qualquer tipo de sumptuosidade. Destaque igualmente para a existência de um alpendre e de um poço. É possível que o edifício fosse constituído por diferentes divisões, destinadas a diversos fins. Aí se acolhiam também os figos que alguns produtores traziam para a satisfação de contratos comerciais e onde, numa esteira, aguardavam o respetivo encaminhamento<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>167</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 183, 758.

<sup>168</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 157-159.

<sup>169</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 160.

Anexa à casa do concelho, a **cadeia** passou a acolher, a partir de 1493<sup>170</sup>, os presos, oriundos dos calabouços do castelo<sup>171</sup>. Esta transferência ocorreu na sequência de uma ordenação régia de D. João II, datada de 1491, que obrigava à edificação de novos espaços de reclusão de criminosos, com condições de segurança e respeito pela dignidade humana. Os locais privilegiados para acolher as cadeias foram as casas da Câmara, podendo ocupar uma divisão anexa ou uma dependência do piso térreo<sup>172</sup>.



**Figura III.19**

**Edifício da cadeia (em segundo plano), ostentando um campanário e telhados de quatro águas, 1941**  
(DGPC)

A sudeste da casa do concelho e da cadeia, até ao limite nascente da muralha, junto a uma das torres, desenvolvia-se a **horta** ou **chão**<sup>173</sup> **da Talharia**<sup>174</sup>. Esta propriedade do rei, emprazada ao concelho por 2700 reais<sup>175</sup>, possuía alguns imóveis e estruturas destinadas à produção artesanal (nomeadamente um forno). Também aqui se localizava um olival, resguardado por

---

<sup>170</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 140.

<sup>171</sup> IRIA, Alberto, *Descobrimientos portugueses: O Algarve e os descobrimientos*, vol. II, 1956, p. 137.

<sup>172</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 795-796.

<sup>173</sup> “E se ‘chãos’ foi, segundo Santa Rosa Viterbo, o designativo de uma parcela agrária, foi também uma forma de identificar os lotes urbanos. É sob essa designação que se referem as propriedades urbanas”. (TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 252).

<sup>174</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>175</sup> GONÇALVES, Iria, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em Meados do Século XV”, 1987, p. 195.

um muro feito de cal e areia<sup>176</sup>. Esta horta é apenas um exemplo dos múltiplos quintais e infraestruturas agrícolas que pontilhavam a paisagem urbana.

Um pouco a norte da Câmara, a **judiaria** e a respetiva sinagoga. A hipótese para apontarmos a localização da judiaria de Loulé neste sítio é baseada nos seguintes argumentos, contrapondo a distintas localizações defendidas por outros investigadores<sup>177</sup>:

Sabe-se, através da ata de vereação de 26 de novembro de 1492, que a mesma se localizava junto à casa de “Joham Rodriguez Boto”<sup>178</sup>. Ora, através do estabelecimento de quadrilhas no concelho de Loulé, em 1494, consegue-se perceber que “Joham Rodriguez Boto” morava na “rua de Estace Eannes e de Diogo Vaasquez carpinteiro e de Joham Boto Carneiro”, não muito distante da porta de Faro<sup>179</sup>. Através da análise dos topónimos apresentados na ata de vereação que estabelece as quadrilhas, verifica-se que esta artéria se localizava no interior do casco amuralhado e na sua metade oriental. O documento encontra-se ordenado sequencialmente de poente para nascente, isto é, primeiro discrimina os quadrilheiros das ruas localizadas na zona oeste da vila (rua da Palmeira, rua principal da Fonte e porta Nova; artérias que atualmente ainda se conseguem localizar), dirigindo-se depois para leste, onde se apresenta a rua onde é feito quadrilheiro “Joham Rodriguez Boto”, anexa à judiaria.

Após a expulsão das comunidades hebraicas do reino, em 1496, e com a desativação das judiarias, verifica-se que muitas delas são rebatizadas como ruas Novas, facto que pode

---

<sup>176</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, pp. 149-150, 160, 162.

<sup>177</sup> Fátima Botão corrobora a ideia defendida por Isilda Martins, da judiaria se localizar entre a porta de Silves e a porta Nova, baseando-se em prospeções arqueológicas desenvolvidas em 1972 (BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 166). Todavia, tal afirmação é deficientemente fundamentada, uma vez que não foram publicados quaisquer resultados que permitam confirmar aquela hipótese.

Por sua vez, João Miguel Simões advoga que a judiaria ficaria nos arrabaldes, junto da atual calçada dos Sapateiros ou nas imediações do largo de São Francisco. Para a primeira hipótese utiliza como argumentos o facto de existirem duas ruas perpendiculares, da coincidência da localização com a judiaria de Tavira e pelo topónimo da artéria, atividade que concorda com uma das principais profissões dos judeus e depois dos cristãos-novos. Como segunda hipótese aponta para o facto de o espaço da judiaria, após o seu abandono, ter sido utilizado para a construção da ermida de São Sebastião (protetor das pestes), uma vez que os judeus eram muitas vezes acusados de espalharem a peste, envenenando os poços. Refere igualmente que a rua do Esparguina, com habitações tipicamente medievais, parece denunciar a localização da judiaria (SIMÕES, João Miguel, *História económica, social e urbana de Loulé*, 2012, pp. 67-68).

Ambas as hipóteses parecem-nos pouco plausíveis. Em relação à primeira afirmação, verifica-se que a artéria tem uma dimensão reduzida para albergar uma comunidade judaica e que o topónimo de calçada dos Sapateiros apenas surge em documentação do século XX, não existindo quaisquer referências anteriores. Em relação à segunda hipótese, verifica-se, através dos documentos consultados (foros), que o local não possuía qualquer habitação até ao século XVIII, tendo começado a ser urbanizado apenas no final dessa centúria, pelo que as habitações apontadas como medievais correspondem, certamente, a edifícios erigidos no século XIX, e principalmente, no XX.

<sup>178</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 2004, p. 69.

<sup>179</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159.

simbolizar a conquista de um novo espaço a povoar, desta feita por cristãos, surgindo este fenómeno um pouco por todo o país<sup>180</sup>. Em Loulé existe uma rua Nova, no interior do casco urbano consolidado, não havendo justificação plausível para tal designação<sup>181</sup>, topónimo este que aparece em documentos do início do século XVIII<sup>182</sup>, podendo ter surgido muito antes, possivelmente no início da centúria de quinhentos. Aponta-se, assim, para a hipótese desta artéria ser herdeira da antiga judiaria de Loulé.

A presença de judeus em Loulé detinha algum significado durante a época medieval, contudo sem a expressão da vizinhança muçulmana. Aquela comunidade encontrava-se constituída em comuna, com uma organização religiosa, administrativa e jurídica, sedeadas na sinagoga<sup>183</sup>. Todavia, o seu protagonismo no quotidiano da vila e concelho não era muito relevante, não obstante o papel profissional que desempenhavam e as capacidades económicas ou intelectuais de alguns indivíduos, que lhes valeram a estima e a honra dos seus concidadãos<sup>184</sup>.

Fixavam-se numa ou duas ruas da vila, que assinalavam uma presença mais expressiva de judeus, não obstante os seus espaços residenciais não se limitarem à judiaria<sup>185</sup>, encontrando-se indivíduos dispersos pelo tecido urbano ou, como se dizia à época, por entre a “Christandade”. Em Portugal, até ao dobrar do século XIV, a existência de bairros próprios decorreu muito mais de formas de associação espontânea do que de uma imposição exterior. A existência de judiaria não impediu que um número significativo de judeus adotasse outras zonas da vila como local de residência. Neste contexto, o ano de 1361, constituiu um marco fundamental, com o exarar do decreto régio, de D. Pedro I, obrigando a segregação das minorias e determinando que, onde quer que o seu número fosse igual ou superior a dez, judeus e mouros morassem em “lagar apartado e nom antre christãos”. Assim, o espaço habitacional judaico, até aí resultante de associação espontânea, permeável e concomitante com uma ocupação dispersa pelo tecido urbano, tornou-se, por força de lei, compulsivo, circunscrito e exclusivo. Contudo, a aplicação da normativa decorreu segundo um processo

---

<sup>180</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 118.

<sup>181</sup> Isilda Martins afirma que o topónimo rua Nova possui um “significado arqueológico, denuncia a expansão do recinto da cidadela. A fortaleza foi alargada até ao Castelo. O velho pano de muralha, que se estendia ao longo da actual Rua do Município, foi quebrado, abrindo-se, respectivamente, uma nova rua e a Porta Nova”. (MARTINS, Isilda Maria Renda, *Loulé no Século XX*, vol. II, 2004, p. 180) Contudo, tal explicação não nos parece fundamentada, dado não existirem quaisquer estudos arqueológicos que comprovem a situação e que, de acordo com todas as investigações efetuadas até à atualidade, a muralha cristã de Loulé é herdeira da estrutura muçulmana, não tendo ocorrido qualquer alteração de traçado.

<sup>182</sup> AMLLE, *Livro relativo à décima* (1719).

<sup>183</sup> DUARTE, Luís Miguel, “Loulé há Quinhentos Anos. A Rua Nova e a Judiaria Velha”, 2001/2002, p. 161.

<sup>184</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 195.

<sup>185</sup> Idem, *Ibidem*, p. 166.

lento e de forma alguma generalizado, mantendo-se ao longo do século seguinte diversas formas de ocupação do espaço urbano pela presença judaica, nomeadamente, dispersão, associação espontânea, bairros assinalados e bairros fisicamente encerrados<sup>186</sup>.

Em Loulé, em 1492, dá-se a expansão da judiaria, através da inclusão de uma rua “que seguia direito da judaria velha atee as cassas de Joham Rodriguez Boto”<sup>187</sup>. A rua, já existente, foi a escolhida por ser a que “mais onestamente a dicta judiaria podia estar que em outra alguma parte, por ser mais despejada dos christãos”<sup>188</sup>, isto é, uma rua segregada e bem identificada, bem como, suficientemente delimitada e delimitável, ou seja, suscetível de ser devidamente isolada. Durante o processo de adaptação da nova artéria houve o objetivo de isolar a rua, fechá-la ao exterior, tapando as traseiras dos terrenos, dos quintais e das casas e, sobretudo, construindo “huum muito boom portall com seu arco de tijollo e espigam em cima”<sup>189</sup>, que seria encerrado ao entardecer e reaberto ao nascer do dia. Havia ainda outra via de acesso possível, “da parte de baixo contra a rua em que mora Diogo Alvarez Mazcoro”<sup>190</sup>, que foi mandada encerrar. Foi também decidido que os judeus que morassem fora da judiaria ficavam obrigados a ir habitar a nova rua.

Todo este processo se deveu, certamente, à articulação entre o decreto de 1361 e o aumento demográfico, tendo como consequências imediatas a superlotação do bairro e a decorrente ampliação, pela incorporação de um arruamento contíguo, bem como a obrigação do encerramento da judiaria.

Quatro anos depois, a 5 de dezembro de 1496, D. Manuel estabeleceu a ordem de expulsão das comunidades hebraicas e mouras do reino<sup>191</sup>, sofrendo a comuna louletana, tal como as restantes do país, um rude golpe. A judiaria de Loulé ficou nesta época praticamente desabitada. O número de indivíduos decresceu claramente a ponto de, em 1505, só viverem em Loulé, segundo Romero Magalhães, dez cristãos-novos e a viúva de um outro<sup>192</sup>.

Ao nível do urbanismo os bairros judaicos não apresentavam características distintas da cidade cristã envolvente, o que permitiu, que após a expulsão, rapidamente se esbatessem os vestígios da presença judaica nas urbes portuguesas. As antigas judiarias foram integradas na “Christandade”. Derrubados os portões do bairro, reabertas as portas que em cada edifício

---

<sup>186</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 622-624.

<sup>187</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 2004, p. 69.

<sup>188</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>189</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>191</sup> TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, 1982, p. 483.

<sup>192</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, 1970, p. 28.

davam acesso às ruas vizinhas, as vias abriram-se à circulação geral identificando-se com novos topónimos de que rua Nova é o mais frequente<sup>193</sup>.

Caminhando a partir da judiaria pela rua do Postigo, atingia-se um terreno chão, denominado, no século XVI, chão do Postigo, topónimo associado a uma das portas da muralha. Precisamente junto desta porta existia o **celeiro** ou **casa das fangas**, onde o cereal entrado em Loulé era diligentemente depositado a fim de garantir, em tempo oportuno, a respetiva e acautelada distribuição, bem como garantir a regulação e cumprimento dos preços legais.

Em 1767 o antigo celeiro da vila é descrito como “duas cazas terreas na rua do postigo, que antigamente servião de celleiro do Cons.º que actualmente se achão reunidas em uma só e repartidas em tres”<sup>194</sup>, correspondendo este edifício, à época desativado, ao antigo celeiro medieval.

Orientando o trajeto para poente atingia-se a porta do Sol e para nascente as artérias conduziam, de novo, para a alcaidaria e a porta de Portugal e daqui para os espaços extramuros, em franco desenvolvimento.

#### **1.3.4. A vila extramuros**

Após a reconquista cristã, assistiu-se à expansão extramuros de Loulé, com a criação de importantes equipamentos fora de portas, mas junto aos principais eixos viários de acesso à vila, designadamente:

A sul a mouraria;

A nascente o mosteiro de São Francisco;

A norte a praça de fora e a ermida de São Domingos;

A poente o rossio e a ermida de São Sebastião.

Este fenómeno é explicado por Walter Rossa, para a generalidade das povoações, da seguinte forma:

“A estabilização das fronteiras, a pacificação do território e toda a conjuntura sócio-económica que levou à dinamização da vida urbana, tornou natural o abandono das exíguas (...) áreas muralhadas medievais. (...) devemos juntar a caducidade dos muros defensivos, o

---

<sup>193</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 651, 660, 662.

<sup>194</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

abandono pelas actividades económicas das alcandoradas cidadelas, etc., o que de facto fizeram que as urbes passassem a ser um espaço aberto à envolvente, alteração conceptual de fundo sofrida pela tradicional oposição cidade/arrabalde”<sup>195</sup>.

De facto, razões tão variadas como o crescimento demográfico, a perspectiva de um afastamento à jurisdição camarária e às suas fiscalizações, a tentativa de fuga a pressões fiscais, a existência da maior parte dos mesteres e do comércio, ou a atração exercida pelas terras planas mais cómodas e acessíveis e pela proximidade de cursos de água, funcionaram como fatores determinantes à fixação de núcleos populacionais no espaço exterior às muralhas. Estruturaram-se em função dos eixos de circulação e das portas da vila, densificando-se em torno de um templo, muito frequentemente um convento mendicante ou do espaço utilizado para a realização de feiras e mercados semanais.

O crescimento dos núcleos extramuros de Loulé, essencialmente vocacionados para a produção artesanal e trocas comerciais, funcionou como um íman sobre as populações da vila cercada, processo que ajudou ao despovoamento e abandono dos imóveis intramuros, impondo mesmo medidas centralizadas de estímulo ao afluxo de vizinhança para o interior da cintura amuralhada, conforme abordado anteriormente.

No findar do período medieval, a vila evidenciava a projeção dos seus limites urbanos para fora dos muros, onde a população se foi progressivamente instalando. O agregado urbano deixava de se circunscrever ao antigo reduto militar, para se lançar para o exterior, onde as gentes se dedicavam às mais variadas actividades económicas, preponderando o artesanato e o comércio. Desta forma, acelerava-se o processo de fusão entre a vila e um arrabalde em expressiva fase de desenvolvimento.

Em Loulé, em 1505, habitam na vila adentro 142 vizinhos, e no arrabalde e freguesia da vila 277<sup>196</sup>, o que corresponderia, aproximadamente, a um total de 1500-2000 habitantes<sup>197</sup>.

Este notável crescimento da vila de Loulé, principalmente durante os séculos XIV e XV, ficou a dever-se a vários fatores, com principal destaque para uma conjuntura económica propícia à construção e alargamento do tecido urbano. Tudo isto baseado na produção e comércio de frutos secos, a sua principal fonte de riqueza. As rotas do comércio externo algarvio teriam

---

<sup>195</sup> ROSSA, Walter, “A cidade portuguesa”, 2008, pp. 88, 90.

<sup>196</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, 1970, p. 217.

<sup>197</sup> FERNANDES, Paula G. de Carvalho, BASTOS, Maria do Rosário da Costa, “Oficiais da Câmara de Loulé em 1384-1385”, 1996, p. 81.

começado durante o século XIV, em direção ao norte (Flandres e Mancha)<sup>198</sup>. Loulé apresentaria, neste domínio, um papel bastante expressivo. Este concelho mantinha, desde meados daquela centúria, um comércio marítimo de importação e exportação especialmente de figos e vinha<sup>199</sup>. Era assim, para além de Silves, a única vila do interior algarvio ligada ao comércio externo. Como não era porto de mar, o tráfego fazia-se pelo porto de Pereira, no lugar de Ludo, e por Farrovilhas<sup>200</sup>, ou, posteriormente, através de Faro<sup>201</sup>. Esta exportação da fruta louletana dirigir-se-ia predominantemente para a Flandres<sup>202</sup>, cuja capital, a cidade de Bruges, era o mais ativo mercado de produtos da Europa.

A situação geográfica de Loulé, enquanto nó de ligação interurbana entre o barlavento e o sotavento algarvios, como entre o Algarve e o restante território nacional, também beneficiava a vila, tornando-a num ponto de confluência comum para quem vinha de Portugal e se dirigia a Faro ou a Tavira. Com o início da expansão portuguesa para o Norte de África, no primeiro quartel do século XV, Loulé assumiu-se também como lugar de passagem, na circulação que se fazia entre África e o reino<sup>203</sup>. Fidalgos, cavaleiros e escudeiros, que iam e vinham das praças, tal como mercadores, feirantes e outros que se cruzavam inevitavelmente na vila, por força dos caminhos, encontravam a oportunidade de negócios favoráveis, na fragrância auspiciosa daquelas terras de figueirais, vinhedo e pastos<sup>204</sup>. A vila, um espaço bastante permeável às relações com o exterior, estimulava, assim, contactos e simultaneamente atraía gente.

Também o mercado de Loulé era então dos mais importantes, ao qual concorriam, com as suas mercadorias, os vizinhos dos diversos lugares do concelho e do resto da região<sup>205</sup>.

---

<sup>198</sup> FONSECA, Luís Adão da, “A ligação do Algarve aos grandes centros do comércio internacional”, 1999, p. 136.

<sup>199</sup> IRIA, Alberto, *Descobrimientos portugueses: O Algarve e os descobrimientos*, vol. II, 1956, p. 295.

<sup>200</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 131, 295.

<sup>201</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, pp. 255-256.

<sup>202</sup> FONSECA, Luís Adão da, PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor, “Algumas Considerações Sobre o Comércio Externo Algarvio na Época Medieval”, 1987, p. 69.

<sup>203</sup> “A cessão do condado de Loulé ao conde de Valença e Caminha, governador de Alcácer e Arzila, D. Henrique de Meneses [a 12 de novembro de 1471], mostra-se uma circunstância consentânea com o serviço que prestava, no Norte de África [capitão e governador de Alcácer Seguer e Arzila], ao rei, naturalmente, mas também com a influência deste homem na região e a sua ligação à casa do Infante D. Henrique, da qual seu pai era governador” (BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 187); “a 27 de Junho de 1476 (...) o rei determinou que o conde de Loulé e os seus herdeiros passariam a exercer a jurisdição civil e criminal sobre esta vila” (MORENO, Humberto Baquero, “A Nobreza do Algarve nos Finais da Idade Média”, 1989, p. 143).

<sup>204</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 187-188.

<sup>205</sup> IRIA, Alberto, *Descobrimientos portugueses: O Algarve e os descobrimientos*, vol. II, 1956, p. 378.

É nesta conjuntura que às áreas extramuros se vão estruturando, em função de vários elementos urbanos pré-existentes, mais ou menos significativos, mas fundamentais ao despoletar do crescimento e consolidação da vila fora de portas, nomeadamente, de templos e conventos, com destaque para o mosteiro de São Francisco, do espaço para a realização dos mercados e, com maior relevância, a partir das portas e das respetivas vias de circulação.

Com o decorrer do tempo, o espaço foi-se construindo progressivamente, por adições sucessivas, aparentemente, sem planeamento prévio, global ou parcial, mas sempre influenciado por condicionantes e interesses das elites ou dos poderes local e/ou central. Denotava-se uma certa racionalidade inerente à ocupação e apropriação do espaço, numa lógica que se expressava através da procura sistemática da exposição solar mais favorável, do decalque das curvas de nível como forma de vencer os desníveis, da disposição dos arruamentos de acordo com o percurso natural das águas pluviais, da vizinhança protetora da velha estrutura militar, da proximidade às vias de comunicação ou da presença de água.

A partir dos caminhos existentes e de forma quase automática, o casario foi-se alinhando, bordejando-os de ambos os lados. Os caminhos transformaram-se em ruas, mais ou menos retas ou encurvadas, de acordo com o trilho que decalcavam, mas sempre com um carácter axial. A vila cresceu pela justaposição de novos arruamentos paralelos e perpendiculares, formando os respetivos lotes, retangulares, estreitos e compridos, estruturados da necessidade de cada fogo dispor de contacto direto com a rua.

A primeira zona extramuros de Loulé a ser ocupada foi a localizada a sul, junto à porta de Faro. Para aqui foi banida, após a reconquista, a população muçulmana que optou por permanecer sob domínio cristão, beneficiando de um evidente incentivo à permanência, a outorga de carta de foral em 1269. Conservam-se até hoje alguns topónimos emblemáticos, como a rua da Mouraria, a rua do Saco ou a travessa dos Oleiros. Seria interessante apurar se a escolha deste sítio se prendeu ao arrabalde manufatureiro da Loulé islâmica, nomeadamente a equipamentos pré-existentes à reconquista, relacionados com a olaria. A arte de trabalhar o barro é uma tradição antiquíssima da cidade que se mantém até aos dias de hoje, a par do trabalho dos couros e cabedais e do cobre. Ou teria o local, de fácil acesso ao mar e numa excelente zona agrícola, sido negociado entre os conquistadores e os conquistados, como forma de os estimular a permanecer no território?

A **mouraria** louletana desenvolveu-se ao longo dos séculos XIV e XV, comportando uma comunidade vigorosa, com uma pujança económica ligada ao comércio, à agricultura (baseada no figo e na passa) e à produção artesanal<sup>206</sup>. Aquando do ato de conversão de D. Manuel, os valores do cálculo das indemnizações pagas aos usufrutuários das rendas das mourarias do reino<sup>207</sup>, documentam que a comuna muçulmana de Loulé era a mais rentável do país, com uma quantia estimada em 178 000 reais (56% do cômputo total do país), seguindo-se Faro (44 000 rs) e Lisboa (33 518 rs)<sup>208</sup>. Os muçulmanos detinham um significativo papel na economia local, que determinava a sua projeção social e, mesmo, política no contexto local.

A caracterização física da mouraria de Loulé é praticamente uma incógnita. À escassez de intervenções arqueológicas no âmbito cronológico dos séculos XIV e XV soma-se o carácter lacónico da documentação que pouco mais permite conhecer que a existência da mesquita, lugar de oração e de reunião da comunidade mourisca. Refira-se que a utilização deste equipamento não se circunscrevia apenas ao serviço religioso, servindo como sede de poder, com uma dada estrutura burocrática, assegurada por oficiais próprios, ou como serviço de tesouraria da comuna<sup>209</sup>.

De qualquer forma, pela análise do traçado atual das artérias constituintes dos quatro ou cinco quarteirões que albergaram a população muçulmana, verifica-se que não apresentam qualquer indício de uma eventual matriz islâmica, estruturada com base na casa-pátio. Tal como Santiago Macias verificou na mouraria de Moura, em Loulé os quarteirões apresentam-se retangulares, estreitos e compridos, dispostos de forma regular e paralela, separados por ruas retilíneas e fluidas, As casas que compunham estes módulos só podiam ser estreitas e compridas, de fachada virada à rua. Este facto deveu-se a uma assimilação dos hábitos da maioria cristã pelos mudéjares, devido à intensidade de contactos entre estas duas comunidades, ou à imposição régia de um desenho pré-definido.

---

<sup>206</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 164.

<sup>207</sup> As rendas e direitos dos muçulmanos de Loulé competiam à infanta D. Beatriz, viúva de D. Fernando, duque de Viseu e Beja, e mãe de D. Manuel (BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Os Últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria”, 2009, p. 125).

<sup>208</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Os Últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria”, 2009, pp. 125-130.

<sup>209</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, pp. 165-166.

Após a promulgação do édito de D. Manuel, a comunidade louletana optou, como as demais, pela emigração do território português, verificando-se em 1505 a existência de apenas três fogos mouriscos no arrabalde<sup>210</sup>, muito provavelmente na área ocupada pelo bairro da mouraria. A emigração parece ter sido massiva.



**Figura III.20**  
**Bairro da mouraria na atualidade**



**Figura III.21**  
**Placa toponímica**

Entre a mouraria e a porta de Faro, junto às muralhas, surgiu ainda durante o período medieval, a **Corredoura**, que ocupou um terreiro junto à cerca, sendo utilizada como local de passagem e/ou paragem de animais. Com a evolução urbana o espaço converteu-se numa rua, mais larga e comprida que as restantes, e que se assumiu como um dos eixos de acesso ao núcleo, quer a partir de nascente, quer de poente, sendo intercetada pela via que se dirigia para Faro.

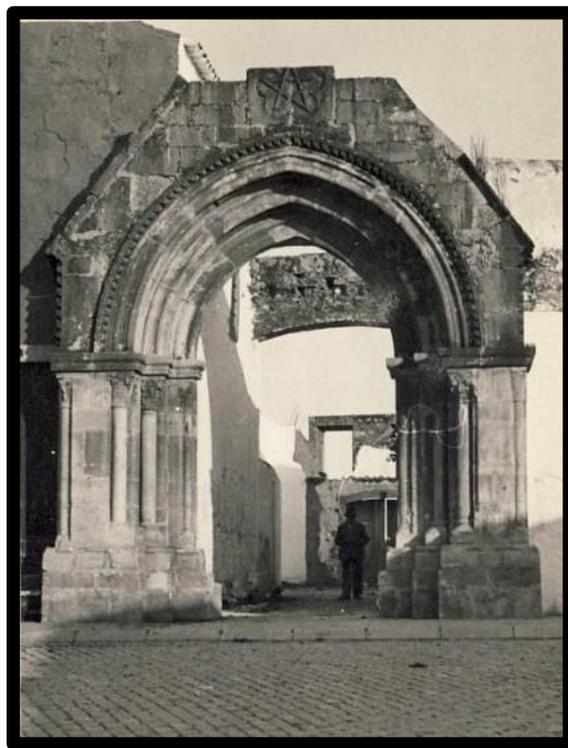
A partir da Corredoura, encaminhando o trajeto para nascente, ou um pouco a sul/sudeste de uma das portas descerrada na cerca (porta do Sol), no lado oriental da povoação, erigiu-se um edifício de culto, a construção mais imponente do arrabalde leste, que se tornou polarizador da expansão urbana extramuros, o **mosteiro de São Francisco**. Implantado numa zona sem qualquer construção, onde avultavam vinhas, figueiras, searas, pomares e hortas, junto à via que ligava Loulé a Tavira, foi edificado por volta de 1330, não obstante a comunidade franciscana ter vindo para Loulé em meados do século XIII (1253)<sup>211</sup>, ainda no reinado de

<sup>210</sup> BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Os Últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria”, 2009, p. 123.

<sup>211</sup> SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça: antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé*, 2008, pp. 22, 36.

Afonso III. A escolha do local para a construção deve ter residido na oportunidade de alguma doação de uma horta por um privado e na ausência de construções na zona.

A presença de franciscanos claustrais, uma Ordem mendicante, tinha como objetivo consolidar a espiritualidade cristã entre a medievalidade louletana, evangelizando os povos recém-conquistados. Esta comunidade de monges que se fixou em Loulé teria origem em Sevilha, passando a residir numa habitação cedida para o efeito<sup>212</sup>. Eram sustentados fundamentalmente pelo rendimento de alguns imóveis, deixados pela vizinhança para a instituição de capelas e celebração de missas e aniversários<sup>213</sup>. Através desses proventos, foram construídos a igreja e o convento, uma das primeiras edificações de arquitetura mendicante em Portugal<sup>214</sup>. Este foi alvo de uma campanha de obras nos finais do século XIV ou inícios do XV, que contemplou a remodelação da fachada da igreja, com a conceção de um novo portal principal<sup>215</sup>. Este portal é indiscutivelmente um dos mais representativos exemplares do gótico existentes na região do Algarve, destacando-se pela sua raridade uma estrela de cinco pontas na ornamentação do gablete.



**Figura III.22**  
**Pórtico da igreja do mosteiro de São Francisco, 1960**

<sup>212</sup> SIMÕES, João Miguel, *História económica, social e urbana de Loulé*, 2012, p. 22.

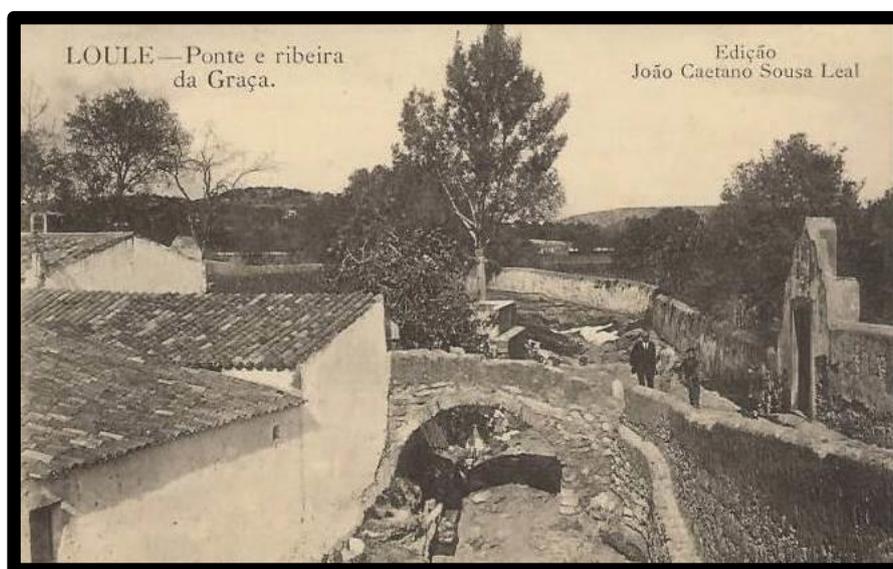
<sup>213</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 118.

<sup>214</sup> SIMÕES, João Miguel, *História económica, social e urbana de Loulé*, 2012, p. 28.

<sup>215</sup> SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça: antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé*, 2008, pp. 40-41.

Em 1568<sup>216</sup> a comunidade de franciscanos claustrais foi substituída pelos eremitas calçados de Santo Agostinho, que receberam o edifício das mãos de D. Henrique. A partir dessa data, ocupado pelos frades agostinhos, passou a ter como invocação Nossa Senhora da Graça<sup>217</sup>.

Da proximidade com o convento nasceu o topónimo de **ribeiro da Graça**, atribuído ao ribeiro do Cadouço, linha de água que os frades deveriam utilizar para a rega das suas duas cercas. Também aqui proliferavam **moinhos** e/ou **azenhas**, com os respetivos açudes, que trabalhavam apenas fora da época estival, devido ao caudal sazonal do ribeiro e à repartição de água entre os vizinhos para rega.



**Figura III.23**  
**Ribeiro da Graça, início do século XX**

A rua de acesso ao ribeiro (atual rua Ribeiro da Graça), que servia de eixo de ligação à estrada para Tavira, através de uma ponte sobre a linha de água, ainda hoje mantém o aspeto de azinhaga entre quintais murados, correspondendo aos limites da horta dos frades, a norte da mesma, e do **rossio**<sup>218</sup> nascente, localizado a sul, zona urbanizada apenas no século XIX.

Não muito longe, a poente do mosteiro de São Francisco, um outro lugar de culto tornou-se embrião para o desenvolvimento extramuros oriental de Loulé. Tratava-se da **igreja de Nossa Senhora dos Pobres**, construída no início do século XV<sup>219</sup>, e caucionada pela confraria do

<sup>216</sup> Idem, *Ibidem*, p. 71.

<sup>217</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 124.

<sup>218</sup> AMLLE, *Foros (1767-1841)*.

<sup>219</sup> SERRA, Manuel Pedro, *Loulé: História e Expansão Urbana*, 1996, p. 6.

Hospital dos Pobres, sedeada na igreja de São Clemente<sup>220</sup>. A referida igreja comportava uma albergaria, a partir da qual terá sido construído, por D. Afonso V, em 1471, o **hospital de Nossa Senhora dos Pobres**, para albergar os cavaleiros feridos das conquistas do Norte de África<sup>221</sup>. O edifício foi reformulado no reinado de D. Manuel I, como sugere a decoração do portal e da janela superior do templo, ornamentados com colunas torsas e motivos vegetalistas. Posteriormente foi sujeito a profundas remodelações e ampliações, sendo administrado pela Santa Casa da Misericórdia e depois pelos agostinhos descalços.



**Figura III.24**  
Portal principal da igreja de Nossa Senhora dos Pobres, 1947

Em torno destes dois equipamentos religiosos e principalmente junto dos eixos de acesso (a rua dos Pobres e a rua da Graça), vão-se fixando habitantes e consolidando a urbanização do local. Com o avançar do tempo, a população cresceu e as construções foram, inclusive, encostando-se à muralha da vila, absorvendo-a.

---

<sup>220</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 163.

<sup>221</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d'Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, pp. 53, 94.

Na zona nordeste extramuros da vila ocorria um outro foco de atração natural sobre as populações, sobretudo quando a defesa não era já uma preocupação diária, o **terreiro dos Inocentes**, onde se realizava no século XV ou no XVI um mercado semanal, todas as quartas feiras<sup>222</sup>. Espaço aberto, plano e amplo, originalmente sem edificações, mas nas proximidades de duas das portas (do Sol e Postigo), era coincidente com um dos principais eixos de circulação territorial existente em torno da vila, designado, segundo Fátima Botão, por caminho d'arredor da Vila<sup>223</sup>. Com o decorrer do tempo, neste espaço vão-se desenvolvendo estruturas de implantação residencial, definindo-se progressivamente os seus limites.

Segundo a tradição, mas sem qualquer fundamento aparente, terá sido instituída num edifício aqui situado, em meados do século XVI, a Santa Casa da Misericórdia de Loulé, entidade surgida com a organização da assistência pública.

Fenómeno urbanístico idêntico ao ocorrido com os Inocentes aconteceu mais a nascente, com a denominada **praça de fora**.

Adjacente pelo exterior ao recinto muralhado e junto da porta de maior concorrência (porta de Portugal), o espaço acolhia aqueles que após atravessarem o tortuoso Caldeirão, passagem inevitável para quem vinha do outro lado do país, aí chegavam pela rua de Portugal.

O surgimento e consolidação da praça de fora remonta ao século XIV, existindo evidências da sua existência em 1394<sup>224</sup>. A ausência de espaços públicos de significativa dimensão no interior da muralha, tornou este recinto, junto à cerca, de vital importância para a vila, de tal modo que a apropriação, o uso, a sociabilização e o comércio o converteram em praça. Refira-se que já no século XV, aqui se realizava o mercado semanal da vila, que se estendia desde o terreiro dos Inocentes.

De facto, em Portugal, as primeiras referências que se encontram na documentação relativamente ao termo praça, dos inícios do século XIV, permitem afirmar que o vocábulo surgiu aplicado como sinónimo de mercado, ao ponto de com ela se confundir. Com o avançar da Idade Média e com a complexidade crescente da vida urbana, a praça, no sentido atual do termo, iniciou um processo de consolidação até atingir, na passagem entre os séculos XV-

---

<sup>222</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, 2004, p. 37.

<sup>223</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 164.

<sup>224</sup> ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de, *A nuvem e Juno: Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da idade moderna*, 2014, pp. 699, 711.

XVI, um papel preponderante no plano urbano. A partir deste período e até ao presente, a praça remetia para duas realidades distintas: mercado e elemento/tipo urbanístico<sup>225</sup>.

A praça de fora de Loulé, ampla e aberta ao território, vai ganhando forma, delimitada por edifícios, estendendo-se ao longo de toda a muralha norte/nordeste, aproximadamente entre a porta de Portugal e os Inocentes. Assumia um papel de um novo centro, articulando a vila adentro com o crescimento da urbe extramuros e o seu termo. Contudo, se a praça era utilizada para funções comerciais e sociais, a sua imposição como centro administrativo é-lhe posterior, com a transferência da casa da Câmara a acontecer só no século XVIII, correspondendo a um processo de maior lentidão na sua conversão em praça cívica e administrativa.



**Figura III.25**  
**Planta da praça (A) e Inocentes (B), 1890**  
(Adapt. de DEDF 69 vol. 2)

<sup>225</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, pp. 706, 709, 717-718.

Elemento fundamental na praça e um dos primeiros a ter caráter definitivo, foi o **alpendre**, que servia de **açougue**, localizado junto da porta de Portugal. Equipamento explorado pelo Município, era arrendado a quem lhe assegurasse o dinamismo dos negócios, sendo utilizado obrigatoriamente por todo o comerciante que quisesse vender as mercadorias compradas aos almocreves, que vinham de fora<sup>226</sup>, nomeadamente, pão cozido<sup>227</sup>, frutas, hortaliças e pescado. Este edifício mercantil foi alvo de profundas obras de remodelação no século XVI. Refira-se que na mesma localidade poderiam ocorrer vários equipamentos congéneres, estando documentada, a existência, em meados do século XVI, em Loulé, de dois açougues<sup>228</sup>.

Em torno do alpendre foram surgindo diversos equipamentos, como a casa das sisas e o pelourinho, devido à especial atenção dada a esta zona da vila e ao protagonismo por ela alcançado, numa conjuntura de desejo emergente e transversal de enobrecimento da urbe.

A **casa das sisas** foi transferida por D. Manuel, em 1497<sup>229</sup>, para o exterior do recinto amuralhado, onde o juiz, nomeado entre escudeiros ou fidalgos do rei, recebia e controlava as rendas de Loulé, com o auxílio de um escrivão<sup>230</sup>. Esta nova casa das sisas veio substituir a anterior que se situava dentro do casco amuralhado, possivelmente, por ficar situada mais perto dos principais locais de comércio da vila, dado as sisas serem uma tributação aplicada às transações comerciais.

Também aqui, o **pelourinho** passaria a assinalar a autoridade municipal e a consagrar o valor da justiça para o concelho, oferecendo, quiçá, aos espectadores, a viva encenação do castigo aplicado aos que eram julgados publicamente. Segundo Ataíde Oliveira, este apresentava-se “sobre quatro degraus em redor erguia-se uma columna redonda, que em cima tinha uma pedra quadrada e de menor saliência do que a columna. De dentro saíam quatro ferros, que terminavam em unhas”<sup>231</sup>.

Para norte da praça, nas imediações do eixo principal de entrada na vila, correspondente à estrada de Portugal, surgiu, por volta do século XV, um novo bairro residencial, com vários quarteirões dispostos em anfiteatro virado a sul, estruturados a partir da urbanização da rua de Portugal e estendendo-se por algumas novas ruas transversais e paralelas, com destaque para a rua Ancha e rua de São Domingos.

---

<sup>226</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 156.

<sup>227</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, 1970, p. 64.

<sup>228</sup> Idem, *Ibidem*, p. 216.

<sup>229</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31, fl. 61v (Ver transcrição do documento no Anexo IV).

<sup>230</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, 2004, p. 163.

<sup>231</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 74.

Aqui se situavam as ermidas de São Domingos, já desaparecida, e a primitiva de Santana, cuja localização foi alterada no século XVIII. Estes pequenos templos isolados, mandados edificar por iniciativa das comunidades laicas, assinalavam focos de povoamento, nas imediações dos quais se acabaram por fixar as populações e proporcionar a progressiva redução do isolamento a que estavam sujeitos.

A **ermida de São Domingos**, imersa nos arrabaldes em progressiva expansão, pouco mais era que “huua soo casa (...) piquena cuberta de telha vaã”, à qual se colava apenas uma outra, destinada a acolher o ermitão<sup>232</sup>. Em 1518, os visitantes da Ordem de Santiago referem que a ermida “hé tam antiga que nom há hy memoria de quem a edeficou”<sup>233</sup>, pelo que se considera tratar-se de um templo medieval, erigido antes da urbanização do local e que constituiu a génese do povoamento. Em 1565 já se encontrava rodeada por alguns edifícios, além de zonas agrícolas<sup>234</sup>, tornando-se uma área urbana em plena consolidação.

Durante esse século XVI, a capela sofreu obras de melhoramento, passando o corpo da igreja a ser de “bom tamanho e tem dous altares junto do arco do cruzeyro”<sup>235</sup>, contudo alguns anos depois apresentava-se em acelerada degradação, “de tall maneira que se nom serve ante cristãos”<sup>236</sup>. Acabou por ruir, não existindo atualmente quaisquer vestígios da sua presença, supondo-se que se localizava no designado alto de São Domingos.

Para noroeste, em zona marginal à estrada de Portugal, a **ermida de Santana** também deixou paulatinamente de se apresentar como uma igreja isolada, passando a ostentar alguns edifícios em seu redor. Tal como a de São Domingos, era constituída por uma “huua casa piquena de pedra e barro (...) e tem huua casa deribada juuto dela, em que se recolhia ho irmitam”<sup>237</sup>, sendo, em 1518, “tam antiga que nom há hy memorya de quem a edeficou”<sup>238</sup>. Foi reconstruída alguns anos mais tarde, acabando por ruir<sup>239</sup> e ser reedificada, no século XVIII, a nascente da sua localização original, como capela de casa do palacete Gama Lobos.

---

<sup>232</sup> MARTINS, Luísa F. Guerreiro, CABANITA, Pe. João Coelho, “*Visitação*” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, 1995, p. 54.

<sup>233</sup> Idem, *Ibidem*, p. 55.

<sup>234</sup> MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, CABANITA, Padre João Coelho, “*Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur Pertencentes à Ordem de Sant’Iago, 1565*”, 2001/2002, p. 248.

<sup>235</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>236</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>237</sup> MARTINS, Luísa F. Guerreiro, CABANITA, Pe. João Coelho, “*Visitação*” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, 1995, p. 58.

<sup>238</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>239</sup> MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, CABANITA, Padre João Coelho, “*Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur Pertencentes à Ordem de Sant’Iago, 1565*”, 2001/2002, p. 248.

Finalmente, a poente, num local demarcado entre os ferragiais e o olival que a Ordem de Santiago ali mantinha<sup>240</sup>, passou a figurar um outro templo, erigido extramuros durante o período medieval, possivelmente no século XV, a **ermida de São Sebastião**. À sua volta foram-se desenvolvendo progressivamente estruturas de implantação residencial, sobretudo ao longo do seu acesso, com origem na praça de fora, a rua de São Sebastião.

A edificação deste local de culto deveu-se, segundo Ataíde Oliveira, à propagação de um surto de peste, sendo que, “muitas paróquias tomaram a resolução de fundar fóra do povoado, mas á entrada do mesmo, ermidas dedicadas a São Sebastião, advogado contra a peste. Alguns indivíduos desta villa, fundaram uma pequena ermida a S. Sebastião, (...) naquelle tempo fóra da villa, sendo conhecida a ermida com a designação de S. Sebastião do Robaldo (arrabalde)”<sup>241</sup>. As proporções da ermida eram consideravelmente mais modestas que as do edifício da atual igreja de São Francisco, ereta no local da antiga ermida no século XVIII, “a quall he de pedra e caall e tem huma capella cuberta de tellha vaam feita de nouo, e na dita capela estaa hum altar e sobre elle huma imagem de Sam Sebastiam de vullto, e no corpo da igreja estam dous altares nas ombreiras delle”<sup>242</sup>.

Para sul/sudeste da ermida estendia-se o amplo **rossio** da vila. Estes locais eram na sua generalidade abertos, planos e amplos, originalmente sem edificações, situados fora dos povoados, mas nas proximidades das portas<sup>243</sup>. Desempenhavam um papel fundamental e de extrema importância para as vilas, cumprindo a função de troca com o território rural, de onde afluíam recursos essenciais, pelo que era vital a sua manutenção como espaços vazios<sup>244</sup>. Serviam de Prado e logradouro comunitário, mas também para outras atividades, sendo sobretudo utilizados para a realização da feira anual ou do mercado sazonal<sup>245</sup>. O de Loulé acolhia, uma vez por ano, a feira de São Cipriano, animando as relações entre gente de toda a região e de fora dela. No final de 1492, o corregedor Vasco Pereira deixou várias diretivas ao Município de Loulé, entre elas, que o rossio se preservasse como espaço público<sup>246</sup>.

---

<sup>240</sup> BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, 2009, p. 165.

<sup>241</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 110.

<sup>242</sup> MARTINS, Luísa F. Guerreiro, CABANITA, Pe. João Coelho, “*Visitação*” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, 1995, p. 56.

<sup>243</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 722.

<sup>244</sup> ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de, *A nuvem e Juno: Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da idade moderna*, 2014, pp. 712-713.

<sup>245</sup> TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, 2009, p. 724.

<sup>246</sup> SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, 2004, p. 65.

O espaço manifestou uma vitalidade crescente, sendo de referir, nos finais do século XV (1483), a construção de um **chafariz**, oferecendo-se a um novo conceito de urbanismo generalizado, enquanto referência de património público e marco de poder. Também aqui, Gonçalo Nunes Barreto, em 1462, obteve do rei autorização para construir casas junto ao muro<sup>247</sup>. Note-se que a autorização para qualquer construção encostada ao muro da vila tinha de ser dada pelo próprio monarca e não pela Câmara Municipal ou por qualquer poder local. A licença concedida marcou o ponto a partir do qual se generalizou a construção de habitações encostadas à muralha da vila.



**Figura III.26**  
**Chafariz e casa de Gonçalo Nunes Barreto, 1942**  
(DGPC)

Na envolvente do rossio espriavam-se hortas, ferragiais, vinhas, figueirais e searas. Destes campos de cultivo, destaque para a **horta d’el Rei**, circunscrita entre o talvege homónimo e a muralha da vila e destinada a produzir os mais variados produtos hortícolas. Terreno fértil, rico em água e dividido em parcelas, esta horta suburbana aparece mencionada no foral de Loulé de 1266, tendo em 1404 sido aforada por D. João I a um mercador genovês, para nela semear cana-de-açúcar<sup>248</sup>.

<sup>247</sup> ANTT, *Leitura Nova*, Odiana, liv. 5, fl. 35 (Ver transcrição do documento no Anexo V).

<sup>248</sup> BEIRANTE, Maria Ângela, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais Antigas Posturas da Câmara Municipal de Loulé”, 1987, p. 233.

Também nas imediações do burgo ficavam as hortas da Campina e da Carreira<sup>249</sup> ou as vinhas régias de Betunes<sup>250</sup>.



**Figura III.27**  
**Horta d’el Rei (A) e fração do rossio (B), 1960**  
(Centro Português de Fotografia – CPF)

Loulé surge no final da época medieval como um centro urbano de grande importância no Algarve, que assentava o seu dinamismo na agricultura, no artesanato e principalmente no comércio. A sua situação geográfica, o amplo termo e a proximidade ao litoral e a Faro permitiram uma progressiva expansão para fora da área amuralhada, com espaços em pleno crescimento e consolidando-se urbanisticamente.

Por esta altura a vila demonstrava também alguma relevância demográfica. Era uma das 40 vilas ou cidades do país que detinham população superior a 500 fogos<sup>251</sup>. Portanto, no Portugal quinhentista a sua posição era de evidenciar.

---

<sup>249</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, 1970, p. 47.

<sup>250</sup> BEIRANTE, Maria Ângela, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais Antigas Posturas da Câmara Municipal de Loulé”, 1987, p. 234.

<sup>251</sup> FERNANDES, Paula G. de Carvalho, BASTOS, Maria do Rosário da Costa, “Oficiais da Câmara de Loulé em 1384-1385”, 1996, p. 82; DIAS, João José Alves, “Estratificação Económico-demográfica do Concelho de Loulé nos Finais da Idade Média”, 1987, p. 214.

## 2. O desenvolvimento moderno – entre os séculos XVI e XVIII

Com o advento do século XVI iniciaram-se novos tempos que anunciavam cenários políticos, sociais e económicos diferentes. A Idade Moderna, designação convencional para o período que se estendeu daquela centúria até à revolução liberal, legou aos louletanos um notável crescimento e expansão urbana.

A conjuntura expansionista, que se convencionou designar por epopeia dos Descobrimentos, encontrava-se no seu período áureo, colocando a região do Algarve perante um assinalável ciclo de crescimento económico, devido à posição de entreposto entre o reino de Portugal e as praças conquistadas no Norte de África.

A reanimação da atividade comercial com o Norte de África e com o Mediterrâneo, concentrada nos principais núcleos urbanos, contribuiu para um maior crescimento e densidade populacional nas urbes, vilas e aglomerados rurais vizinhos, locais onde se extraíam os principais produtos de consumo e de exportação, obrigando ao incremento de uma estreita complementaridade entre a zona costeira, o barrocal e a serra. Com uma população em contínuo crescimento, o Algarve revelava, contudo, profundas desigualdades na distribuição da sua população, fortemente concentrada ao longo da orla marítima em detrimento do interior.

O aumento da população e o incremento da vida económica de Loulé estimularam o povoamento mais intensivo do respetivo termo e a exploração dos seus recursos. Como consequência, nesta centúria (século XVI), foram criadas novas paróquias no vasto termo de Loulé, situação generalizada à restante região algarvia, assistindo-se a uma reorganização do território. As localidades escolhidas para sede paroquial eram as de maior importância populacional e económica, nomeadamente: Boliqueime, Querença, Alte, Salir e Ameixial<sup>252</sup>. Deste modo terminava um largo período em que a paróquia de São Clemente de Loulé abrangia todo o termo.

Segundo Luís Miguel Duarte, a “honrada”<sup>253</sup> vila, por altura da outorga do foral novo por D. Manuel, a 20 de agosto de 1504, sentia-se “uma terra animada, quase rica, com uma boa produção agrícola virada para a exportação, com um crescimento demográfico importante”<sup>254</sup>. De facto, a apetência de Loulé para a produção agrícola e para a exportação de frutos secos,

---

<sup>252</sup> CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, 2001, p. 84.

<sup>253</sup> “Um título que não pressupõe que as outras o não fossem” (DUARTE, Luís Miguel, “Quinhentos anos depois”, 2004, p. 10).

<sup>254</sup> Idem, *Ibidem*, p. 11.

vinho, azeite, sal e peixe, auferiram-lhe um ciclo de prosperidade e impuseram-lhe um lugar de destaque no plano regional.

Esta prosperidade trazida pelas descobertas permitiu que se realizassem importantes obras de recuperação dos espaços públicos e construção de novos equipamentos, investindo-se na dignificação do património do concelho. O poder local passou a privilegiar os investimentos que elevassem a imagem da vila perante os visitantes.

Contudo, a época moderna não se caracterizou apenas pela prosperidade e pelo desenvolvimento acelerado do Algarve. Chegados aos finais do século XVI, os tempos começavam a revelar os sinais de uma profunda mudança, de outra conjuntura. Fizeram-se sentir os efeitos de diversas conturbações que afetaram o Algarve e que se prolongariam pela centúria seguinte travando o anterior crescimento demográfico:

O desaparecimento do domínio português no Norte de África, com a alteração não só das relações comerciais com o Mediterrâneo como da própria hierarquia económica das suas principais cidades<sup>255</sup>, ocorrendo uma recessão comercial;

A perda da independência em 1580, aliada à violência nos recrutamentos e à enorme pressão fiscal no comércio terrestre com o resto do reino<sup>256</sup>;

O assalto, saque e incêndio levados a cabo pelos homens do conde de Essex, em 1596, que conduziram à destruição de Faro<sup>257</sup>, feita cidade em 1540 e onde se instalara a sede de bispado em 1577<sup>258</sup>;

Diversas fomes e surtos epidémicos<sup>259</sup>;

A degradação dos atrativos da vida urbana, aliada à forte insegurança que o litoral oferecia devido aos intensos ataques de pirataria, com a consequente deslocação da população para as zonas do interior<sup>260</sup>;

A perseguição da Inquisição a muitos cristãos-novos, com a ocorrência de inúmeros processos, prisões e principalmente de fugitivos<sup>261</sup>. Loulé foi a terceira localidade do

---

<sup>255</sup> MALOBBIA, Patrícia M. Vairinhos, *Estoi\_ Identidade e transformação*, 2009, p. 50.

<sup>256</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 84.

<sup>257</sup> BERNARDES, João Pedro, OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.), *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, 2006, p. 59.

<sup>258</sup> LEAL, Bruno, “Contra-Reforma e Reforma Católica no Algarve”, 1999, p. 245.

<sup>259</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 19.

<sup>260</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A conjuntura económica”, 1999, p. 254.

<sup>261</sup> COELHO, António Borges, “A Inquisição Portuguesa e a vigilância da Fé”, 1999, p. 306.

Algarve mais atingida, na terceira e quarta década do século XVII, com 116 naturais com processos e 70 residentes<sup>262</sup>;

A diminuição do movimento comercial, com a saída dos mercadores em busca de regiões mais prósperas, agravado pela perseguição inquisitorial, que provocou o desaparecimento de um grupo significativo de mercadores portugueses<sup>263</sup>.

De facto, o século XVII abriu um outro tempo, marcado por uma profunda alteração demográfica, social e económica, com o abandono da sua vocação marítima e comercial e a consequente ruralização, perdendo, o Algarve, o dinamismo verificado na centúria de quinhentos. Assistiu-se, portanto, ao despovoamento progressivo da zona costeira, com a transferência das populações para o interior, onde a par do dinamismo demográfico, se verificou o desenvolvimento das atividades agrícolas<sup>264</sup>. As cidades e vilas costeiras não ostentavam o anterior interesse e com isso viam reduzir-se o seu peso relativo no povoamento da região<sup>265</sup>. A própria guerra da restauração intensificou o processo de ruralização, na medida em que tornou mais segura a residência nos campos. Com o fim da guerra as cidades não recuperaram o movimento comercial perdido e não voltaram a ser polos de atração suficientemente fortes para produzir um afluxo dos campos às cidades<sup>266</sup>.

A recuperação, muito lenta, foi conseguida à custa dos produtos da terra. Apesar do interior da região, fora dos núcleos urbanos, apresentar um ligeiro crescimento populacional na segunda metade de seiscentos, só nos fins do século XVIII as cidades e vilas do litoral recuperaram população e conseguiram superar os efetivos que detiveram em fins do século XVI<sup>267</sup>, ressurgindo da estagnação e da crise.

Apesar de tudo isto, Loulé, devido à sua situação geográfica, localizada no barrocal, e principalmente pelas enormes potencialidades auferidas pelo seu termo, cuja área se estendia do mar ao Alentejo, conseguiu manter algum dinamismo e importância económica. Com a ruralização apenas a economia agrícola, baseada nos frutos secos, no vinho, no azeite e na criação de gado, ficou a ganhar. E esse era o trunfo que Loulé detinha para conseguir superar a crise e beneficiar de um certo crescimento, ou pelo menos para evitar a regressão. A proximidade a Faro também a favoreceu, como favoreceu aquela cidade, numa relação de

---

<sup>262</sup> Idem, *Ibidem*, p. 306.

<sup>263</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 373.

<sup>264</sup> BERNARDES, João Pedro, OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.), *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, 2006, p. 77.

<sup>265</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A conjuntura económica”, 1999, p. 255.

<sup>266</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 129.

<sup>267</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A conjuntura económica”, 1999, p. 256.

simbiose. O movimento comercial entre Faro e Loulé era o eixo fundamental do Algarve, servindo de charneira entre o norte e o sul, entre o ocidente e o oriente do Algarve. Romero Magalhães refere mesmo que o desenvolvimento de Faro só foi possível por ter conseguido encontrar o suporte necessário no termo de Loulé. Quer no comércio de trigo, frutos, pescado, panos, quer nas formas de colaboração respeitantes à pastagem dos gados, Faro e Loulé encontraram as formas que vão permitir o seu equilíbrio mútuo – serra/litoral – como também o equilíbrio do reino do Algarve como uma realidade múltipla mas harmónica<sup>268</sup>.

Após um assinalável período de crescimento da vila, principalmente verificado extramuros, que coincidiu com os finais do século XV e inícios do XVI, a expansão urbana de Loulé ressentiu-se, como não podia deixar de ser, desde finais do século XVI, ao longo de todo o XVII e nos inícios do XVIII, do período de recessão que a região atravessava. O crescimento foi lento e fez-se sobretudo à custa do preenchimento de alguns vazios entre o núcleo existente ou através de adições que permitiram aproximar as áreas habitacionais marginais entre si e ao núcleo antigo. Simultaneamente a muralha medieval perdeu a sua função enquanto obstáculo que a comunidade colocava frente a possíveis inimigos, contribuindo para a sua utilização massiva enquanto alicerce das habitações aí construídas.

Contudo, verificou-se um apreciável acréscimo de construções e equipamentos religiosos (conventos, ermidas e igrejas), como consequência da grande importância que a religião adquiriu na sociedade. Estes edifícios surgiram quer no interior, quer no exterior do recinto amuralhado, aproveitando três deles as portas da muralha para se instalarem.

Tal como na época medieval, estes elementos funcionaram como polos dinamizadores, servindo para despoletar o desenvolvimento do núcleo urbano na época moderna e proporcionar igualmente a consolidação das vias de acesso aos mesmos.

Por finais de quinhentos a vila foi descrita como um local próspero e aprazível. Vejamos o relato deixado por Frei João de S. José (1577):

“Loulé é vila grande e bem assentada (...). Tem grande e bom termo e por isso é abastada de pão, vinho, azeite, carne, figos e de peixe que lhe vem cada dia de Fárão, de maneira que tem todo o necessário pera a vida humana, sem o ir buscar fora, o que se acha em poucos lugares. / Há nela e em seu termo passante de 1000 vizinhos e quási todos são lavradores e criadores de

---

<sup>268</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Panorama Social e Económico do Algarve, na Época de D. Jerónimo Osório”, 2012, pp. 56, 65.

muitos gados, porque é terra muito aparelhada pera esta grangearia, pela serra que tem por vizinha. Mora nela muita gente nobre e abastada (...)”<sup>269</sup>.

Também Henrique Fernandes Sarrão (cerca de 1600) acrescentou que a urbe “é muito sadia, de bons ares e frescura, muito fértil, assi de pão como de vinhos, azeites, criações, e de todos os mantimentos, que pode haver no sertão: pescados não lhe faltam (...)”<sup>270</sup>.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII ocorreram diversos fenómenos naturais, nomeadamente sismos (1504, 1531, 1587, 1719, 1722, 1755)<sup>271</sup> e inundações (1587<sup>272</sup>, 1622-23<sup>273</sup>, 1692<sup>274</sup>), que provocaram algumas brechas na malha urbana, com o derrube de casas e a sua consequente reedificação, marcando desta forma o tecido de Loulé. De entre as ocorrências destacou-se o terramoto de 1 de novembro de 1755, unanimemente considerado o maior sismo que abalou o Algarve no século XVIII e, provavelmente, o maior de toda a era cristã. O sismo do dia de todos os Santos provocou imensos estragos, descritos numa relação anónima, compilada em Faro no ano ulterior (*Relaçam*, 1756, fl.161 vº), do seguinte modo:

“... Comprehendia ella com sua Freguezia mil; e oito centenas moradas de cazas; das quais ficaram raras sem prejuizo. Cairam parte das abobadas da sua Parrochial; as Igrejas do Convento da Graça, e de Santo Antonio dos capuchos; Hospital dos pobres; o Hospicio dos Agostinhos Descalços; o Convento das Religiosas; a Igreja da Misericordia, a Capela dos Terceiros de Sam Francisco, e as Hermidas de Santa Luiza, e N. Senhora da Piedade”<sup>275</sup>.

Após esta catástrofe, foram postas em prática, um pouco por todo o país, medidas que permitiram, em primeiro lugar, a subsistência das povoações e, posteriormente, a reconstrução e o retomar da vida regular. Os particulares foram reerguendo as suas casas e os centros urbanos reconstruídos paulatinamente, mantendo-se geralmente as estruturas urbanísticas anteriores ao terramoto.

Para o Algarve, o marquês de Pombal criou um programa específico, em 1773, com vista à sua restauração, introduzindo uma política de reforço da atividade económica local, quer através de uma melhor cobrança dos impostos para obtenção de maiores dividendos, quer através da reorganização administrativa do próprio território, recuperando e reaproveitando os

---

<sup>269</sup> GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, 1983, p. 47.

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*, p. 161.

<sup>271</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 28.

<sup>272</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, pp. 63-64.

<sup>273</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 180.

<sup>274</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 65.

<sup>275</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 93.

recursos até ai adormecidos<sup>276</sup>. Os efeitos da prosperidade alcançada pela região neste terceiro quartel do século XVIII prolongaram-se até aos primeiros anos do século XIX.

Durante a reconstrução empreendida, surgiram, em diversos locais da vila de Loulé, nomeadamente a norte do recinto amuralhado, extramuros ou adossados às muralhas, edifícios senhoriais da aristocracia e burguesia local, alguns dos quais ainda hoje persistem na traça original. Localizavam-se nas principais vias da vila, que ganharam pela sua presença maior notoriedade.

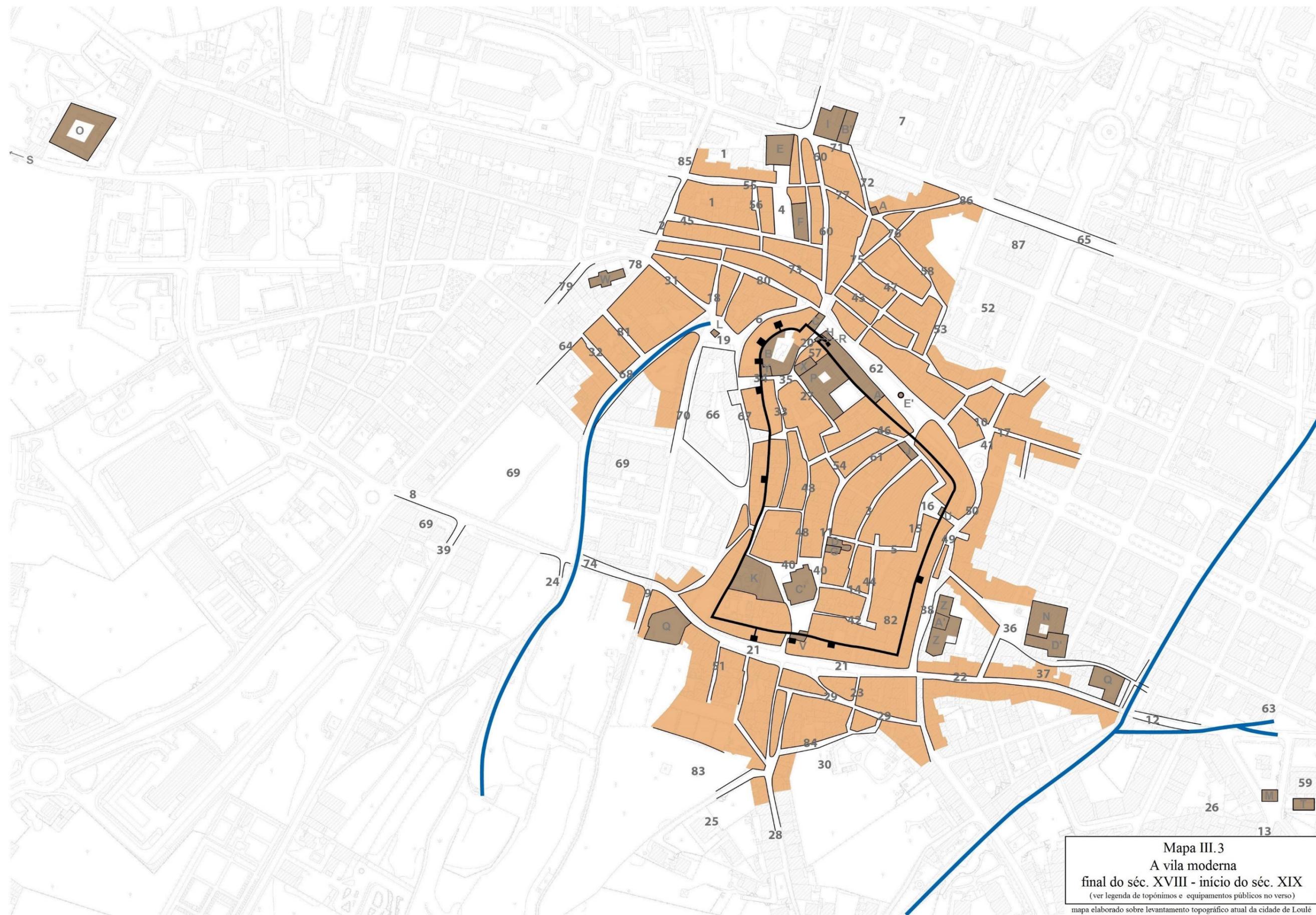
Em finais do século XVIII, no termo da época moderna, a vila detinha mais de 4000 habitantes<sup>277</sup>, sendo a economia movida, como era tradição, pela produção e comercialização de produtos agrícolas, essencialmente, vinho, azeite, figo, alfarroba e amêndoa. Era das sedes de concelho do Algarve que apresentava maior crescimento populacional, atravessando uma fase próspera e um assinalável desenvolvimento.

Em termos de morfologia urbana, refira-se que, à medida que o núcleo se densificava, foram crescendo frentes de ruas definidas por casas em banda, cujas traseiras confrontavam com outras casas ou com os muros da cerca, consolidando caminhos anteriormente delineados. Os novos espaços urbanos apresentavam uma malha ortogonal, surgindo um tipo de quarteirão de morfologia retangular, em que os lados de maiores dimensões acompanhavam as artérias principais e as de menores dimensões davam para as travessas.

---

<sup>276</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, 1997.

<sup>277</sup> RAPOSO, Isabel (coord.), *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*, 2007, p. 29.



**Mapa III.3**  
**A vila moderna**  
**final do séc. XVIII - início do séc. XIX**  
(ver legenda de topónimos e equipamentos públicos no verso)  
mapa elaborado sobre levantamento topográfico atual da cidade de Loulé

Artérias

Número	Designação	Tipologia
1	Alagoas	-
2	Alagoas	travessa das
3	Alegres	rua dos
4	Ancha	rua
5	Arco	rua do
6	Barbacã	rua da
7	Boavista	quinta da
8	Boliqueime	estrada para
9	Cabanas	-
10	Cabo	rua do
11	Cadeia	rua da
12	Campina de Cima	estrada para a
13	Canos	-
14	Carapeto	rua do
15	Carmo	rua do
16	Carmo	largo do
17	Carreira	rua da
18	Chafariz	rua do
6	Chafariz de Fora	rua do
19	Chafariz de Fora ou das Bestas	largo do
20	Conceição	rua da
21	Corredoura	rua da
22	Corredoura	alto da
23	Corredoura	travessa da
24	Costa	estrada para a
25	Cova	horta da
26	Curral	horta do
27	Espírito Santo	rua do
28	Faro	estrada para
29	Faro	rua de
30	Farrejal	fazenda do
31	Ferradores	rua dos
32	Flores	ruas das
33	Fonte	rua da
34	Fonte	rua do largo da
35	Fonte	largo da
27	Freiras	rua das
36	Graça	largo da
37	Graça	rossio da
38	Grilos	rua dos
39	Hortas	rua das
40	Igreja	rua da
41	Inocentes	rua dos
42	João da Murta (?)	rua de
43	João Fernandes	rua de
44	Jordão (?)	rua do
45	Lagar Novo	rua do
2	Lagar Novo	travessa do
46	Lagar Velho	rua do
1	Lagoas	-

Número	Designação	Tipologia
47	Laranjeira	rua da
48	Martim Farto	rua
49	Mestre Ricardo	terreiro do
50	Mestre Ricardo	rua do
51	Mouraria	rua da
38	Nossa Senhora dos Pobres	rua de
52	Nova	horta
53	Nova	azinhaga da horta
54	Nova	rua
55	Outeiro	rua do
56	Outeiro	travessa da rua do
57	Palmeira	rua da
38	Pobres	rua dos
58	Poço	rua do
59	Portas do Céu	horta das
60	Portugal	rua de
61	Postigo	rua do
62	Praça	rua da
62	Praça	-
63	Preta	horta da
64	Quarteira	rua para
64	Quarteira	estrada para
65	Querença	estrada para
66	Rei	horta d'el
67	Rei	estrada da horta d'el
67	Rei	rua da horta d'el
68	Ribeiro	rua do
69	Rossio	-
70	Rossio	estrada do
71	Santana	-
72	Santana	azinhaga de
73	Santo António	rua de
74	Santo António e para a Costa	estrada para
18	Santo António para o Chafariz das Bestas e Rossio	rua que vem de
75	São Domingos	rua de
76	São Domingos	alto da rua de
77	São Domingos para a rua de Portugal	azinhaga que vai da rua de
78	São Francisco	largo de
78	São Francisco	terreiro de
79	São Francisco	rua Nova de
79	São Francisco	rua de
80	São Sebastião	rua de
81	Sol	rua do
82	Talharia	-
83	Telheiro	sítio do
84	Telheiro	travessa do
85	Vale da Rosa	estrada de
86	Vale de Cães	estrada de
87	Vale de Cães	fazenda de

Equipamentos públicos

Letra	Designação
A	açougue
B	alcaldaria
C	alpendre / açougue
D	cadeia
E	casa Azevedo e Silva
F	casa Barros Aragões
G	casa da Câmara (até 1755)
H	casa da Câmara (a partir de 1765)
H	casa das sisas
I	casa Gama Lobos
J	celeiro
K	cemitério
L	chafariz
M	chafariz das Portas do Céu
N	convento de Nossa Senhora da Graça
O	convento de Santo António
P	convento do Espírito Santo
Q	curral do concelho
R	ermida de Nossa Senhora da Conceição
S	ermida de Nossa Senhora da Piedade
T	ermida de Nossa Senhora das Portas do Céu
U	ermida de Nossa Senhora do Carmo
V	ermida de Nossa Senhora do Pilar
W	ermida de São Sebastião (até 1739)
X	ermida do Espírito Santo
Y	estalagem
Y	fonte
Z	hospital de Nossa Senhora dos Pobres
A'	igreja de Nossa Senhora dos Pobres
B'	ermida de Santana
C'	igreja de São Clemente
W	igreja de São Francisco (a partir de 1739)
D'	igreja do convento de Nossa Senhora da Graça
E'	pelourinho

## 2.1. A vila intramuros

À medida que se avança pela época moderna, verifica-se que o núcleo muralhado da vila de Loulé vai perdendo importância estratégica e população, que se espalha pelos arrabaldes, em franca expansão, ou pelo vigoroso termo. Veja-se que “a freguesia de S. Clemente, que inclui a vila e é muito extensa, mostra-se com 453 vizinhos em 1672 e com 930 em 1717; cresce 105,2% enquanto a vila se queda pelos 8,6%. Em 1758 a vila andarà pelos 550 vizinhos para 1200 da sua freguesia”<sup>278</sup>. Loulé é uma vila aparentemente modesta, à frente de um importante concelho.

Com a Restauração da Independência, a **muralha**, enquanto elemento defensivo, perdeu todo o interesse perante as novas tecnologias militares, ruindo aos poucos ou sendo ocupada por novas construções. Na primeira metade do século XVII, Alexandre Massaii, no levantamento que fez do castelo de Loulé, a pedido de D. João de Castro, na altura governador do Algarve, referiu que a maior parte dos muros se encontravam danificados e caídos: “E he âcastelada e serquada de muros ao antigo e a mor p.<sup>te</sup> delles são de taipa E por me faltar o tempo não asina/lej a planta delles q estão m.<sup>to</sup> danifiquados e delles caidos. (...) Se devião comsertar ou áo menos reparar os muros della e fazer lhe a madr.<sup>a</sup> das portas q ao presente não ha nenhuã, E q elles fiquem comsertados”<sup>279</sup>.

Após o terramoto de 1755 a velha cerca medieval ficou totalmente arruinada, conservando-se “sinco Torres de excelente construcção, fabrica muyto antiga”<sup>280</sup>.

Contudo, ainda no século XVII, a muralha apresentava alguma proteção para a população, não a nível militar mas de resguardo contra a peste. Aquando da ocorrência de surtos epidémicos, a população refugiava-se dentro da cerca, inclusivamente fechando as suas entradas, para uma das quais foi preciso fazer portas novas, e tapando um postigo<sup>281</sup>.

Também na centúria de seiscentos, três das portas e torres adjacentes foram utilizadas para edificação de capelas, em substituição das edículas ou oratórios que, de acordo com o uso medieval, as encimavam. Em seu lugar foram abertas novas brechas na muralha, com a destruição de troços significativos, de modo a facilitar a movimentação da população e dos veículos de transporte em uso à época.

---

<sup>278</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 109.

<sup>279</sup> GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a descrição de Alexandre Massaii (1621)*, 1988, p. 113.

<sup>280</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 94.

<sup>281</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 47.

Assim, para proteção divina e espiritual da população contra a peste, edificaram-se as capelas de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora do Carmo, junto às portas de Portugal, de Faro e do Sol, respetivamente.

A **ermida de Nossa Senhora da Conceição** foi edificada na sequência da ordem dada por D. João IV, com o objetivo de se construírem capelas dedicadas à Virgem Maria em todas as portas das vilas e cidades do reino, como tributo da restituição do trono a uma dinastia de origem portuguesa. Elegeu igualmente Nossa Senhora da Conceição como padroeira do reino, como forma de invocar a intercessão da Virgem contra os inimigos. A lápide<sup>282</sup> existente na fachada principal da capela corresponde ao impulso que motivou a construção do templo, surgindo a data de 1656 como o ano provável do início das obras.



**Figura III.28**  
**Ermida de Nossa Senhora da Conceição, 1951**  
(DGPC)

---

<sup>282</sup> Ver texto da lápide no Anexo VI.

A sua implantação junto da porta de Portugal terá sido motivada pelo facto de Nossa Senhora da Conceição ser consagrada como padroeira do reino de Portugal, fazendo sentido que para um rei de Portugal e dos Algarves, a Virgem da sua devoção viesse simbolicamente proteger o acesso anteriormente concedido pela porta que estava orientada para a capital do seu reino.

Trata-se de um templo com elementos característicos da arquitetura chã (planta de nave única, sobriedade da fachada), denotando-se a especificidade da ausência de capela-mor e da fachada ser revestida totalmente com cantaria. Após diversas obras empreendidas nos séculos seguintes, passou a ser o mais sublime exemplo de obra de arte total (conjugação do azulejo, da talha e da pintura) na vila de Loulé e considerada uma das melhores manifestações artísticas do barroco no Algarve<sup>283</sup>.

A artéria localizada defronte da capela, que em época medieval era conhecida como rua do Castelo, passou, neste período, a denominar-se por rua da Conceição. Na mesma via mantinha-se a **alcaidaria**, ocupada pelos condes de Vale de Reis, elevados a marqueses de Loulé quase nos fins do Antigo Regime<sup>284</sup>. Apesar de protegido pelo portentoso **castelo** medieval, “de excelente construção, fabrica muito antiga, com alguma ruína do Terramoto de cinquenta e cinco”<sup>285</sup>, o edifício da alcaidaria sofreu avultados estragos com o referido sismo:



**Figura III.29**  
**Alcaidaria, 2015**

<sup>283</sup> CARRUSCA, Susana, Loulé, *O Património Artístico*, 2001, p. 76.

<sup>284</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Uma sociedade cristalizada”, 1999, p. 273.

<sup>285</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 231.

“(…) ficaram destruídas as casas do Exm<sup>o</sup> Conde de Val Rey que é Alcaide-mor dela; (...)”<sup>286</sup>. Foi alvo de profunda remodelação no século XVIII, que lhe conferiu o traçado arquitetónico que ostenta na atualidade.

A poucos metros daqui, em direção à fonte da vila e junto da rua da Palmeira, uma nova estrutura religiosa surgiu, o **convento do Espírito Santo**, anexo à ermida do Espírito Santo, existente no local e, possivelmente, edificada poucos anos antes. Este convento teve origem num recolhimento de mulheres, que em 1684 foi fundado junto à igreja de Nossa Senhora dos Pobres. Poucos anos mais tarde, esta comunidade foi transferida para uma casa contígua à ermida do Espírito Santo, na sequência do pedido efetuado em 1693, pelo padre João Aguiar Ribeiro ao senado da Câmara, para que este autorizasse a utilização desta ermida por parte daquelas religiosas. Ficou o referido templo entregue a esta comunidade e o recolhimento foi-se construindo à custa da progressiva anexação de várias casas contíguas, adossadas às muralhas, não tendo ainda nessa data, a forma de convento. Estas religiosas, que integravam a franciscana Ordem da Conceição, receberam o reconhecimento papal em 1711<sup>287</sup>.



Figura III.30

Convento do Espírito Santo (A – corpo conventual; B – igreja; C – claustro; D – cerca), 2014

<sup>286</sup> Idem, *Ibidem*, p. 231.

<sup>287</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 136.

O facto de este convento poder crescer dentro da vila intramuros e não em terreno aberto demonstra que o tecido urbano nesta zona estava degradado e desabitado e era desvalorizado, permitindo às freiras que fossem adquirindo lotes para demolição e consequente ampliação do convento.

Em 1755, o terramoto derrubou parte do convento, sendo empreendidas obras de recuperação. Segundo as *Memórias Paroquiais*: “Tem hum convento de Religiosas de muito exemplar e regular vida, sujeitas ao Ex.mo Sr. Prelado deste Reyno do Algarve que com a sua costumada caridade restaurou da total ruína em que ficou do terremoto de cincoenta e cinco”<sup>288</sup>. Refira-se que em 1769 foi aforada, pela Câmara Municipal, uma “propriedade de cazas sitas na rua da Praça desta dita villa que constava de quatro altos, 4 saguões, dois quintaes, um grande outro pequeno em um dos quaes se achava edificada uma caza que servio de atafona achando se tudo ao presente incorporado no dito convento, e actualmente edificadas sellas para habitação das religiosas”<sup>289</sup>. Este edifício, localizado na rua da Praça e contíguo ao convento, serviu possivelmente para as alojar, enquanto decorria a reedificação do cenóbio. Através desta descrição, comprova-se que um troço da muralha da vila, que se encontrava a separar o convento das referidas casas, já não existia à época, facilitando assim a ligação entre os dois imóveis.

Após esta intervenção foi construído o claustro, nos finais do século XVIII, com o apoio do bispo D. Francisco Gomes do Avelar. Este espaço “sobressai como elemento de maior relevância, tendo sido determinante na reestruturação arquitectónica e consequentemente religiosa que se impunha realizar”<sup>290</sup>. A igreja do convento, de uma só nave, tinha as paredes revestidas de azulejaria, retirada em 1888, sendo o seu retábulo de talha barroca<sup>291</sup>.

O processo de extinção deste convento feminino iniciou-se em 1833, quando as religiosas foram transferidas para o convento de Nossa Senhora da Assunção de Faro, juntamente com as do convento de Nossa Senhora da Conceição de Lagos. Em 1836, o convento foi definitivamente encerrado e os seus bens incorporados na Fazenda Pública.

A partir do convento, a rua da Freiras ou do Espírito Santo encaminhava a população que se dirigia para nascente. Defronte da igreja conventual, mantinham-se as medievais **fonte e estalagem** da vila. Aqui, o tecido urbano sofreu alterações morfológicas significativas

---

<sup>288</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, 1755 – *Terramoto no Algarve*, 2005, p. 94.

<sup>289</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>290</sup> LAMEIRA, Francisco, SERRA, Pedro, *Convento do Espírito Santo*.

<sup>291</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 136.

aquando do terramoto de 1755, passando a existir um largo aberto e desafogado, denominado largo da Fonte ou da Estalagem. Segundo Isabel Luzia, apoiada nas intervenções arqueológicas recentemente realizadas numa habitação adjacente ao largo, “o muro prolonga-se para Norte, para fora dos limites do imóvel actual, em direcção ao largo, sugerindo a sua inexistência em época anterior ao dito sismo [1755]. Infelizmente não são conhecidas plantas ou levantamentos da cidade anteriores a essa data, não permitindo assim uma confirmação com outras fontes que não as arqueológicas”<sup>292</sup>.

Através das ruas da Fonte ou Martim Farto atingia-se o adro da igreja matriz, agora denominado rua da Igreja, que vai perdendo alguma importância durante a época moderna, vendo reduzidas as suas funções cívicas e administrativas, em detrimento do protagonismo económico e social alcançados pela praça de fora e por toda a zona extramuros, na sua generalidade. Contudo, esta área mantinha-se como uma das mais densamente povoadas dentro da cerca, contando com quase duas dezenas de moradores que pagavam décimas, tanto na segunda metade do século XVIII como no início da centúria seguinte<sup>293</sup>.

A **igreja matriz de São Clemente**, templo medieval, manteve a primazia de ser sede da única paróquia da vila, até final do século XIX. No século XVI sofreu algumas alterações, tendo sido acrescentadas capelas laterais e construídos cinco retábulos. Posteriormente foram executadas as sacristias, que ocuparam o pátio localizado junto à torre sineira. O terramoto de 1755 danificou bastante o templo, principalmente a capela-mor, as capelas colaterais e a torre (apesar de esta apresentar ainda elementos góticos no seu campanário). Refira-se que no século XVIII, um período de grande prosperidade e forte implantação artística na região, procedeu-se à renovação de todas as capelas, com a aplicação de azulejos e a execução de novos retábulos de talha dourada, segundo os formulários em vigor, nomeadamente o rococó<sup>294</sup>.

O adro deve ter-se mantido inalterado durante a modernidade, continuando a zona fronteira à igreja a conservar o **cemitério** da vila. Este lugar sagrado tornou-se, com o passar do tempo, sobrelotado para os enterramentos, situação que se vai agravando durante o século XVIII e principalmente no XIX, quando as inumações são proibidas no interior dos templos: “(...) este que se acha situado no centro da villa tem uma muito pequena extensão para o

---

<sup>292</sup> LUZIA, Isabel, ““Importa-se de escavar a minha casa?” O N.º 5 do Largo D. Pedro I, em Loulé”, 2009, p. 94.

<sup>293</sup> AMLLE, *Livro relativo à décima (1757)*; AMLLE, *Livro relativo à décima (1800)*.

<sup>294</sup> LAMEIRA, Francisco, SERRA, Pedro, *Igreja Matriz de S. Clemente*.

enterramento de duzentas e sincoenta a secenta finados que há annualmente, além da circunstancia de que a terra não consome já os restos mortaes, (...)”<sup>295</sup>

A sul da matriz edificou-se, possivelmente no século XVII, a **ermida de Nossa Senhora do Pilar**, no local da antiga porta de Faro, conforme já mencionado. Como consequência, a entrada na muralha foi entaipada, procedendo-se à abertura de uma nova passagem, a poente da anterior. O templo não apresenta elementos arquitetónicos de relevância, tendo a fachada sido remodelada no final do século XIX. Ataíde Oliveira efetua a seguinte descrição: “é pequena e tem um só altar, sobre o qual está colocada a Imagem, e tem uma sacristia”<sup>296</sup>.



**Figura III.31**  
Ermida de Nossa Senhora do Pilar, no local da antiga porta de Faro  
(muralha à esquerda e torre à direita), 2015

A **casa da Câmara**, que se conservou junto ao adro, nas traseiras da matriz, desde o século XIV, foi transferida para fora da cerca após o fenómeno sísmico de 1755, devido ao seu estado de ruína, ficando incapaz para acolher a vereação. Tratou-se de um golpe na perda de protagonismo desta zona da vila e um impulso para a afirmação definitiva das áreas

<sup>295</sup> MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, “Os Lugares de enterramento na Vila de Loulé”, 2007, p. 101.

<sup>296</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 103.

extramuros, principalmente da praça de fora, como centro cívico e administrativo. As reuniões de vereação passaram a realizar-se na rua Ancha e posteriormente, em 1765, na praça de fora.

Apesar da transferência da Câmara para fora da cerca, a **cadeia** medieval manteve-se em funções no mesmo local, até 1941, com as devidas adaptações ao longo dos tempos. Em 1755 “caíu [...], saindo d’ella todos os presos”<sup>297</sup>, sendo reabilitada logo de seguida. Aparece descrita, em 1779, nos foros do concelho, como “uma caza de sobrado com sua enxovia que serve para se recolherem os presos, e com outra enxovia, com sua arca e o assento de uma caza entalhada a que chamavão a caza forte nas costas da mesma para nascente [arruinadas pelo terramoto de 1775 (sic)]”<sup>298</sup>.

Nas traseiras da casa da Câmara e da cadeia mantinha-se a **horta da Talharia**, agora aforada a diversos enfiteutas.

Seguindo pelo eixo que fazia a articulação da igreja matriz com a Câmara e a cadeia entre si e destes com a porta de Faro e com o Postigo, mencionado como rua da Cadeia / rua do Postigo, atingia-se o local da antiga judiaria, desativada e ocupada por cristãos após a expulsão da comunidade hebraica, ocorrida em 1496. Esta zona passou a ser designada por rua Nova, em alusão à apropriação do espaço pela cristandade, conforme já anteriormente justificado.

Na área nordeste da cerca, uma zona com baixa densidade habitacional, onde pontilhavam as casas térreas com significativas áreas reservadas a quintais, instalou-se sobre a porta do Sol, possivelmente no século XVII, a **ermida de Nossa Senhora do Carmo**. Esta edificação, conseguida pela alteração das funções da muralha, confirma a imagem de um espaço revivificado pela lógica do ordenamento espacial ulterior à Idade Média. Em 1768 a antiga porta, “em que se acha hoje uma capelinha de Nossa Senhora do Monte do Carmo”, é designada por “Arco chamado de Maria da Manta”<sup>299</sup>.

Refira-se igualmente que este foi o local da zona muralhada que sofreu as alterações mais significativas durante o período contemporâneo, na sequência da construção do mercado municipal e respetivos acessos. A porta, “juntamente com a Ermida de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Carmo e uma boa parte da muralha foi arrasada em 1873. Nova destruição da muralha ocorreu em 1907 quando se construiu o actual mercado e se fez a urbanização moderna da zona”<sup>300</sup>.

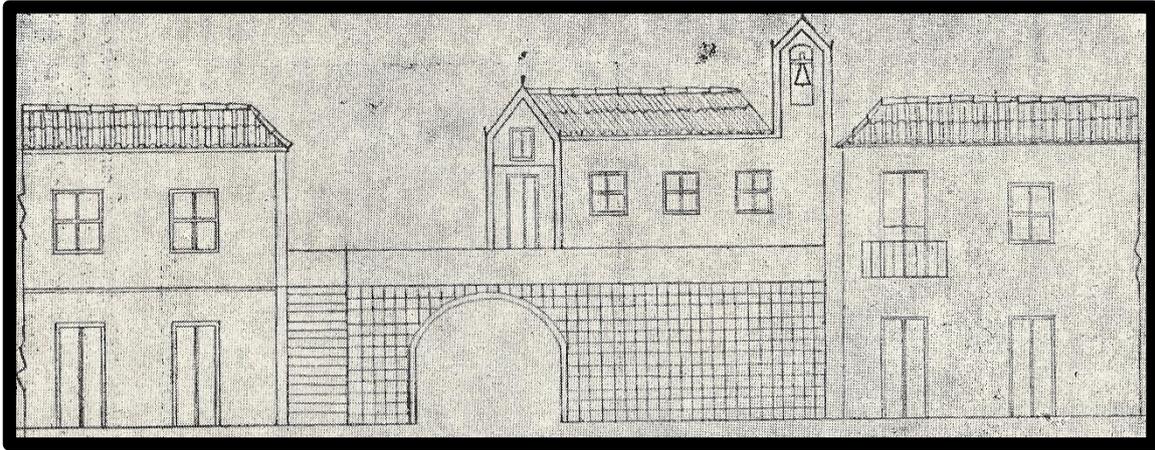
---

<sup>297</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 61-62.

<sup>298</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>299</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>300</sup> MARTINS, Isilda Pires, MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*.



**Figura III.32**

**Desenho da porta do Sol e da ermida de Nossa Senhora do Carmo**

(Adapt. de FREITAS, Pedro de, Quadros de Loulé Antigo, 1964)

Através do explanado, pode-se constatar que o interior da vila adentro sofreu, ao longo da modernidade, um processo de continuidade e manutenção da identidade medieval, onde a trama só parece ter sido alterada por factos históricos pontuais, como são os casos da expulsão dos judeus de Portugal, que permitiu a transformação de uma área do núcleo em bairro cristão, ou o terramoto de 1755, ao qual o largo da Fonte ou o largo do Carmo, entre outras artérias, são devedores da sua amplitude, com a remoção dos destroços das habitações arruinadas pelo cataclismo. Destaque ainda para outro fator marcante para esta zona de Loulé, a deslocação dos paços do concelho para o exterior, que se traduziu na perda de um importante elemento urbano e símbolo de poder.

De facto, é evidente a perda de importância da velha urbe medieval, cercada por muralhas arruinadas e decadentes, e do protagonismo alcançado pela zona extramuros, onde decorria a vida e o pulsar da vila.

## **2.2. A vila extramuros**

É inquestionável que durante a época moderna se assistiu à consolidação do núcleo urbano fora de portas. Se já no final da época medieval a área extramuro de Loulé se assumia como um espaço em plena expansão, durante os séculos seguintes ela vai ganhando novos equipamentos, novos usos e novos habitantes.

A expansão urbana de Loulé, apesar de alguns períodos de estagnação, devido à instabilidade política, recessão económica, repressão inquisitorial, epidemias e catástrofes naturais, vai acontecendo lentamente, através do preenchimento de alguns vazios entre os núcleos antigos

ou por meio da criação de novos polos de desenvolvimento, surgidos durante a modernidade, nomeadamente edifícios religiosos. As ruas nascidas no enfiamento dessas igrejas ou conventos destacavam-se no alargamento da urbe, modificando a imagem da vila. Nestas áreas o edificado dilatou-se e adensou-se.

Conforme já referido, a maior incidência de prédios que constituíam os bens do concelho indicados nos foros situava-se extramuros, principalmente nas imediações das casas religiosas, como sejam o convento da Graça, a ermida de São Sebastião ou a ermida de São Domingos. Destaque igualmente para os rossios (a nascente e poente), que são aforados, principalmente para edificação de habitações.

A sul de Loulé, junto à estrada para Faro, a primeira área extramuros a estruturar-se após a reconquista, com o objetivo de albergar a população muçulmana, vai sofrer um processo de abandono e posterior repovoamento, após a promulgação do édito de expulsão desta comunidade, no final do século XV. A emigração deve ter sido massiva e a **mouraria** perdeu, assim, a quase totalidade dos seus habitantes. A recuperação foi extremamente lenta e o seu crescimento ou expansão quase nulos, cingindo-se, em finais do século XVIII, a uma zona de pequenas dimensões, provavelmente, coincidente com a área ocupada pelos muçulmanos nos finais de quatrocentos.

As imediações deste bairro encontravam-se preenchidas por hortas e fazendas, devido à presença de terras úberes, com abundância de água e fáceis acessos. Destaque igualmente para a presença de algumas estruturas agropecuárias, como o **curral do concelho** ou **fumeiros** (armazéns onde se preparava o figo para exportação), mencionados nos foros do século XVIII. O fomento destas proto indústrias de transformação ligadas aos recursos agrícolas, principalmente aos frutos secos, deveu-se ao incentivo económico perpetrado pelo marquês de Pombal, através do impulso imprimido às atividades económicas locais.

Imediatamente a poente da antiga mouraria, foi urbanizada, após o terramoto de 1755, uma nova artéria, com o objetivo de instalar alguns dos desalojados. As casas foram construídas com materiais rudimentares, passando o local a designar-se por **Cabanas**. Esta talvez tenha sido uma das alternativas encontradas pelo poder local para suprir a falta de habitação de alguns dos louletanos após a catástrofe.

A **Corredoura**, uma das principais artérias fora de portas e a que apresentava um maior número de habitantes pagando décima em toda a vila, viu surgirem novos edifícios, adjacentes

ao troço sul das muralhas e expandir-se para nascente, pelo alto da Corredoura adiante, em direção ao ribeiro da Graça e à nova **ermida** edificada nos arrabaldes, dedicada a **Nossa Senhora das Portas do Céu**.

O edifício de culto foi erigido no início do século XVII, numa zona rodeada por hortas, “com as despesas e por devoção de dois virtuosos casados – Antonio Fernandes Estrada e Branca da Fonseca. Foi erecta debaixo do titulo de N. Senhora da Penha de França (...). A ermida não passava então dos 30 palmos. Vê-se que foi posteriormente acrescentada, não sabemos por quem, nem quando”<sup>301</sup>. Nas suas imediações foi também, na mesma centúria (em 1670), levantado um **chafariz**, que ostentava uma pedra de armas com o escudo nacional<sup>302</sup>.



Figura III.33  
Ermida de Nossa Senhora das Portas do Céu, 2015



Figura III.34  
Lápide do chafariz das Portas do Céu

Junto ao alto da Corredoura, o **rossio da Graça** mantinha-se livre de edificações, apesar de a sua terra ser “infructifera”, encontrando-se aforado na quase totalidade. Era “murado de parede e pedra e barro com sua porta que esta junta ao Convento da Graça para o mar”<sup>303</sup>, e nele existia um dos **currais do concelho**<sup>304</sup>. Refira-se que no início do século XIX foi aforado

<sup>301</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, p. 105.

<sup>302</sup> GOMES, Mário Varela, SERRA, Manuel Pedro, *Museu Municipal de Arqueologia de Loulé*, 2004, p. 16.

<sup>303</sup> AMLE, *Foros* (1767-1841)

<sup>304</sup> Idem, *Ibidem*.

um “pedaço de terreno” no referido rossio, destinado à “edificação de casas”<sup>305</sup>, tendo-se iniciado, a partir daí, a urbanização do espaço.

A norte do rossio da Graça, o mosteiro dos franciscanos claustrais continuava a marcar a paisagem, tendo sofrido uma alteração de ocupação na segunda metade do século XVI, quando nele ingressaram os eremitas calçados de Santo Agostinho, passando a ostentar a designação de **convento de Nossa Senhora da Graça** ou simplesmente convento da Graça. No século XVIII o edifício recebeu uma avultada campanha arquitetónica, com a remodelação completa do corpo conventual<sup>306</sup>. O terramoto de 1755 causou-lhe gravíssimos danos, dos quais nunca chegou a recuperar totalmente: “Tem o convento de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Graça, Agostinhos Calçados, que do Terramoto de cincoente e cinco, desta parte se conserva com total ruina”<sup>307</sup>. Apesar disso, a igreja e o convento mantiveram-se em atividade, até que o decreto de 1834 o incluiu na lista dos extintos conventos do Algarve.



**Figura III.35**  
**Convento de Nossa Senhora da Graça, início do século XX**

A poente do convento, o **hospital de Nossa Senhora dos Pobres**, edificado na segunda metade do século XV, passou, em 1570, a ser administrado pela Santa Casa da Misericórdia, seguindo o costume da época, em que as Misericórdias se dedicavam maioritariamente a organizar hospitais ou integravam em si os hospitais existentes. Esta instituição de caridade

<sup>305</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>306</sup> SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça: antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé*, 2008, p. 67.

<sup>307</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 93.

surgiu em meados do século XVI, cuja primeira referência remonta a 1568<sup>308</sup>. Em 1683 foi a Misericórdia desligada da administração do hospital de Loulé, tendo sido nomeado administrador o padre João Aguiar Ribeiro, o qual obteve a faculdade de indicar como seus sucessores para o cargo os eremitas de Santo Agostinho, pertencentes à comunidade de religiosos descalços ou recoletos<sup>309</sup>. A partir de então, a norte da igreja passou a localizar-se o hospital, que sofreu obras no final do século XVIII, e a sul as instalações privativas (albergue e hospício) dos frades, tendo este último corpo ficado conhecido como convento dos Grilos<sup>310</sup>, numa alusão à vestimenta dos frades da Ordem de Santo Agostinho. Assim se conservou o funcionamento do hospital até 1820, data em que a administração do hospital foi entregue novamente à Santa Casa da Misericórdia. Apesar disso, os frades mantiveram-se na capela e hospício até que em 1834 a Santa Casa passou a ocupar definitivamente também este edifício<sup>311</sup>.



**Figura III.36**  
**Hospital de Nossa Senhora dos Pobres, início do século XX**

Note-se que nas traseiras do hospício existia uma **cerca** conventual, que se estendia quase até à porta do convento da Graça, onde os frades agostinhos descalços se dedicavam à agricultura<sup>312</sup>.

<sup>308</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve*, 1968, p. 263.

<sup>309</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 127.

<sup>310</sup> PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve*, 1968, p. 264.

<sup>311</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 127.

<sup>312</sup> AMLLE, *Foros (1767-1841)*.

A rua dos Pobres ou de Nossa Senhora dos Pobres, também conhecida por rua dos Grilos, bem como as adjacentes rua da Graça e terreiro do Mestre Ricardo, já nas imediações da antiga porta do Sol, vão-se adensando urbanisticamente, recorrendo, mais uma vez, à muralha da vila, para servir de alicerce aos novos edifícios habitacionais.

Caminhando para norte atingia-se os **Inocentes**, um terreiro que se vai fundindo com a praça de fora e transformando em rua, definida pelo renque de casas que aí se foram construindo. A rua do Cabo e a da Carreira também se vão adensando e ganhando contornos de artérias urbanas. Em 1729, o número de habitantes que pagavam décima, no conjunto das três artérias, era de 30, uma quantidade significativa, apenas superada pela Corredoura<sup>313</sup>. Este facto não é alheio à sua posição geográfica, nas imediações da praça de fora, nesta época apenas designada por **praça** ou rua da Praça, uma zona em franca expansão.

Na praça, espaço com origem que remonta ao século XIV, e que se afirmou como local privilegiado de comércio e sociabilização da vila, ocorriam, na época moderna, vários equipamentos de génese medieval, como a **casa das sisas**, entretanto desativada e aforada, o **pelourinho**, derrubado em 1883<sup>314</sup>, ou o **alpendre** que servia de **açougue**.

Este último foi alvo de profundas obras de remodelação em 1523, nos alvares da modernidade. Passou a ostentar um “portall de pedra lavrada com seus bolhos e boa pedra lioz” e uma galeria em pórtico ou arcadas, com “seis harcos com cinco marmores com suas vasas e capitees de pedra bem labrada e a volta dos arcos de tigoillos bem guarnecidos e que pareça de cantos falsos e o outro arco grande da banda da rua de Portugall se fara de um marmore no meio com sua vasa he capitell de pedra lavrada e a volta de ladrilhos bem guarnecidos que pareça de cantos de pedra falsos he o canto se fara de cantaria lavrado boa e de muito boa obra e ergueram o corpo e paredes do dicto alpendre tanta altura que venha fermoso e bem fectos os arcos nelles”<sup>315</sup>. As arcadas funcionavam como dispositivo de proteção ao sol e à chuva, desempenhando igualmente um papel importante ao nível da imagem urbana.

Ressalve-se que em Loulé existiam, pelo menos, mais dois equipamentos congéneres a este, um deles também na praça e outro em S. Domingos, já desativados em 1769<sup>316</sup>.

---

<sup>313</sup> AMLLE, *Livro relativo à décima* (1729).

<sup>314</sup> MALAFAIA, Eurico de Ataíde, *Pelourinhos portugueses: tentâmen de inventário geral*, 1997, p. 527.

<sup>315</sup> SERRA, Manuel Pedro (dir.), *Actas de Vereação de Loulé – Século XVI*, 2014, p. 66.

<sup>316</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

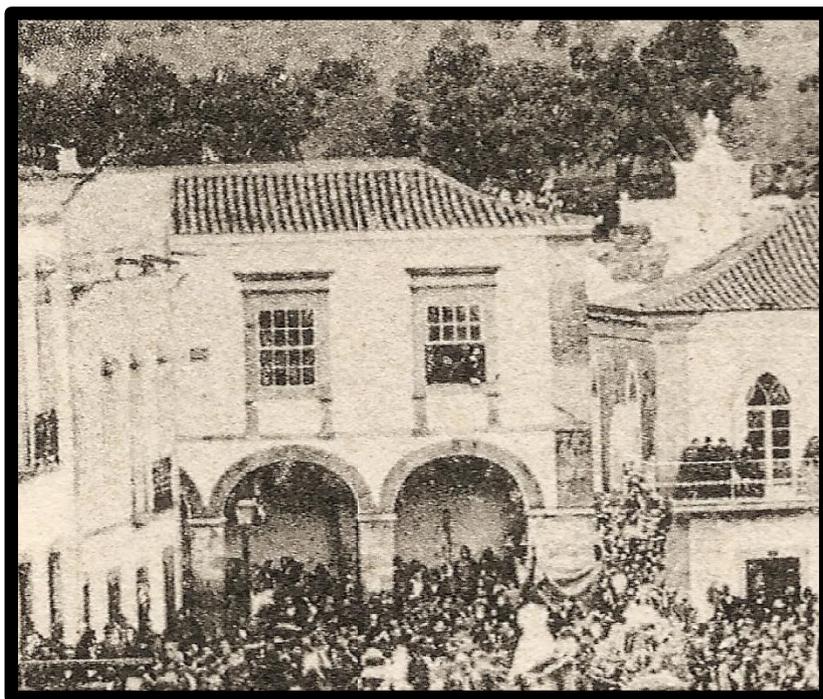


Figura III.37

Alpendre da praça (ao centro) e edifício que serviu de paços do concelho (à esquerda), início do século XX

A intervenção no edifício mercantil, na qual a edilidade despendeu avultadas quantias, deu expressão ao processo de modernização urbana da vila, passando este a ser um dos principais edifícios estruturantes da praça. O objetivo desta e de outras intervenções urbanísticas quinhentistas era a modernização da vila do ponto de vista funcional e do ponto de vista estético. O crescimento populacional, as novas necessidades de natureza sanitária e funcional a que era preciso dar resposta, a reforma da administração pública e os indispensáveis novos espaços e edifícios para o seu exercício, exigiam e justificavam essas reformas. Por outro lado, as transformações económicas que resultavam das descobertas marítimas e os recursos materiais acrescidos que provinham do comércio colonial, criavam as condições materiais necessárias para a realização das mesmas.

Contudo, a conversão da praça como centro cívico e administrativo aconteceu tardiamente, apenas no século XVIII, com a instalação da casa da Câmara. A transferência dos **paços do concelho** para a praça deu-se no seguimento do terramoto de 1755, quando o antigo edifício, localizado junto ao adro da matriz, ruiu e a vereação teve que encontrar outro local para as suas reuniões. Entre 1755 e 1765 utilizou uma casa na rua Ancha, mas sem a dignidade necessária para as funções pretendidas, conforme explanado ao rei pelos “Vereadores e mais officiaes da Camera”: “(...) não havendo na d.<sup>a</sup> Villa cazas de Camera proprias por se

haverem totalm.<sup>te</sup> arruinado as que havia, e não ter o Cons.<sup>o</sup> com q as fazer por se achar empenhado, fazem há muitos annos os actos de Vereação em cazas de alluguer, e outrosim allugarão também celeiro p.<sup>a</sup> os fructos do mesmo Cons.<sup>o</sup> (...)”<sup>317</sup>. Resolveu então a Câmara Municipal aforar umas casas na praça, para funcionarem como paços do concelho e celeiro de frutos secos. A referida edificação ocupava o local da desativada casa das sisas e pertencia agora ao capitão-mor Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo, que as reedificou após o terramoto: “As cazas de cujo aforam. se trata, tambem estavão arruynadas, e agora forão reedificadas. Constão de doiz altos em q tem acomodação bastante p.<sup>a</sup> as Vereações e doiz baxos correspondentes, sufficientes p.<sup>a</sup> acolher os fructos, estão na Praça e notoriam.<sup>te</sup> mais comodas e publicas da que as anteced.<sup>tes</sup>.”<sup>318</sup>

Também para umas casas na praça se deslocaram as religiosas do convento do Espírito Santo, após o abalo sísmico, enquanto decorria a reedificação do edifício conventual.

Assim, na centúria de setecentos, a praça era, sem dúvida, o centro polarizador da dinâmica urbana, num processo que teve início no final do medievo e se prolongou pela modernidade. Esta conjuntura deu um contributo para a consolidação do bairro habitacional adjacente, localizado a norte, onde a malha se expandiu, entre a praça (a sul), São Domingos (a norte), a horta Nova (a nascente) e a rua de Portugal (a poente). Composta por quarteirões com morfologia ortogonal, nesta área desenvolveram-se quatro ruas paralelas à praça: a rua do Poço, a rua da Laranjeira, a rua de João Fernandes e outra artéria sem designação. Perpendicular e a nascente destas uma outra rua, a azinhaga da horta Nova, fazia a transição entre a zona urbana e a rural.

Toda esta área norte foi sujeito a várias vicissitudes, nomeadamente catástrofes naturais, que implicaram a destruição e reconstrução de casas e ruas, ocorrendo por isso alguma volubilidade na malha urbana. Foi talvez devido a uma dessas ocorrências que também ruiu a ermida de São Domingos, templo desaparecido, possivelmente, no século XVI ou XVII.

Segundo documento publicado por Ataíde Oliveira, a 24 de outubro de 1587 ocorreu uma enxurrada, provocada por uma forte pluviosidade. A acreditar no documento coevo redigido pelo pároco de São Clemente, a ribeira que passa por Loulé saiu fora do seu leito e rompeu pela horta Nova “dando nas casas de Francisco Leitão, rompendo pelas ruas abaixo, assomando à Rua da Laranjeira e entrando nas mais ruas comarcãs de Francisco Leitão e travessas desta e as de São Sebastião e Manuel Vaz e outras ruas derrubando todas as casas

---

<sup>317</sup> ANTT, *Desembargo do Paço*, Alentejo e Algarve, maço 456, n.º 37.

<sup>318</sup> Idem, *Ibidem*.

que achava diante que foram cento e dez, as quais seus donos não souberam mais onde eram”<sup>319</sup>. Para além dos estragos materiais, esta enxurrada provocou 62 mortos. Após a calamidade foram construídos diques, que não tiveram uma aturada conservação: “fizerão humas paredes para ter mão na agua e tendo feito a agua alguns portos não quizerão os officiais da camara assim presentes como passados alevanta-los”<sup>320</sup>. Como consequência, uma nova inundação, ocorrida a 1 de janeiro de 1692, provocou 17 mortos e avultados estragos, mais uma vez atingindo a mesma área norte da vila<sup>321</sup>.

Também em 1578 um violento sismo provocou estragos na zona norte da vila. Com epicentro na falha de Loulé, originou a subversão de várias artérias, principalmente da rua de Portugal e causou a morte de 170 pessoas: “(...) começou a terra a tremer com muita violencia, em o qual tremor se aruinou a villa, e se subverteo a rua chamada de Portugal, com cento e tantas moradas de cazas, em que morrerão 170 Pessoas, das quais só acharão 45 para se lhe dar sepultura”<sup>322</sup>.

O terramoto de 1755 foi igualmente responsável por alguma destruição no espaço norte/nordeste. Após tal fenómeno natural, à medida que se caminhava para o fim do século XVIII, foram erigidas algumas **casas nobres** urbanas, na zona periférica do aglomerado, formando quintas de produção e lazer, mas cujas fachadas, pela sua especial inserção, constituíram verdadeiras frentes urbanas, marcando de forma indelével a silhueta daquela zona do aglomerado. Exemplo disso é o solar Azevedo e Silva, na rua Ancha, que estruturou um largo fronteiro e uma alameda em perspetiva barroca, e o dos Gama Lobo, no topo da rua de Portugal, ordenando dois eixos viários (o eixo sul-norte correspondente à referida rua e o largo fronteiro à fachada que irá definir muito posteriormente um novo eixo nascente-poente) com capela adjacente e notável composição arquitetónica de onde sobressai um imponentíssimo portal brasonado<sup>323</sup>.

O edifício Gama Lobos, de escala e proporção harmónicas, ocupou um espaço livre de transição já delimitado por antigas vias, correspondente ao gaveto da quinta da Boavista, onde se localizava a primitiva ermida de Santana.

Por outro lado, a casa nobre Azevedo e Silva, apresentava alguma monumentalidade, constituindo um corpo estranho que se encaixou à força na malha urbana, e que não esqueceu

---

<sup>319</sup> OLIVEIRA, Francisco X. d’Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, 1905, pp. 63-64.

<sup>320</sup> Idem, *Ibidem*, p. 65.

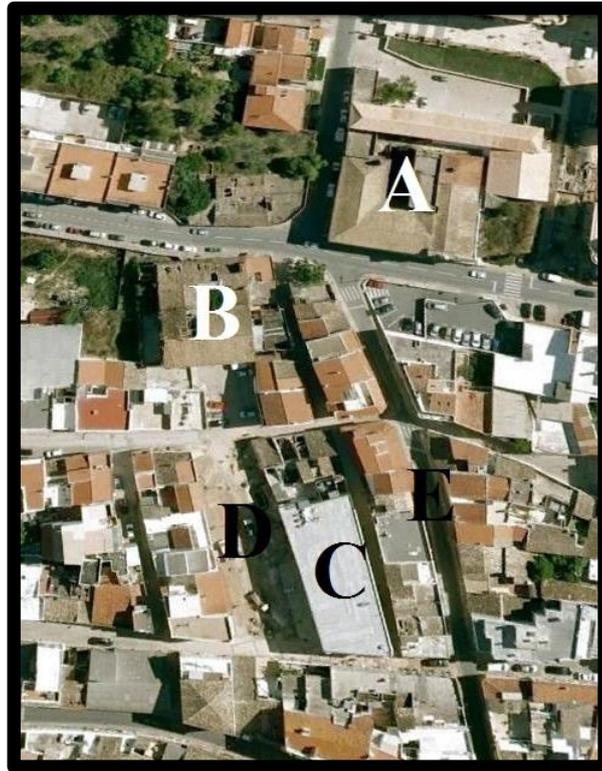
<sup>321</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>322</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 22.

<sup>323</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, “A arquitectura algarvia do séc. XVI ao séc. XIX: tentativa de caracterização”, 2010, p. 79.

os modelos iniciais que acompanharam a instalação da casa nobre nas cidades ao longo de dois séculos. Implementou-se sobre o casario antigo e dificilmente ou mesmo nunca, se viu livre dele, organizando um espaço urbano de grande caráter.

Ambos os edifícios tiraram partido da implantação adaptada à topografia do terreno, com exposição solar muito correta e com posições altaneiras de amplas panorâmicas.



**Figura III.38**

**Rua Ancha (D), rua de Portugal (E) e localização dos solares (A – Gama Lobos; B – Azevedo e Silva; C – Barros Aragões)**

Estes dois imóveis foram construídos por elementos da governança local, gente com poder económico, militar e político na vila, relacionados principalmente com os cargos nas ordenanças militares (capitão-mor e sargento-mor) e lugares de vereação na Câmara Municipal. Nos dois casos citados, tanto Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha (neto do edificante da casa nobre Gama Lobo, Manuel José da Gama Lobo) como Simão José de Azevedo e Silva Lobo (edificante da casa nobre Azevedo e Silva) foram também procuradores às cortes em 1828<sup>324</sup>.

Outro dos solares de destaque nesta zona era a casa Barros Aragões, provavelmente, contemporânea das anteriores. Segundo a tradição, serviu de quartel às tropas francesas até à

<sup>324</sup> NEVES, Suzinda do Nascimento Correia, *Duas Casas Nobres do Antigo Regime em Loulé*, 2013, p. 165.

sua expulsão definitiva em 1808. Edifício de gaveto, a sua fachada nobre voltava-se para a rua Ancha, tendo contribuído para o enquadramento da ampla rua, em forma de alameda.



**Figura III.39**  
**Casa Gama Lobos, 2015**

Mencione-se que a rua Ancha, entre 1755 e 1765, foi o local das reuniões das vereações municipais, pelo que o seu arranjo tinha em si um grande valor ideológico para a comunidade. É possível que estivesse proposta a introdução de uns novos paços do concelho no local, o que não foi concretizado.

A poente da rua Ancha, o sítio das Lagoas ou Alagoas ia-se estruturando como espaço habitacional, organizado entre as ruas do Outeiro e do Lagar Novo, que lhe ficavam perpendiculares, localizando-se aqui vários prédios urbanos (casas térreas) do concelho aforados a enfiteutas. Segundo o topónimo e tal como indica a documentação, a zona era alagável, e o escoamento das águas “d’inverno muitas vezes innundão o largo de São Francisco”<sup>325</sup>. Este facto não impediu a sua urbanização.

Daqui para sul, até desembocar no adro da ermida de São Sebastião, posteriormente largo de São Francisco, prosperava um conjunto de artérias paralelas, em crescimento desde o fim da época medieval. Como vimos, a edificação da pequena **ermida de São Sebastião** nos arrabaldes da vila, no século XV, tornou-se num importante elemento primário do

---

<sup>325</sup> AMLLE, *Foros* (1839-1840).

desenvolvimento do setor urbano poente na época moderna, consolidando os eixos direcionados para a praça. Nas ruas de Santo António, de São Sebastião ou dos Ferradores (que ligava São Sebastião ao chafariz de fora), a edificação adensava-se, formando quarteirões estreitos e compridos, com casas ostentando a fachada principal para uma rua e a posterior para outra artéria. Nesta zona localizavam-se quase duas dezenas de prédios sobre os quais se pagavam foro à Câmara, entre eles um fumeiro.

Já em plena época moderna, no decorrer do século XVIII, a ermida de São Sebastião foi transformada em **igreja de São Francisco**, na sequência da doação que a Câmara Municipal fez à irmandade da Venerável Ordem Terceira, em 1739<sup>326</sup>, passando a igreja privativa. Posteriormente sofreu obras de reconstrução.



**Figura III.40**  
**Igreja de São Francisco, 2015**

A poente deste local, a uma considerável distância do aglomerado urbano, foi edificado, no final da primeira metade do século XVI, o **convento de Santo António**. A fundação desta residência de frades capuchos da província da Piedade, pertencentes à Ordem de São Francisco, deveu-se à vontade de Nuno Rodrigues Barreto e de sua mulher, D. Leonor de Milão, que para tal recorreram ao papa, tendo-lhes sido concedida autorização em 1546. O convento foi vítima de um dilúvio que em 1587 praticamente o destruiu. Em 1675, os capuchos iniciam a construção de um segundo edifício, num sítio perto do anterior mas mais próximo da vila, doado por André de Ataíde, tendo ficado a servir a mesma cerca. Porém, só

---

<sup>326</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, 1993, p. 76.

em 1692, e depois do primeiro edifício ter sido de novo inundado, se mudaram os frades para a sua nova casa<sup>327</sup>.

Para além das enxurradas que destruíram o primeiro edifício conventual, o novo também foi afetado por alguns fenómenos naturais, como o sismo de 27 de dezembro de 1722, que, “(...) em Loulé, ficou destruído o Convento novo dos Capuchos, e toda a Povoação”<sup>328</sup>, ou o de 1755. Segundo as *Memórias Paroquiais*, o convento “ficou muito arruinado do terramoto e se vai reparando”<sup>329</sup>.

O programa construtivo do convento de Santo António, erguido em tempo do reinado de D. Afonso VI e de D. Pedro II, revela os tradicionais modelos da arquitetura capucha. Apesar da sua monumentalidade, o edifício conventual filia-se, muito claramente, na linguagem do estilo chão, cuja sobriedade arquitetónica tanto se ajustava ao ideário franciscano dos capuchos<sup>330</sup>.



**Figura III.41**  
**Convento de Santo António, 2015**

Quanto à sua localização, na periferia da vila, junto a uma das principais vias de comunicação, que ligava Loulé ao barlavento, o convento estava situado num espaço de transição entre o meio urbano e o rural. Esta situação era condizente com os conceitos que regiam a vida religiosa dos capuchos. Neste sentido, o convento articulava-se tanto com os elementos da paisagem natural como com as estruturas urbanas. Procurava integrar-se, de

<sup>327</sup> MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, 2006, p. 130.

<sup>328</sup> COSTA, Alexandre, *et al.*, *1755 – Terramoto no Algarve*, 2005, p. 23.

<sup>329</sup> Idem, *Ibidem*, p. 93.

<sup>330</sup> CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, 2001, p. 115.

forma harmoniosa, com a sua envolvente natural (em especial com a água, o verde e a paisagem), ao mesmo tempo que se afirmava como espaço construído relacionado com a urbe, não só em termos visuais (destacando-se no vasto território livre que envolvia o núcleo urbano), como em termos físicos (localizando-se numa das suas vias de acesso), ou ainda, no âmbito social (visto que os frades participavam frequentemente nas atividades religiosas da vila).

No caso particular do novo convento de Santo António de Loulé, e no que se refere especificamente à procura de uma maior interligação com os elementos edificados existentes na sua área envolvente, os religiosos depararam-se com um outro fator a considerar para a determinação do local da sua nova casa: o crescente protagonismo da ermida de Nossa Senhora da Piedade. Esta terá sido a razão pela qual o novo edifício se localizou junto ao eixo de ligação entre a vila e a ermida, mas também a responsável pela sua nova forma de implantação. O corpo da igreja situava-se perpendicularmente à via e a sua fachada procurava relacionar-se simultaneamente com a vila e com a ermida. O muro da cerca, que ao encerrar todo o convento acompanhava a via que o ligava à ermida, abria-se ao chegar à igreja, criando o tradicional espaço público junto à fachada exterior do convento.

De facto, nas imediações do convento, no alto de um cerro, ficava a **ermida de Nossa Senhora da Piedade**, edificada em 1553, espaço religioso de grande importância para as gentes de Loulé. Pertencente à Ordem militar de Santiago, o padroado deste templo transitou, no termo da centúria de quinhentos, para a Câmara de Loulé, tendo esta instituição municipal chamado a si a responsabilidade da apresentação do ermitão e a organização da festa principal, na segunda-feira depois das oitavas da Páscoa<sup>331</sup>. O edifício foi alvo de diversas intervenções, nomeadamente nos anos seguintes à ocorrência do terramoto de 1755, em consequência dos graves danos sofridos. O desabamento irrecuperável da capela mor exigiu procurar soluções alternativas de reedificação e, desse modo, se compreende a mudança de orientação da ermida. Assim, a ousia mudou para poente e a fachada principal passou a estar orientada para nascente<sup>332</sup>. Na decoração interior da recuperada ermida foram utilizadas soluções artísticas do formulário rococó, encontrando-se, ainda hoje, um dos seis exemplares de teto pintado com composição de perspetiva arquitetónica existentes no Algarve<sup>333</sup>.

---

<sup>331</sup> LAMEIRA, Francisco, *A Ermida de Nossa Senhora da Piedade*.

<sup>332</sup> CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, 2001, p. 127.

<sup>333</sup> LAMEIRA, Francisco, *A Ermida de Nossa Senhora da Piedade*.

Continuemos então, pela zona mais a poente da vila, a partir da ermida de São Sebastião. Daqui, para sul/sudoeste, estendiam-se “umas terras para o poente nos suburbios desta villa a que chamão o **Rocio**, foreiras em cada um anno ao Alcaide Mor da Cidade de Tavira (...), a qual se costuma arrendar em praça aos lavradores que a pretendem”<sup>334</sup>. Esta “fazenda do conselho”, amplo campo aberto, aforado para práticas agrícolas, começou a ser urbanizado, a um ritmo acelerado, no século XVIII, com a construção de casas e a abertura de novos arruamentos, como a rua do Sol ou a das Flores. Dos 177 prédios que pagavam foro à Câmara, 22 situavam-se no rossio, a maioria para “edificação de cazas”, sendo imposto, nalguns casos, a “obrigação de construir dentro de 1 anno”<sup>335</sup>.

Um dos imóveis aforados ao concelho e localizados no rossio da vila correspondia a um imponente “lagar de fazer azeite q se compõe de 4 varas e 2 engenhos com suas officinas e bagaceiras”<sup>336</sup>. Terá sido erigido no século XVI<sup>337</sup> e aforado ao capitão João da Costa Lobo de Aragão e posteriormente ao seu irmão, o capitão-mor Nuno Mascarenhas Pessanha Lobo, pertencentes a uma das mais ilustres famílias locais. Em 1814 era seu enfiteuta Sebastião Alexandre da Gama Lobo<sup>338</sup>. Este edifício, demolido no final da década de 1980, apresentava interessantes pormenores arquitetónicos, como 5 arcos ogivais a sustentar a cobertura de uma grande nave retangular, uma porta trilobada e um conjunto de contrafortes exteriores. Foi considerado pelos investigadores Horta Correia e Jorge Custódio, num levantamento efetuado em 1986, como “um raro exemplar deste tipo de arquitectura daquela época em Portugal”<sup>339</sup>.



**Figura III.42**

**Porta trilobada do lagar do rossio, 1986**



**Figura III.43**

**Arco ogival do lagar do rossio, 1986**

(Adapt. de DUARTE, Carlos, LAMAS, José (dir./coord.), *Plano de Pormenor – Centro Histórico de Loulé*, 1986)

<sup>334</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>335</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>336</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>337</sup> DUARTE, Carlos, LAMAS, José (dir./coord.), *Plano de Pormenor – Centro Histórico de Loulé*, 1986, p. 81.

<sup>338</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

<sup>339</sup> DUARTE, Carlos, LAMAS, José (dir./coord.), *Plano de Pormenor – Centro Histórico de Loulé*, 1986, p. 81.

A paisagem rural, até então predominante, alterava-se radicalmente. Os campos davam lugar a casas e ruas e a vila expandia-se e adensava-se. Foram absorvidas hortas que subsistiam nos arredores e o crescimento do núcleo nesta zona processou-se de forma continuada.

Apesar disto, e dada a importância desempenhada pelas hortas, na satisfação das subsistências alimentares quotidianas, constituindo parte indispensável da paisagem rural periurbana e mesmo intraurbana, mantiveram-se algumas de relevo para Loulé, como a **horta d'el Rei**. Aforada ao padre João Aguiar Ribeiro, na segunda metade do século XVII, e posteriormente a Sebastião Alexandre da Gama Lobo, esta foi descrita, em 1768, como uma: “Horta chamada de El Rei que se compõe de laranjeiras da China, limoeiros, pereiras, ameixieiras, albericoqueiros, parreiras e terras de planta a qual é regada com agua da fonte da villa, toda murada de paredes de taipa com suas cazas terreiras e tanque”<sup>340</sup>.

Na sua envolvente e particularmente a nascente, junto às muralhas da vila, foram construídas novas casas e urbanizados os caminhos vicinais, que se vão constituindo como verdadeiras artérias urbanas.

Loulé, no termo da época moderna, após um período de alguma estagnação, surgia-nos como uma vila próspera, em franco crescimento, dotada de infraestruturas essenciais capazes de responder às exigências da população e preparada para enfrentar os tempos conturbados vividos na primeira metade do século XIX. Novas ruas, novas casas e modernos espaços urbanos caracterizavam a vila por esta época, conservando-se, contudo, muita da herança medieval, evidenciada principalmente na zona intramuros.

O seu termo, o maior do Algarve, proporcionava recursos essenciais e produções destinadas à exportação. No interior (serra e barrocal), do usufruto da terra, provinham produtos como cereais, frutos, legumes, amêndoa, alfarroba, azeite, citrinos e vinho. Possuía ainda abundância de gados e o setor das pescas (no litoral) proporcionava um incremento à economia do concelho.

A sua população era a mais numerosa do Algarve, com uma variação de crescimento espantosa, em relação a todos os outros concelhos algarvios, a ponto de ser considerado em 1864 como o sétimo aglomerado populacional do país. Só na freguesia de São Clemente

---

<sup>340</sup> AMLLE, *Foros* (1767-1841).

verificou-se que de 1784 a 1843 quase triplicou. Segundo Vilhena Mesquita, Loulé era a única localidade algarvia em franco progresso, apenas ligeiramente ultrapassada por Faro<sup>341</sup>.

---

<sup>341</sup> MESQUITA, José Carlos Vilhena, “Loulé na primeira metade do século XIX – Uma visão comparativa regional”, 2002, pp. 149, 151.

## Considerações finais

A cidade de Loulé, com cerca de nove séculos de história, tem sido amplamente estudada e mencionada em diversos trabalhos de investigação, empreendidos, principalmente, nas últimas décadas. Contudo, pela leitura atenta dos mesmos, constata-se que se tratam de estudos parcelares ou direcionados apenas para um determinado período histórico, sem uma continuidade que permita compreender a evolução urbana da localidade ao longo de toda a sua existência.

Neste contexto, não se podem descurar os trabalhos referentes ao período medieval, talvez o melhor estudado e contextualizado, com destaque para as épocas de ocupação islâmica e do posterior domínio cristão. De facto, a Idade Moderna é a mais deficitária em termos de análise urbanística e de compreensão da evolução da urbe.

Através de uma análise aturada e crítica dos textos publicados, conciliada com algumas fontes de arquivo, encontrámos o ponto de partida e o fio condutor para emprendermos um estudo sobre a evolução urbana de Loulé, desde a sua fundação até ao final do período moderno. Os dados extraídos dos documentos consultados, nomeadamente das atas de vereação, dos foros do concelho e dos livros das décimas, permitiram-nos reconstruir e esboçar uma imagem da cidade, mais realista do que as existentes, dando um contributo para a perceção da sua contínua construção e permanente evolução.

Embora conscientes da limitação da informação que recolhemos na documentação, esta, quando confrontada com os estudos existentes, desvenda-nos os espaços públicos e os elementos estruturantes, dinamizadores do desenvolvimento da Loulé medieval e moderna, contestando, por vezes, algumas das teorias comumente aceites.

A génese do aglomerado urbano remonta ao século XI, época em que o território Sul da Península Ibérica se encontrava sobre domínio muçulmano. As excelentes condições naturais, aliadas ao posicionamento estratégico, permitiram que o local disfrutasse de fatores favoráveis e determinantes à instalação de uma alcaria islâmica. Neste contexto, Loulé surgiu seguramente como uma fundação muçulmana sem quaisquer antecedentes urbanos, o que é hoje coadjuvado em termos arqueológicos.

Os momentos mais significativos dessa fundação foram justamente a construção da muralha, possivelmente no século XII, da mesquita aljama e do alcácer/alcáçova, que atestam o primeiro momento de planeamento urbano da nova povoação. Ressalve-se que estas infraestruturas foram condicionadas pela natureza do local e principalmente pela presença das

vias pré-existente, tendo ficado localizadas em sítios estratégicos da nova urbe. É evidente que a posição da mesquita não foi aleatória. Esta situava-se junto de uma importante entrada que estabelecia a comunicação entre a medina e os arrabaldes, funcionando como núcleo de referência funcional na orgânica urbana, centro por excelência da cidade.

A consolidação da *madinat Al-'Ulyã* ocorreu com maior ímpeto no período de ocupação almóada. A própria malha urbana, apesar de crescer em forma de mancha de óleo, devido à estrutura da casa-pátio islâmica, adaptou-se às condições climáticas e à exposição solar típicas do urbanismo mediterrâneo, com ruas estreitas e intrincadas.

Com a reconquista cristã, em meados do século XIII, e as consequentes alterações ao nível civilizacional, político e ideológico, a vila foi sujeita a transformações várias, nomeadamente na fisionomia urbana, com a reestruturação do imobiliário. A malha islâmica foi assim apagada pelos cristãos. Contudo, a manutenção de elementos fundamentais, como a muralha e respetivas portas, que foram reforçadas, condicionaram, logo à partida, o planeamento da reconstrução/reocupação da vila cristã. Os próprios centros político e religioso mantiveram a mesma localização, adaptando-se à nova lógica dos conquistadores, isto é, a alcáçova/alcácer transformou-se em alcaidaria e a mesquita em igreja matriz. Urgia reaproveitar algumas das pré-existências, de modo a criar condições para a difusão da fé e para a organização política e administrativa, e consequentemente atrair novos povoadores, com a máxima celeridade.

Refira-se que a igreja matriz, apesar da (re)construção se ter processado de forma lenta (durou até ao início do século XVI), foi executada com grande rigor e seguindo um projeto medieval que lhe conferiu uma unidade arquitetónica incontornável. A sua concretização deveu-se ao numerário saído dos cofres municipais, não sendo alheios os proventos resultantes do comércio externo dos frutos secos, importante fonte de receitas.

A população foi-se assim fixando paulatinamente, com a concessão de privilégios pelo poder central, e a vila desenvolveu-se através da reocupação/reordenamento do núcleo intramuros, num processo de dinâmica feita por despovoamento e posterior reocupação, da abertura de novos eixos viários e da formação de bairros fora de portas.

O primeiro local a ser ocupado extramuros, a sul, foi destinado a alojar a população muçulmana que optou por permanecer, ainda que sob domínio cristão. Infere-se que terá ocorrido alguma negociação entre as duas comunidades, uma vez que o sítio escolhido se apresentava com excelentes características, nomeadamente, bons acessos e a presença de terras férteis, não sendo fácil aos cristãos preterir um local com estas condições. Porém,

convinha a estes manter a presença daquelas comunidades produtivas e contribuintes, mão de obra essencial ao desenvolvimento e sustentação da vila conquistada. Em contrapartida, o desenho urbano do novo bairro muçulmano obedeceu à cultura urbanística cristã.

O poder local investiu também na construção de novas estruturas públicas, que funcionaram como elementos primários de estruturação do espaço urbano. Pela confrontação dos vários documentos utilizados para a elaboração do presente estudo foi possível localizar muitos desses equipamentos medievais, fundamentais ao funcionamento económico, social e político da povoação. Se a igreja matriz e a alcaidaria mantiveram os locais legados pelos muçulmanos, os restantes equipamentos foram sujeitos a um planeamento prévio, com o objetivo de criar regras de crescimento e expansão.

Logo no século XIV foram levantadas, na imediação da alcaidaria, a fonte e a estalagem e junto à igreja de São Clemente foi construída a casa da Câmara. Refira-se que o espaço escolhido para instalar a sede do poder político, o adro da igreja, constituía o local mais desafogado e aberto da vila intramuros, dado não existir qualquer tipo de praça, como se demonstrou neste trabalho. Estes edifícios públicos eram indispensáveis ao normal funcionamento da vila.

Ainda na centúria de trezentos, foi edificado o mosteiro de São Francisco, junto à via que ligava Loulé a Tavira, e surgiu a praça de fora, como espaço de comércio e sociabilização, a norte da muralha, adjacente à porta e à via para Portugal. É notório o planeamento imposto na escolha destes locais, impedindo o crescimento desordenado e incentivando que o mesmo se fizesse ao longo dos caminhos existentes ou no alinhamento da fortificação, articulando as portas da muralha com os novos espaços e criando assim novas ruas públicas.

Outros edifícios religiosos foram construídos fora de portas, ao longo do século XV, despoletando o crescimento e consolidação extramuros. Destaque para a igreja de Nossa Senhora dos Pobres, que viu acoplado um hospital no reinado de D. Afonso V, e para as ermidas de São Domingos e de São Sebastião. Nesta fase deu-se lugar à urbanização da rua de São Sebastião e de novas artérias transversais e paralelas à rua de Portugal, com destaque para a rua Ancha e rua de São Domingos.

Refira-se que a partir da segunda metade de quatrocentos foi autorizada a edificação de habitações encostadas à muralha, criando renques de lotes que decalcavam e seguiam a forma da muralha, tornada obsoleta do ponto de vista militar.

Os Descobrimentos colocaram Loulé numa posição de passagem terrestre entre o reino de Portugal e as praças conquistadas no Norte de África, proporcionando uma fase de prosperidade e impondo-lhe um lugar de destaque no plano regional. Nos reinados de D. João II e de D. Manuel, perante uma conjuntura económica propícia à reforma dos espaços urbanos e à construção de novos equipamentos, aplicaram-se avultadas verbas na sua concretização, tanto dentro como fora de portas, dignificando-se o património do concelho e a imagem da vila. Atribuíram-se funcionalidades específicas a determinados espaços públicos, como por exemplo, no rossio foi instalado um chafariz e na praça foram erigidas a nova casa das sisas e o pelourinho. É também desta fase a construção da cadeia, junto aos paços do concelho, e a ampliação do bairro judaico intramuros, numa rua que era cristã.

Considerámos que a judiaria louletana se localizava dentro da cerca, a meia distância entre a casa da Câmara e o postigo, onde se convencionou posteriormente designar por rua Nova. O topónimo revela a apropriação do espaço por novos ocupantes (cristãos) a seguir à expulsão daquela comuna.

Um dos exemplos de enobrecimento do espaço público foi a remodelação do alpendre da praça na primeira metade do século XVI, início do reinado de D. João III. Devido à sua degradação a Câmara Municipal sentiu necessidade de proceder a obras profundas, com vista a eliminar um espaço sem dignidade. Para este caso importa salientar o uso de expressões de carácter positivo, com a preocupação de dignificar um espaço nobre da praça: “bem lavrada”, “bem guarnecidos”, “boa e de muito boa obra” e “fermoso e bem fectos”, são alguns exemplos. Denota-se aqui um novo conceito de urbanismo, através do delinear dos espaços públicos, instituindo regras de organização e planeamento, sempre com o objetivo de modernizar a vila do ponto de vista funcional e do ponto de vista estético.

Foi perante esta conjuntura de prosperidade e crescimento que se consolidaram e urbanizaram espaços vazios entre o núcleo genético e as áreas extramuros. A preocupação primordial foi unificar as áreas habitacionais entre si, por meio de ruas que tinham origem nos caminhos existentes, pensadas justamente para esse fim. Simultaneamente a construção junto à muralha intensificou-se, sendo utilizada enquanto alicerce das habitações. Admitimos que a construção de casas com maior densidade na praça, nos Inocentes, na Corredoura ou na Graça ocorreu nesta época. Com este aumento, os arrabaldes medievais ficaram unidos ao casco muralhado, passando a vila a constituir uma unidade contínua.

Ainda em meados de quinhentos, a construção do convento de Santo António e da ermida de Nossa Senhora da Piedade, a ponte, trouxeram um novo foco de povoamento, essencialmente

com a definição e urbanização da rua de Santo António e transversais, talvez já no século XVII. Este tecido urbano denota claramente uma intervenção de cunho moderno, executado com rigor e seguindo um projeto uniforme, conferindo uma nova imagem à vila. Também a área a norte da praça, nomeadamente as ruas do Poço, das Laranjeiras e de João Fernandes, começaram a estruturar-se, programadas e planeadas com a mesma configuração urbana da área mencionada, isto é, com um tipo de quarteirão de morfologia retangular.

O final do século XVI e o seguinte caracterizaram-se pela recessão económica e pela ruralização da população, o que desacelerou o crescimento demográfico e urbanístico. Neste período as principais intervenções pautaram-se pela construção de equipamentos religiosos, como consequência da importância da Igreja na sociedade, não tendo sido alterada de forma significativa a imagem da localidade. As primitivas portas da cerca, à época ainda com a configuração muçulmana, deram lugar a três capelas (de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Pilar e de Nossa Senhora do Carmo, junto às portas de Portugal, de Faro e do Sol, respetivamente), segundo impulso do rei D. João IV. Estas edificações foram conseguidas pela alteração das funções da muralha e pela abertura de novas brechas na mesma, permitindo que, através de um ordenamento espacial pontual, se adquirisse uma nova imagem, mais moderna e consentânea com o período em questão, eliminando assim os elementos da Idade Média.

Com a Restauração da Independência e a posterior recuperação económica do país, deu-se um novo impulso urbanístico. Apesar da vila se encontrar equipada com todos os edifícios públicos necessários,urgia conferir-lhes um aformoseamento ou enobrecimento do ponto de vista estético. Desta forma, foram empreendidas avultadas campanhas arquitetónicas ao longo do século XVIII (reinados de D. João V e de D. José), na alcaidaria, no convento de Nossa Senhora da Graça, no hospital e na ermida de São Sebastião, transformada em igreja de São Francisco.

O edifício que maior alteração provocou no espaço de origem medieval foi o convento do Espírito Santo, construído intramuros a partir de 1711 e que supriu uma parte da malha urbana consolidada. Posteriormente contou com o apoio mecenático do bispo D. Francisco Gomes do Avelar.

Nas áreas a norte da praça e nas imediações, norte e sul, das ruas de São Sebastião e de Santo António (como a rua dos Ferradores ou a rua do Lagar Novo), o edificado dilatou-se e adensou-se, tendo havido a preocupação de manter uma malha tendencialmente ortogonal, sempre que o terreno o permitiu.

Loulé ficou bastante arruinada com o sismo de 1755, que provocou algumas lacunas na malha urbana, com o derrube de casas e estragos avultados nas igrejas e conventos. Muitos dos edifícios religiosos foram prontamente reconstruídos. Para colmatar a derrocada das habitações foram improvisadas barracas, a poente da antiga mouraria, para realojar a população. Também as freiras do convento do Espírito Santo se alojaram numas casas na praça enquanto decorria a recuperação do edifício conventual.

Todavia, uma das principais mudanças que ocorreu no espaço urbano a seguir ao terramoto foi a transferência da casa da Câmara do núcleo intramuros para a praça. Esta ação retirou o protagonismo que aquela zona ainda detinha, impulsionando definitivamente a praça como centro cívico, administrativo e comercial da vila. Na realidade a praça é um dos casos mais paradigmáticos de evolução urbana de Loulé. Nasceu como local de passagem e onde se realizavam os mercados semanais, começando a adquirir alguma importância e a estruturar-se com a instalação de equipamentos públicos, no fim da época medieval. Ao longo da modernidade, com a sua urbanização e aformoseamento, tornou-se um espaço amplo e regular, como parte de um novo vocabulário urbano, transformando-se definitivamente no centro polarizador da dinâmica urbana. Esse protagonismo perdura até à atualidade, constituindo ainda hoje a sala de visitas de Loulé e o seu centro nevrálgico por excelência.

Outra das intervenções ocorrida após o abalo sísmico, com impacto no urbanismo, foi a edificação de algumas casas senhoriais da aristocracia e burguesia local, cujas fachadas, pela sua especial inserção, constituíram verdadeiras frentes urbanas, tornando-se pontos de animação espacial e marcando de forma indelével a silhueta do aglomerado. Esta intervenção permitiu de modo evidentemente consciente, através da arquitetura, intervir no tecido urbano pré-existente e transformar uma artéria tardo-medieval numa alameda em perspectiva barroca, de que é exemplo a rua Ancha.

Por fim destacar que o parcelamento para fins habitacionais dos rossios nascente e poente ocorreu a partir do final da centúria de setecentos e princípios da seguinte, criando novas áreas residenciais, onde antes se situavam campos agrícolas.

Chegados ao fim da época moderna verifica-se, como seria expectável, que a imagem urbana de Loulé se foi modificando aqui e ali ao longo dos vários séculos, não constituindo uma transformação total do espaço, mas existindo um redesenho contínuo, cuidado e planeado. A sua génese medieval encontra-se presente de uma maneira evidente principalmente no núcleo intramuros, que apenas sofreu alterações pontuais, com alguns espaços a adquirirem maior amplitude. Mas a expansão e a densificação do aglomerado são nitidamente de cariz e modelo

moderno, conferindo uma imagem de modernidade à vila e legando uma estrutura urbana capaz de responder às necessidades da época contemporânea.

Julgamos ter contribuído para clarificar a imagem do espaço público louletano ao longo da sua história e as metamorfoses por ele sofridas. Convictos, porém, que apenas se abre a senda a uma multiplicidade de estudos que importa efetuar, desde as tipologias arquitetónicas das construções ao estatuto social dos seus detentores.

## Fontes e bibliografia

### Fontes manuscritas

#### Arquivo Municipal de Loulé

##### Tombos e inventários

- PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç022, *Foros* (1767-1768);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç023, *Foros* (1767-1841);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç024, *Foros* (1790);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç025, *Foros* (1799);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç028, *Foros* (séc. XIX);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç030, *Foros* (1801);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç039, *Foros* (1819);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç041, *Foros* (1828);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/C/D/01/Mç043, *Foros* (1839-1840).

##### Registo de documentos relativos à décima

- PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv001, *Livro relativo à décima* (1719);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv002, *Livro relativo à décima* (1729);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv003, *Livro relativo à décima* (1738);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv004, *Livro relativo à décima* (1747);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv005, *Livro relativo à décima* (1755);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv006, *Livro relativo à décima* (1757);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv007, *Livro relativo à décima* (1770);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv009, *Livro relativo à décima* (1771);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv024, *Livro relativo à décima* (1781);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv044, *Livro relativo à décima* (1791);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv064, *Livro relativo à décima* (1800);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv098, *Livro relativo à décima* (1812);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv109, *Livro relativo à décima* (1820);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv154, *Livro relativo à décima* (1830);  
PT/AMLLE/AL/CMLLE/E/D/A/02/Lv165, *Livro relativo à décima* (1835).

## **Estudos e projetos de obras**

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd004, *Planta do Terreno no Sítio dos Olivais, Contíguo ao Largo de S. Francisco na Vila de Loulé, Onde se Projectam Novas Construções* (1888);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Mç005, *Projecto de um Aqueduto e Terraplanagens* (1889);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd009, *Projecto de Construção duma Avenida no Prolongamento da Av. Marçal Pacheco em Loulé* (1934);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd010, *Projecto de Grande Reparação da Rua da Corredoura* (1935);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Lv011, *Projecto de Calçamento a Paralelepípedos do Largo Tenente Cabeçadas, Ruas Frutuoso da Silva e da Graça e Travessa da Graça na Vila de Loulé* (1936);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd012, *Projecto de Distribuição de Água* (1936);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd014, *Projecto de Calçamento da Av. General Carmona e da Rua do Colégio na Vila de Loulé* (1939);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd016, *Adicional ao Projecto de Conclusão da Rua da Corredoura na Vila de Loulé* (1942);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd018, *Projecto de Modificação da Rasante da Rua da Corredoura e Construção de um Pontão, Muros de Suporte e Pavimento* (1946);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Cd019, *Projecto de Ampliação e Melhoramentos do Matadouro Municipal* (1950);

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/A/01/Lv020, *Projecto de Ampliação do Abastecimento de Água de Loulé* (1954).

## **Processos sobre estradas municipais e distritais**

PT/AMLLE/AL/CMLLE/M/C/01/Mç 001, *Projecto da Estrada Municipal de 2.ª Classe de Loulé a Salir* (1870).

## **Arquivo Distrital de Faro**

### **Fundo da Direção de Estradas do Distrito de Faro**

DEDF 43 vol. 2, *Processo de Construção do Lanço da Estrada de Faro a Loulé* (1844 – 1868);

DEDF 69 vol. 1, *Processo de Construção da Ligação da Estrada Distrital no Largo dos Inocentes em Loulé* (1888 – 1895);

DEDF 69 vol. 2, *Processo de Construção da Ligação da Estrada Distrital na Parte de Loulé entre a Campina de Cima e o Largo de S. Francisco* (1888 – 1890).

## **Arquivo Nacional Torre do Tombo**

*Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 31;

*Chancelaria de D. João I*, liv. 3;  
*Leitura Nova*, Odiana, liv. 5;  
*Desembargo do Paço*, Alentejo e Algarve, maço 456, n.º 37.

## Fontes impressas

COSTA, Alexandre, *et al.*, 1755 – *Terramoto no Algarve*, Centro Ciência Viva do Algarve, Faro, 2005.

ENCARNAÇÃO, Pedro Henrique Ferreira, *As Visitações da Ordem de Sant’iago às Igrejas do Concelho de Loulé no ano de 1534*, Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Algarve, Faro, 1993.

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: a descrição de Alexandre Massaii (1621)*, Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1988.

GUERREIRO, Manuel Viegas, *Frei João de S. José e a Sua Corografia do Reino do Algarve 1577*, Universidade do Algarve, Faro, 1980.

GUERREIRO, Manuel Viegas, MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983.

MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Foral de Loulé de 1266*, 2.ª edição, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1989.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, “Memórias Paroquiais do Concelho de Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 10, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004, pp. 387-435.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, CABANITA, Padre João Coelho, “Visitação” das Igrejas do Concelho de Loulé pertencentes à Ordem de Santiago – 1518, Ministério da Cultura – Delegação Regional do Algarve, Faro, 1995.

MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, CABANITA, Padre João Coelho, “Visitação das Igrejas dos Concelhos de Faro, Loulé e Aljezur Pertencentes à Ordem de Sant’iago, 1565”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 8, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2001/2002, pp. 183-282.

SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Séculos XIV-XV*, separata da *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 7, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1999/2000.

SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Actas de Vereação de Loulé Século XV*, separata da *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 10, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004.

SERRA, Manuel Pedro (coord.), *Foral de Loulé 1504 – D. Manuel*, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004.

SERRA, Manuel Pedro (dir.), *Actas de Vereação de Loulé – Século XVI*, separata da *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 14, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2014.

SIMÕES, João Miguel, *História económica, social e urbana de Loulé*, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2012.

VIEGAS, António José Guerreiro, “Visitação da Ordem de Santiago no Padroado de Loulé em Janeiro de 1518”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo*

*Histórico Municipal de Loulé*, n.º 5, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1996, pp. 135-174.

## **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de, *A nuvem e Juno: Praças e cultura urbana no Sul de Portugal no início da idade moderna*, dissertação de doutoramento em arquitectura, especialidade Teoria e História da Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014 (policopiado).

ANPC, *Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve*, Autoridade Nacional de Protecção Civil, Lisboa, 2010.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Os Últimos Mouros de Loulé: percurso de uma minoria”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 13, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2009, pp. 119-130.

BEIRANTE, Maria Ângela, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais Antigas Posturas da Câmara Municipal de Loulé”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 231-242.

BERNARDES, João Pedro, OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.), *Santa Bárbara de Nexe: a História, a Igreja e a Memória*, Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe, Santa Bárbara de Nexe, 2006.

BOTÃO, Maria de Fátima, “A paisagem urbana de Loulé nos finais da Idade Média”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua época*, Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, 2004, pp. 145-165.

BOTÃO, Maria de Fátima, “Análise Histórica”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Foral de Loulé 1504 – D. Manuel*, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004, pp. 13-53.

BOTÃO, Maria de Fátima, *A Construção de uma Identidade Urbana no Algarve Medieval: O caso de Loulé*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2009.

CARRUSCA, Susana, *Loulé, O Património Artístico*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2001.

CATARINO, Helena, “O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica – Povoamento Rural e Recintos Fortificados”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 6, 3 vols., Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1997/98.

CATARINO, Helena, “A herança urbana”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 97-101.

CATARINO, Helena, “Herança Islâmica na *Madinat al-‘Uliã* (Loulé) – Arqueologia e Território”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro – Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 130-142.

COELHO, António Borges, “A Inquisição Portuguesa e a vigilância da Fé”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 303-308.

- CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1997.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “A arquitectura algarvia do séc. XVI ao séc. XIX: tentativa de caracterização”, in *O Algarve em Partimónio*, Gente Singular Editora, Olhão, 2010, pp. 71-80.
- COSTA, Manuel, “Contributo para a Caracterização Física do Concelho de Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 4, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1995, pp. 153-160.
- DIAS, João José Alves, “Estratificação Económico-demográfica do Concelho de Loulé nos Finais da Idade Média”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 205-218.
- DOMINGUES, José D. Garcia, *O místico louletano Al-Oriani e o pensamento filosófico-teológico do Islame Ocidental*, ed. do autor, Lisboa, 1954.
- DUARTE, Carlos (dir./coord.), *Castelo de Loulé – Estudo de Salvaguarda e Inserção Urbanística*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1986.
- DUARTE, Carlos, LAMAS, José (dir./coord.), *Plano de Pormenor – Centro Histórico de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1986.
- DUARTE, Luís Miguel, “Loulé há Quinhentos Anos. A Rua Nova e a Judiaria Velha”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 8, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2001/2002, pp. 159-166.
- DUARTE, Luís Miguel, “Quinhentos anos depois”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Foral de Loulé 1504 – D. Manuel*, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004, pp. 9-11.
- FERNANDES, Ana F. C. de Lira, *Da Tributação do Património: O IMI em especial – Pressupostos e Consequências Reais*, dissertação de mestrado em Ciências Jurídico-Económicas apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, 2012 (policopiado).
- FERNANDES, Paula G. de Carvalho, BASTOS, Maria do Rosário da Costa, “Oficiais da Câmara de Loulé em 1384-1385”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 5, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1996, pp. 75-106.
- FERREIRA, M. Valentina Garcia, “Antroponímia do Algarve: Reflexo da Toponímia Local”, in João Sabóia (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 2, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1993, pp. 61-75.
- FIDALGO, Andreia, et al., *Guias Redescobrir Loulé / Salir – Rota Algarve Medieval*, Nerve Atelier de Design, Município de Loulé, Lisboa, 2014.
- FONSECA, Luís Adão da, “O Algarve da Reconquista à conjuntura depressiva do século XIV”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 115-122.
- FONSECA, Luís Adão da, “A ligação do Algarve aos grandes centros do comércio internacional”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 131-138.
- FONSECA, Luís Adão da, PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor, “Algumas Considerações Sobre o Comércio Externo Algarvio na Época Medieval”, in *Actas das I*

*Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 61-89.

FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, Ed. do autor, Loulé, 1964.

GOMES, Carlos Pinto, FERREIRA, Rodrigo Paiva, *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira - Portimão)*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2005.

GOMES, Mário Varela, SERRA, Manuel Pedro, *Museu Municipal de Arqueologia de Loulé*, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Loulé, 2004.

GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela, *Palácio Almoada da Alcáçova de Silves*, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 2001.

GONÇALVES, Ana, “Inventariação Arqueológica no Convento do Espírito Santo”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 4, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1995, pp. 51-61.

GONÇALVES, Iria, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em Meados do Século XV”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 185-204.

IRIA, Alberto, *Descobrimientos portugueses: O Algarve e os descobrimentos*, vol. II, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1956.

KHAWLI, Abdallah, SILVA, Luís Fraga, FERNANDES, Maria Alice, *A Viagem de Ibn Ammâr de São Brás a Silves*, Câmara Municipal de São Brás de Alportel, São Brás de Alportel, 2007.

LAMEIRA, Francisco, *A Ermida de Nossa Senhora da Piedade*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2000 (desdobrável).

LAMEIRA, Francisco, SERRA, Pedro, *Convento do Espírito Santo*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, s/d (desdobrável).

LAMEIRA, Francisco, SERRA, Pedro, *Igreja Matriz de S. Clemente*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, s/d (desdobrável).

LEAL, Bruno, “Contra-Reforma e Reforma Católica no Algarve”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 243-247.

LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Economica, Estatistica e Topografica do Reino do Algarve*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1841.

LUZIA, Isabel, “A Escavação Arqueológica de Emergência do Cemitério Muçulmano da «Quinta da Boavista» / Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 7, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1999/2000, pp. 129-185.

LUZIA, Isabel, “Itinerário Islâmico de Loulé – Loulé, a Alta”, in Valdemar Coutinho (coord.), *Centros Históricos de Influência Islâmica*, Instituto de Cultura Íbero-Atlântica / Campo Arqueológico de Mértola, Portimão, 2001.

LUZIA, Isabel, “O Passado em al-‘Ulyã: A Escavação Arqueológica do Cemitério Muçulmano”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro – Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 151-156.

LUZIA, Isabel, *Cerâmicas Islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Loulé, 2003.

LUZIA, Isabel, “Testemunhos da Ocupação Islâmica em *Al-‘Ulyà*: Estruturas e Cerâmicas”, in *Xelb 4 – Actas do 1.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2003, pp. 219-234.

LUZIA, Isabel, “Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé”, in *Xelb 6 – Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2006, pp. 83-92.

LUZIA, Isabel, “A Investigação Arqueológica na Cidade de Loulé Durante o Ano de 2007”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al-‘Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 12, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2008, pp. 87-95.

LUZIA, Isabel, “A primeira campanha de escavação da “Casa das Bicas” – Loulé”, in *Xelb 8 – Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2008, pp. 263-274.

LUZIA, Isabel, ““Importa-se de escavar a minha casa?” O N.º 5 do Largo D. Pedro I, em Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al-‘Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 13, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2009, pp. 79-105.

LUZIA, Isabel, “Loulé: 10 anos de arqueologia islâmica”, in *Xelb 9 – Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2009, pp. 465-476.

LUZIA, Isabel, “A Ermida de Nossa Senhora da Conceição: evolução de um espaço”, in *Xelb 10 – Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2010, pp. 421-436.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve Económico durante o século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *A Conquista do Algarve aos Mouros*, Câmara Municipal de Faro, Faro, 1987.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico 1600–1773*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “A conjuntura económica”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 253-262.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Uma sociedade cristalizada”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 273-282.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Panorama Social e Económico do Algarve, na Época de D. Jerónimo Osório”, in *Miunças 2 – O Algarve na Época Moderna*, Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, Coimbra, 2012, pp. 55-68.

MAGALHÃES, Natércia, *O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve*, Instituto Português do Património Arquitectónico – Direcção Regional de Faro, Faro, 2002.

MALAFIA, Eurico de Ataíde, *Pelourinhos portugueses: tentâmen de inventário geral*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1997.

- MALOBIA, Patrícia M. Vairinhos, *Estoi\_ Identidade e transformação*, Câmara Municipal de Faro, Faro, 2009.
- MANTAS, Vasco Gil, “Os Caminhos da Serra e do Mar”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 311-325.
- MANUPPELLA, G., et al., *Carta Geológica de Portugal – Notícia Explicativa da Folha 53-A Faro*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1987.
- MARADO, Catarina Almeida, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região*, Edições Colibri, Lisboa, 2006.
- MARTINS, Isilda Maria Pires, *O Castelo de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1984.
- MARTINS, Isilda Maria Pires, *Loulé no Século XX*, vol. II, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2004.
- MARTINS, Isilda Maria Pires, MATOS, José Luís de, *Muralhas de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1985.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro, “Os Lugares de enterramento na Vila de Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al'-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 11, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2007, pp. 97-107.
- MESQUITA, José Carlos Vilhena, “Loulé na primeira metade do século XIX – Uma visão comparativa regional”, in *Estudos de História do Algarve*, Associação dos Jornalistas e Escritores do Algarve, Faro, 2002, pp. 143-180.
- MORENO, Humberto Baquero, “A Nobreza do Algarve nos Finais da Idade Média”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1989, pp. 135-150.
- NEVES, Suzinda do Nascimento Correia, *Duas Casas Nobres do Antigo Regime em Loulé*, dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 2013 (policopiado).
- OLIVEIRA, Francisco X. d'Athaide, *Monografia do Concelho de Loulé*, Typographia Universal, Porto, 1905.
- PEREIRA, Paulo, “O ‘Modo’ Gótico”, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.
- PINTO, Maria Helena Mendes, PINTO, Victor Roberto Mendes, *As Misericórdias do Algarve*, Ministério da Saúde e Assistência – Direcção-Geral de Assistência, Lisboa, 1968.
- PIRES, Alexandra, BENISSE, Vanda, “A Intervenção do Hospital da Misericórdia de Loulé – contributo para a percepção da organização espacial da cidade medieval”, in *Xelb 10 – Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves – Museu Municipal de Arqueologia, Silves, 2010, pp. 437-454.
- RAPOSO, Isabel (coord.), *Guia da reabilitação e construção. Cidade de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé e Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, Loulé, 2007.
- RAU, Virgínia, *Feiras Medievais Portuguesas – Subsídios para o seu estudo*, Editorial Presença, Lisboa, 1982.
- RODRIGUES, Sandra, *As Vias Romanas do Algarve*, Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve / Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro, 2004.

ROSSA, Walter, “A cidade portuguesa”, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. 8, Círculo de Leitores, Lisboa, 2008.

ROSSI, Aldo, *A Architectura da Cidade*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.

SABÓIA, João (coord.), *Inventário do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, separata da *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 1, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1992.

SANTA MARIA, Frei Agostinho, *Santuário Mariano*, vol. VII, 1721.

SERRA, Manuel Pedro, *Loulé: História e Expansão Urbana*, Museu Municipal de Loulé, Loulé, 1996.

SIMÕES, João Miguel, *O Convento da Graça: antigo Mosteiro de São Francisco de Loulé*, Edições Colibri / Câmara Municipal de Loulé, Lisboa, 2008.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.

TORRES, Cláudio, “O Al Garbe”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 431-447.

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, dissertação de doutoramento na área de História, especialidade de História de Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009 (policopiado).

## **Bibliografia**

ANDRADE, Amélia Aguiar, “Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas”, in Maria José Ferro Tavares (coord.), *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Vol. I, Universidade Aberta, Lisboa, 1993, pp. 122-140.

BONNET, Charles, *Memória sobre o Reino do Algarve – Descrição Geográfica e Geológica*, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro, 1990.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira, *As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII)*, dissertação de doutoramento em história da arte moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011 (policopiado).

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de, “Marcos de referência e topónimos da cidade medieval portuguesa: o exemplo de Coimbra nos séculos XIV e XV”, in Leontina Ventura (coord.), *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 13, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pp. 157-176.

CATARINO, Helena, “Castelos Muçulmanos do Algarve”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 449-457.

CATARINO, Helena, “A chegada dos Árabes à Península Ibérica: A invasão de Tarique em 711 e a ocupação do território”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 61-67.

CML, *Hospital de N.ª S.ª dos Pobres de Loulé – Catálogo de Exposição*, Câmara Municipal de Loulé – Divisão de Cultura e Património Histórico, Loulé, 2004.

- CORREIA, Fernando Branco, “Fortificações Urbanas da Época Islâmica no Algarve”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro – Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 81-90.
- CORREIA, José Eduardo Horta, “A arquitectura do Algarve como expressão privilegiada da sua especificidade cultural”, in *O Algarve em Partimónio*, Gente Singular Editora, Olhão, 2010, pp. 81-95.
- COSTA, Antonio Carvalho da, *Corografia portuguesa, e descriçam topografica do famoso reyno de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Typ. de Domingos Gonçalves Gouveia, Braga, 1868-1869.
- COUTINHO, Valdemar, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1997.
- COUTINHO, Valdemar, “As fortalezas da costa algarvia durante o período das economias-mundo centradas em Amsterdão e em Londres”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 263-268.
- COUTINHO, Valdemar (coord.), *Centros Históricos de Influência Islâmica*, Instituto de Cultura Íbero-Atlântica / Campo Arqueológico de Mértola, Portimão, 2001.
- DUARTE, Maria João Raminhos, “25 de Abril e História: a Memória é uma arma!”, in jornal *Terra Ruíva*, n.º 154, abril de 2014, pp. 7-9.
- ESTREMOZ, Paulo, “A Evolução da Cidade”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 4, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1995, pp. 69-75.
- FABIÃO, Carlos, “As *Villae* do Actual Algarve”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 373-385.
- FERREIRA, M. Valentina Garcia, “A Fruta de Loulé na Europa Medieval – Análise de Manuscritos do Século XV”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 9, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2003, pp. 215-239.
- GOMES, Mário Varela, “Cerâmicas e outros artefactos, medievais, do Castelo de Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 13, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2009, pp. 51-78.
- KHAWLI, Abdallah, “Algumas Reflexões Acerca do Algarve nos Primeiros Séculos da Islamização”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro – Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 170-178.
- LAMAS, José Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, 2.<sup>a</sup> edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2000.
- LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.
- LUZIA, Isabel, “O Espólio Cerâmico da Cerca do Convento”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 5, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1996, pp. 51-73.
- LUZIA, Isabel, “O N.º 3 da Rua das Bicas Velhas: Um Exemplo de Testemunhos da Época Moderna em Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico*

*Municipal de Loulé*, n.º 8, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2001/2002, pp. 51-122.

LUZIA, Isabel, “O Contributo da Investigação Arqueológica para o Conhecimento do Passado Histórico da Cidade de Loulé”, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, Câmara Municipal da Amadora/Departamento de Educação e Cultura, ARQA – Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora, Amadora, 2003, pp. 11-21.

LUZIA, Isabel, “2003-2006: Breve Notícia sobre a Investigação Arqueológica em Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 11, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2007, pp. 233-242.

MACHADO, José Pedro, *Ensaio sobre a Toponímia do Concelho de Loulé*, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1987.

MACIAS, Santiago, “O Algarve islâmico – Resenha de factos políticos”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 75-82.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *E assim se abriu judaísmo no Algarve*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1982.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Introdução ao Livro do Registo do Tabelaamento dos Ofícios e Serviços do Concelho de Loulé – 1555-1562”, in *Miunças 2 – O Algarve na Época Moderna*, Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, Coimbra, 2012, pp. 35-40.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Gado e Paisagem: O Algarve nos Séculos XV a XVIII”, in *Miunças 2 – O Algarve na Época Moderna*, Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, Coimbra, 2012, pp. 41-53.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Anexo – Informação que o Bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas envia ao Santíssimo Padre Nosso Senhor Clemente VIII do Estado da sua Igreja no ano de 1598”, in *Miunças 2 – O Algarve na Época Moderna*, Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, Coimbra, 2012, pp. 365-374.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, SABÓIA, João, “Livro do Registo do Tabelaamento dos Ofícios e Serviços 1555-1562”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 10, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 2004, pp. 273-352.

MAGALHÃES, Natércia, *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas*, Letras Várias, Faro, 2008.

MANTAS, Vasco Gil, “As Civitates: Esboço da Geografia Política e Económica do Algarve Romano”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 283-309.

MARADO, Catarina Almeida, “A propósito da “envolvente” do património construído: o caso do antigo convento capucho de Loulé”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 12, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2008, pp. 131-141.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Para a História do Algarve Medieval”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 55-60.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, “Para a História do Concelho de Loulé na Idade Média”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1989, pp. 17-33.
- MARQUES, Teresa, “Cartografia Arqueológica: O Algarve como exemplo”, in *Noventa Séculos Entre a Serra e o Mar*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1997, pp. 87-113.
- MARTINS, José António de Jesus, *O Reino do Algarve nos Finais da Idade Média: Os Concelhos Algarvios do Século XV*, Ed. do autor, Lagos, 2007.
- MATOS, José Luís de, “A Moçarabia do Algarve”, in *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro – Comunicações Apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 2002, pp. 91-97.
- MORENO, Humberto Baquero, “Abusos e Violência no Reino do Algarve Durante o Reinado de D. Afonso V”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé / Universidade do Algarve, Loulé, 1987, pp. 37-53.
- PALMA, Jorge Filipe Maria da, *Dicionário Toponímico – Cidade de Loulé*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 2009.
- PAULA, Frederico, “O planeamento das cidades: a renovação urbana de Lagos e Faro no princípio de século”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 453-456.
- PEREIRA, Vanda, *São Clemente de Loulé – Igreja Matriz*, monografia de seminário da licenciatura em Património Cultural apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 2012 (policopiado).
- RODRIGUES, Ana Filipa Rocha, “Convento de Santo António – Conservação e Intervenções no Convento”, in Manuel Pedro Serra (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 11, Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2007, pp. 159-180.
- RODRIGUES, Tânia Alexandra Cabecinha, *Faro da época Moderna: do urbanismo à arquitectura*, dissertação de mestrado na área de História da Arte, especialidade de História da Arte Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2010 (policopiado).
- SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*, 3.ª edição, Edições Afrontamento, Porto, 1999.
- SANTOS, Luís Filipe Rosa, “As vias de comunicação”, in Maria da Graça Maia Marques (coord.), *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias: elementos para a sua história*, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 385-391.
- SOUSA, Francisco Luiz Pereira de, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, vol. I – Distritos de Faro, Beja e Évora, Serviços Geológicos, Lisboa, 1919.
- TEIXEIRA, Manuel C., “Evolução urbana das vilas e cidades do Algarve na Época Moderna”, in Maria da Graça Mateus Ventura (coord.), *O municipalismo em Portugal: 500 anos dos forais manuelinos do Algarve*, Edições Colibri, Lisboa, 2007, pp. 49-66.
- VARELA, Henrique Marreiros, *et al.*, “A Igreja Matriz de Loulé: Um templo pré-gótico ou uma mistura de vários estilos?”, in João Sabóia (coord.), *Al’-Ulyã – Revista do Arquivo*

*Histórico Municipal de Loulé*, n.º 2, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé, 1993, pp. 155-189.

## **Anexos**

**Anexo I** – Base de dados e planta de localização dos prédios do concelho aforados.

**Anexo II** – Número de moradores que pagavam décima, distribuídos pelas respetivas artérias.

**Anexo III** – “Doação de pardieiros ao prior para adro da igreja de São Clemente”.

**Anexo IV** - “Carta de confirmação de aforamento das antigas casas da sisa a Afonso Teles Barreto, datado de 4 de novembro de 1497”.

**Anexo V** - “Carta a Gonçalo Nunes Barreto para fazer casas junto da muralha do castelo de Loulé”.

**Anexo VI** – Texto da lápide existente na fachada principal da ermida de Nossa Senhora da Conceição.